

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NA FAMÍLIA

PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE:
um estudo sobre o incesto abusivo intrafamiliar pai-filha

GLAUCE BARRETO PEREIRA

RECIFE

2007

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA FAMÍLIA

PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE:
um estudo sobre o incesto abusivo intrafamiliar pai-filha

GLAUCE BARRÊTO PEREIRA

Dissertação a ser apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, como exigência parcial para a obtenção de título de mestra em Psicologia Clínica, sob orientação da Professora Dr^a Albenise de Oliveira Lima.

P436p

Pereira, Glauce Barreto

Pai, afasta de mim esse cálice : um estudo sobre o incesto abusivo intrafamiliar pai-filha / Glauce Barreto Pereira ; orientadora Albenise de Oliveira Lima, 2007.
163 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica, 2007.

1. Psicologia clínica. 2. Crime sexual. 3. Incesto.
4. Perversão sexual - Aspectos psicológicos. 5. Psicanálise.
6. Violência familiar. I. Título.

CDU 159.964.2

**PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE:
um estudo sobre o incesto abusivo intrafamiliar pai-filha.**

MESTRANDA: GLAUCE BARRÊTO PEREIRA

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DOUTORA MARIA CONSUÊLO PASSOS (SÃO MARCOS)

PROF. DOUTORA MARIA CRISTINA L. DE ALMEIDA AMAZONAS (UNICAP)

PROF. DOUTORA ALBENISE DE OLIVIERA LIMA (UNICAP)

“No tenemos derecho a la certeza. Y, también por eso, y quizá justamente por eso, tenemos derecho a la esperanza.”

(Darío Antiseri)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Pedro, memória muito viva e feliz, que, sem se dar conta, plantou as sementes da minha futura profissão, e que muito cedo partiu, sem ter tido tempo de vê-las, sequer, germinarem.

A Sara e Rute, mãe e filha, que aqui representam todas as vítimas de pais abusadores sexuais, e que, através de sua dor, possibilitam que nosso trabalho profissional caminhe na direção da construção de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Pelo dom da vida na minha família de origem, pelo pertencimento à minha família extensa, “lavoura arcaica” das minhas identificações, e pela graça de ter podido construir uma família.

À minha mãe, Amaurinete, que sempre acreditou nos meus sonhos, meu eterno amor e gratidão.

À minha orientadora Professora Dr^a Albenise de Oliveira Lima, pela competência e ética profissional, pela confiança em mim depositada, pela generosidade com que conduziu o meu percurso, pelo amor que coloca naquilo que faz.

Aos professores do mestrado, por seu empenho em nos transmitir seus conhecimentos, pelo carinho e amizade ao longo do curso.

Aos colegas do mestrado, por tudo aquilo que marcou nossa caminhada: afeto, trocas, cumplicidade e respeito.

A todo o corpo administrativo e de apoio da Universidade Católica de Pernambuco, pela atenção e gentileza no convívio cotidiano e no atendimento às nossas demandas.

À advogada Gabriela Amazonas e à psicóloga Liliane Melo, por terem tornado possível o meu acesso ao sujeito da pesquisa.

Ao Prof^o Jorge Cândido e à minha filha Mariana Yante, pelos trabalhos de tradução.

À psicóloga Edilene Cintra, amiga de fé, desde as origens, desde o projeto que fundou esta pesquisa.

Ao casal amigo Jôse e Luciano, pelo desprendimento e inestimável colaboração.

À psicóloga e colega de mestrado Fernanda Santos, pela amizade e arte final deste trabalho.

A José Manoel, com quem criei uma família: Mariana Yante, João Gabriel e Ana Manuela, nossos filhos. A todos, pelo amor e pelo sentido que conferem à minha vida, e pela colaboração na realização desse mestrado.

À minha irmã Ângela Cristina e ao meu cunhado Pedro Rafael, pelo carinho e pelo apoio “tamanho família”, imprescindíveis à conclusão desse curso. Aos meus sobrinhos Bárbara Yulia e Francisco Pedro, por tudo o que significam para mim.

Aos meus irmãos e cunhadas, cunhados, sobrinhos, por compreenderem minhas ausências em muitas ocasiões e nas reuniões de família.

Muitos familiares e amigos cujos nomes não cito, estão direta ou indiretamente ligados a este trabalho, acreditaram e torceram por mim. A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

As pesquisas no Brasil e no mundo constataam que o abuso sexual perpetrado por pais contra filhas é uma prática que ultrapassa os limites das fronteiras geográficas ou culturais. Nossa pesquisa teve por objetivo compreender, através de um estudo de caso, a geração, manutenção e transmissão dos elementos que perpetuam a violência intrafamiliar, no que concerne ao incesto abusivo pai-filha. Chegamos ao sujeito de nossa pesquisa por intermédio de profissionais que atuam junto a uma ONG, sem contudo ter existido, durante o período em que se desenvolveu a pesquisa, qualquer vínculo pessoal ou institucional desses profissionais com a família contatada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com base em cenários de família nuclear, numa perspectiva transgeracional, a partir da análise de conteúdo do material fornecido pela protagonista-relatora. Nesse sentido, o instrumento utilizado foi a entrevista não-diretiva. Nosso estudo constatou que em meio à teia perversa que caracteriza as relações interpessoais na violência intrafamiliar, o abuso sexual incestuoso se sobressai como a face mais dura desse universo e reafirma o seu estatuto de expoente máximo enquanto fator patológico na dinâmica desse conjunto de sujeitos - hoje denominado família abusiva - comprometendo o psiquismo individual e grupal de seus membros. A partir de pressupostos teóricos da psicanálise, buscamos compreender o intercâmbio que se estabelece entre experiência subjetiva e realidade objetiva no psiquismo do agressor, a atitude responsiva de sua vítima, a contribuição do entorno familiar e o papel da cultura na perpetuação do fenômeno. Verificamos, portanto, tratar-se de um amálgama formado por elementos da filogênese, da ontogênese e da cultura. Por isso mesmo o complexo de Édipo apareceu como o ponto nodal em torno do qual gravita toda a dinâmica do abuso incestuoso pai-filha que se configurou como a forma mais cruel do filicídio simbólico. O abuso sexual intrafamiliar, segundo nossa compreensão permitirá, a curto prazo uma intervenção efetiva em termos do código cultural apenas pelo lado da vítima e de sua família, uma vez que do outro lado, isto é, do agressor, vamos encontrar, ainda que com enorme gradação, a psicopatologia, isto é, a indomesticção do desejo, o domínio dos impulsos, uma impermeabilidade à moral e à ética, enfim, a perversão. E, nesses casos, as intervenções vão do isolamento à castração química, passando pela psicoterapia sem que, entretanto, os resultados sejam animadores. Acreditamos que a formação da estrutura de caráter seja fruto do processo de aprendizagem, e este se traduz na conformação do sujeito à cultura, tendo como base os condicionantes sociais e psicobiológicos do comportamento. Por essa razão, entendemos que a educação é também um importante instrumento propulsor das mudanças paradigmáticas que necessitamos para pensar e trabalhar a família. Entretanto, ainda observamos aqui que, na qualidade de fator estruturante do psiquismo, a aplicabilidade da lei do Édipo às novas configurações familiares poderá ser objeto para o futuro aprofundamento deste tema, bem como para o estudo de outros temas inerentes à família.

Palavras-chave:

Violência intrafamiliar; abuso sexual; filicídio simbólico; transmissão psíquica.

ABSTRACT

The researches in Brazil and around the world evidence that the sexual abuse perpetrated for fathers against their daughters is a practical which outstrips the limits of geographic or cultural borders. Our studies aimed to comprehend, through a case's analysis, the generation, maintenance and transmission of the elements that perpetuate the "intrafamilial" violence, concerning to abusive incest father-daughter. Utilizing the help of professionals who worked at an ONG – however, without any personal or institutional bond of them with the contacted family – we could find our research's subject. It's a qualitative research, based on nuclear family's scenes, in a perspective of the generations' transmission, from the analysis of the content supplied by the protagonist. In this way, it was utilized the not-directive interview. Our study evidenced that, between the perverse web which characterizes the relationships in "intrafamilial" violence, the incestuous sexual abuse is distinguished like this universe's cruelest face and reaffirms its condition of maximum exponent as pathologic factor inside this set of subjects' dynamic – known as *abusive family*, nowadays – causing many damages to the individual and group mental functioning of its members. Leaving of psychoanalysis theoretic concepts, we search the comprehension of the interchange between subjective experience and objective reality into the aggressor's psyche, his victim's responsive attitude, family's contribution and culture's role in the phenomenon's perpetuation. We verify, therefore, it concerns to an amalgam formed for elements of philogenesis, ontogenesis and culture. Because of it, the Édipo's complex appeared as the nodal point, surrounded for all the dynamic of incestuous abuse father-daughter that had become the cruelest way of symbolic filicide. The sexual abuse, according to our understanding, will allow an effective intervention in terms of the cultural code just by the victim's and her family's side, since by the aggressor's side we will find, even with giant gradation, the psychopathology, that is, the incapacity to contain the desire, the impulses' dominium, the not being susceptible to the moral and ethics, at last, the perversion. And, in this case, the interventions go of isolation to chemical castration, crossing the psychotherapy without, however, encouraging results. We consider that the formation of the character's structure is a learning process's product, and this process means the conformation of the subject to the culture, having as basis the behavior's social and biological factors. Therefore, we believe that education is the propeller instrument of the paradigm's changes we need to think and work the family. However, it's relevant to observe that, as structural factor of the mental functioning, the applicability of Edipo's law to the new familiar configurations can be object of this theme's posterior deepening, as well as for studies with other themes inherent to the family.

Key words: "Intrafamilial" violence; sexual abuse; symbolic filicide; psychic transmission

RESUMEN

Las investigaciones en Brasil y en el mundo, aseguran que el abuso sexual, perpetrado por padres a sus hijas, es una práctica que excede las fronteras geográficas o culturales. Nuestra investigación, tuvo el reto de comprender, por mediación de un estudio de caso “la generación, mantenimiento y transmisión de los elementos que perpetúan la violencia intrafamiliar, con relación al incesto abusivo padre/hija. Llegamos al sujeto de nuestra investigación por medio de profesionales que actúan junto a una ONG, sin todavía tener habido, durante el periodo en lo cual desarrollóse la investigación, cualquier vínculo personal o institucional de esos profesionales con la familia contactada. Esta es una cuestión de una investigación cualitativa, desarrollada, tomando como base escenarios de familia nuclear, en una perspectiva transgeneracional, empezando por el análisis de contenido del material proveído por la protagonista-relatora. En esa perspectiva, el instrumento utilizado fue, la entrevista no directiva. Nuestra investigación, ha asegurado que en medio al tejido perverso que caracteriza las relaciones interpersonales en la violencia intrafamiliar, el abuso sexual incestuoso sobresale como la cara más dura de ese universo y reafirma su estatuto de exponente máximo como factor patológico en la dinámica de ese conjunto de sujetos – hoy llamado familia abusiva – comprometiendo el psiquismo individual y grupal de sus miembros. Empezando con los presupuestos teóricos del psicoanálisis, nosotros buscamos comprender el intercambio establecido entre la experiencia subjetiva y la realidad objetiva en el psiquismo del agresor, la actitud responsiva de su víctima, la contribución del entorno familiar y el papel de la cultura en la perpetuación del fenómeno. Verificamos, por tanto, tratarse de un amalgama formado por elementos de la filogenia, de la ontogenia y de la cultura. Por eso lo tanto mismo, el complejo de Édipo apareció como el eje alrededor del cual gravita toda la dinámica del abuso incestuoso padre/hija que configuróse como la forma más cruel del filicidio simbólico. El abuso sexual intrafamiliar, según nuestra comprensión, permitirá una intervención efectiva en términos del código cultural, solamente, por el lado de la víctima y de su familia, una vez que del otro lado, eso es, del agresor vamos encontrar aunque con enorme gradación, la psicopatología, esto es, la indomesticación del deseo, el dominio de los impulsos, una impermeabilidad a la moral y a la ética, finalmente, la perversión. Y, en esos casos, las intervenciones van del aislamiento a la castración química, pasando por la psicoterapia sin que, entretanto, los resultados sean animadores. Acreditamos que la formación de la estructura de carácter sea fruto del proceso de aprendizaje y eso tradúcese en la conformación del sujeto a la cultura, habiendo como base los condicionantes sociales y biológicos del comportamiento. Por eso motivo, entendemos que la educación es el instrumento propulsor de los cambios paradigmáticos de que necesitamos para pensar y trabajar la familia. Sin embargo, observamos a eso respecto, que en la calidad de factor estructurante del psiquismo, la aplicabilidad de la ley del Édipo, a las nuevas configuraciones familiares podrá ser objeto para la futura intensificación de ese tema, así como para el estudio de otros temas inherentes a la familia.

Palabras Clave: violencia intrafamiliar – abuso sexual – filicidio simbólico – transmisión psíquica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	15
CAPÍTULO I	21
INCESTO: O DEMASIADAMENTE HUMANO	
1.1 Breve percurso sobre o incesto nas sociedades históricas	22
1.2 O filicídio	34
1.2.1 As funções parentais e o filicídio	35
1.2.2 De Cadmo a Édipo: o legado de uma linhagem filicidia	40
1.2.3 O filicídio: correlato da proibição do incesto e do parricídio	42
1.2.3.1 O parricídio como resposta ao filicídio	42
1.2.3.2 As múltiplas faces do filicídio	45
1.2.3.3 O tabu do incesto e o processo sócio-cultural	47
1.3 O incesto intrafamiliar	49
1.3.1 O agressor e o complexo de castração	49
1.3.2 A dinâmica erótica da perversão	55
1.3.2.1 O sentimento de pecar e o malogro da intimidade	55
1.3.2.2 O desejo de ferir e o teatro de risco	57
CAPÍTULO II	60
A FAMÍLIA	
2.1 A família: um olhar sobre sua origem e evolução	61
2.2 Em defesa de um lugar de onde se possa falar em família	67
2.3 Família: a lavoura arcaica das nossas identificações	70
2.3.1 A identificação em Freud	71
2.3.2 Identidade, imagem do corpo e alteridade	73
2.3.3 A perversão e sua estreita relação com a identidade	76
2.4 Desenvolvimento psicosssexual: uma trajetória no escuro	79
2.5 O silêncio e o segredo: o não-dito do mal(dito)	81
2.6 Transgeracionalidade: mito e realidade familiar como legado de vida ou de morte	86
CAPÍTULO III	92
FAMÍLIA E INTERAÇÃO EMOCIONAL PATOGÊNICA	
3.1 Ternura e paixão: um choque de sentimentos	95
3.2 O ambiente: aquém do útero materno e além da família	99
3.3 Educação psicológica e interação emocional patogênica	103
3.4 A família X: um estudo de caso	108
ANÁLISE DOS DADOS	137

CONSIDERAÇÕES FINAIS 153

REFERÊNCIAS 160

ANEXOS:

ANEXO I : Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

ANEXO II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar os elementos envolvidos na geração, manutenção e transmissão do incesto abusivo pai-filha no interior da família nuclear, enquanto fenômeno da violência intrafamiliar, a partir de um estudo de caso, numa perspectiva transgeracional.

O interesse pelo tema foi respaldado primeiramente, pelas inquietudes que nos mobilizaram a partir de nossa prática na clínica de casais e famílias, mais precisamente pela dificuldade de trabalhar com as famílias onde o incesto abusivo se faz presente. Em segundo lugar pela recorrência do fenômeno, seu alto custo individual e social, e pela sua importância quando nos debruçamos sobre o estudo da família. Finalmente, pela nossa credibilidade na Psicanálise como uma ciência do homem, preocupada em elucidar o *pathos* de cada um, isto é, na singularidade de cada sujeito.

Nossa experiência – tanto em instituição especializada quanto em consultório particular – se constitui por falsas demandas que, com bastante frequência, encobrem a existência do abuso sexual no âmbito familiar.

Assim sendo, no CAPÍTULO I, intitulado INCESTO: o demasiadamente humano, fizemos um breve percurso sobre o tabu do incesto em algumas culturas estudadas, as ditas sociedades históricas – aquelas que se utilizavam da escrita - com a finalidade de apreender o sentido representacional do fenômeno num universo macro. Em seguida re-visitamos o mito de Édipo, trazendo à baila não apenas o aspecto do parricídio – como é comumente referido, mas seu oposto – o filicídio. Buscamos ainda compreender os aspectos envolvidos na dinâmica do incesto abusivo enquanto uma psicopatologia marcada pela perversão sexual e de caráter.

No CAPÍTULO II, que intitulamos A FAMÍLIA, num primeiro momento discorremos sobre o seu percurso sócio-histórico enquanto instituição humana privilegiada, da qual, via de regra, pelo menos em algum momento da vida nenhum sujeito prescinde. Adentramos nos aspectos que a constituem como celeiro para nossas identificações mais arcaicas, e durante a infância e a adolescência, a partir das funções parentais. Buscamos ainda a relação entre a identidade e a perversão. Discorremos sobre o desenvolvimento psicosssexual; a importância do silêncio e do segredo e seus desdobramentos na psicodinâmica da vítima. Por fim, vimos a questão da transgeracionalidade, no que esta implica na transmissão psíquica através do segredo, do silêncio, dos mitos familiares e do desejo dos ascendentes sobre a descendência.

Nos Capítulos I e II, além de algumas teorias de inspiração psicanalítica que nortearam o presente trabalho, ressaltamos a inclusão das contribuições de áreas afins com a Psicologia e a Psicanálise – como a Mitologia, a História, a Antropologia Cultural, e a Sociologia, com a finalidade de permitir a delimitação e compreensão do incesto abusivo de família nuclear, objeto de nosso estudo.

No CAPÍTULO III, buscamos condensar nossas idéias a respeito dos elementos implicados na origem, manutenção e transmissão da violência intrafamiliar onde pudemos delimitar o abuso sexual pai-filha. A opção de reservar a este Capítulo a inclusão das teorias psicanalíticas que nortearam nosso olhar de uma forma mais específica foi um recurso intencional. A idéia de apresentar os aportes teóricos – estudos e pesquisas - que embasaram a nossa análise com o relato sobre a Família X, resultou de um longo e rigoroso processo de maturação da pesquisadora.

Este Capítulo contempla ainda o estudo de caso da FAMÍLIA X, no qual relatamos o drama incestuoso de família nuclear, comprovado em duas gerações. Na primeira, entre padrasto e enteada, e na segunda entre pai e filha. A exposição do caso ilustra as

ligações que nos foi possível fazer com as teorias simultaneamente apresentadas. Aqui o leitor encontrará também, a análise que nos permitiu a conclusão da nossa pesquisa.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS, tecemos alguns comentários a respeito do que o presente trabalho pode responder, suscitar, e, acima de tudo, questionar sobre o a temática do incesto abusivo pai-filha enquanto face mais dura da violência intrafamiliar. É nossa intenção prosseguir no aprofundamento da pesquisa do tema, na esperança de que outros estudiosos e profissionais envolvidos no cuidado da família humana possam se juntar a nós.

METODOLOGIA

“Não trago um caminho novo. O que trago de novo é um novo jeito de caminhar.”

(Tiago de Mello)

A pesquisa que apresentaremos a seguir é fruto de um longo período de reflexão sobre o abuso sexual, de contribuições teóricas afins, bem como de estudos que tratam do tema e teve como objetivo o estudo do incesto enquanto fenômeno específico da espécie humana – sua origem e mecanismos de manutenção e perpetuação – e do papel da família nuclear enquanto espaço privilegiado de sua manifestação.

O método utilizado foi o do estudo de caso numa perspectiva transgeracional, a partir de uma investigação de base psicanalítica, em que foram abordados os seguintes aspectos:

- A delimitação do incesto de família nuclear dentro do universo das relações incestuosas;
- O complexo de Édipo “como um fenômeno intersíquico observado na conjunção entre o parricídio e o filicídio;
- A família e seus paradigmas no percurso sócio-histórico;
- A família enquanto cenário das primeiras identificações e a importância das identificações na construção do psiquismo;
- A transmissão geracional como resultado de uma construção que inclui o sujeito como herdeiro natural e como produto de sua cultura.

A opção de ilustrar a temática a partir de um estudo de caso embasou-se em duas razões. A primeira, por considerarmos que este delineamento seria capaz de nos instrumentalizar de forma mais adequada a compor uma síntese a partir dos objetivos propostos. O estudo de caso, enquanto método de pesquisa, pode ser definido como:

[...]um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (YOUNG, citado por GIL, 1996, p.59).

Segundo Gil (1996, p.60), no estudo de caso “o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo.” Essa perspectiva favorece o olhar psicodinâmico lançado sobre os sujeitos na instituição familiar, que norteou nossa pesquisa.

Esse autor recomenda para esse tipo de delineamento a busca de casos típicos, que “em função da informação prévia, pareçam ser a melhor expressão do tipo ideal da categoria” (GIL, 1996, p.122). Assim é que elegemos como alvo de nossa investigação uma unidade-caso típica, onde o abuso sexual foi praticado pelo detentor da função paterna (pai biológico, civil ou afim) contra a filha, numa perspectiva transgeracional.

A segunda razão diz respeito à abordagem que utilizaremos – a análise de conteúdo, daqui pra frente denominada AC. Krippendorff diz que a AC é usada para “construir índices”, e que um índice é um sinal que está em relação causal com outro fenômeno, como por exemplo, a fumaça é um índice de fogo. Diz ainda que a AC poderá reconstruir “mapas de conhecimento”, uma vez que as pessoas os corporificam em texto ao utilizarem a linguagem, e que é essa linguagem que irá significar o mundo como conhecimento e auto conhecimento (in BAUER e GASKELL, 2005, p.194).

A AC é um método bastante empírico. Dessa forma, “não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis”. Assim sendo, a técnica de AC (exceção feita a escrutínios destinados a análises superficiais) necessita ser reinventada a cada passo do pesquisador, de forma a se tornar adequada ao domínio e ao objetivo que se pretende alcançar (BARDIN, 2004, p.26).

No que concerne ao campo de aplicabilidade, a AC, vista como um “conjunto de técnicas de análises das comunicações”, não poderá ser considerada um instrumento, mas um

“leque de apetrechos” que constituem um instrumento único, adaptável a várias e díspares formas de investigação (BARDIN, 2004, p.27).

Este autor fornece os procedimentos de análise que formam o tripé que conduziu nosso trabalho:

- pôr em evidência a espontaneidade, a capacidade mobilizadora e a potência de insight de uma entrevista não diretiva;
- medir a implicação do cultural (e porque não do político) nos discursos dos sujeitos;
- compreender a dimensão psicosssexual presente na dinâmica dos sujeitos em uma dupla vertente – a dupla incestuosa e a família.

A intenção da AC é conhecer o que se inscreve por trás do jogo de palavras utilizadas no texto sobre o qual se debruça. É, nas palavras do autor, “uma busca de outras realidades através das mensagens” daí entendermos sua pertinência para a escuta que empreendemos na nossa pesquisa.

Podemos aprofundar o sentido do que foi dito a partir da seguinte citação: “[...] A análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN 2004, p. 39).

A psicanálise valoriza a busca da psicopatologia desde as origens do sujeito psíquico, o que nos permitiu um olhar mais esclarecedor sobre o incesto enquanto fenômeno específico da espécie humana no que tange à sua articulação com os aspectos sociais, culturais e psicosssexuais.

Nossa atitude de tomar a vida do sujeito sob investigação desde sua mais tenra origem – abordagem psicanalítica – nos obriga a sublinhar que o nosso foco foi o abuso incestuoso pai/filha no contexto social humano, prioritariamente, na família, conforme demonstra o caso estudado.

Portanto, no que diz respeito ao arcabouço teórico utilizado, entendemos que a teoria psicanalítica se constitui, na fonte mais completa para adentrar nos meandros do fenômeno objeto da pesquisa, uma vez que em seu bojo dá voz à todas as disciplinas que se preocupam com a origem e com o viver humanos tanto no que diz respeito à filogênese quanto à ontogênese.

O acesso aos sujeitos da pesquisa no caso de abuso sexual é dificultado em função do tabu que envolve o ato. Buscamos vários órgãos públicos e ONGs até que tivéssemos a oportunidade de contactar famílias que já tivessem a experiência da revelação do abuso incestuoso.

Nossa escolha recaiu sobre um caso que acreditamos típico ao atender às pretensões da nossa pesquisa: A protagonista, hoje com 29 anos, foi abusada sexualmente pelo seu tio-padrasto, casado com sua tia e mãe de criação. Ela foi adotada pelo casal, ainda na maternidade, com apenas dois dias de nascida. Aos 18 anos casa-se e tem uma filha, que veio a sofrer abuso sexual praticado pelo pai quando contava 2 anos e 8 meses.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada, que tem por objetivo evitar a prevalência do pesquisador priorizando a fala do entrevistado no seu próprio contexto (MINAYO, 1999).

A qualidade que confere à entrevista o estatuto de instrumento privilegiado de coleta de dados é a capacidade de viabilizar a fala espontânea que porta a palavra como símbolo genuíno de comunicação:

É a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e o ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 1999, p.110).

O material foi colhido durante a realização de sete entrevistas com a família nuclear, hoje, por intervenção da justiça, monoparental – mãe e filha. As entrevistas tiveram a duração média de 75 minutos, durante sete semanas consecutivas, realizadas em nosso consultório. A protagonista foi a única narradora nas entrevistas.

A partir da perspectiva lógica verificamos que os valores bem como as normas éticas não são simples proposições indicativas, mas sim propostas de ideais – de comportamentos corretos, de leis justas, de instituições válidas etc. Sendo assim, a ética não descreve: prescreve; nem explica: atribui valor. Na realidade, não existem explicações éticas, existem, tão somente, explicações científicas. Por fim, não existem previsões éticas, (ou estéticas): a ética não sabe, não é ciência, enfim, carece de verdade (ANTISERI, 1998).

Nosso projeto de pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (anexo 1). Consta em nosso poder o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (modelo em anexo 2) devidamente assinado pela nossa entrevistada. Os nomes originais foram mantidos em sigilo e substituídos por nomes bíblicos conforme se vê a partir do Capítulo III. As entrevistas tiveram cunho terapêutico e interventivo, na medida em que se constituíram em um espaço de fala para os sujeitos, e eram retomados por nós aspectos do relato que julgamos dignos de intervenção. Dessa forma, a família – mãe e filha – foram por nós recebidas e receberam atenção e cuidados psicológicos no período que durou as entrevistas – sete semanas. Colocamo-nos ainda em disponibilidade para quaisquer necessidades das mesmas a posteriori, no que concerne à atenção psicológica.

A escrita do caso, a despeito do nosso esforço em enxugar o texto, resultou numa longa exposição, que entendemos justificada por condensar duas histórias de abuso, envolvendo eventualmente quatro gerações. Optamos então por uma análise temática respaldando-nos em Bardin (2004, p.99): “a noção de tema, largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo”.

Para esse autor, o tema é a unidade de significação que se desprende de um texto analisado, a partir de determinados critérios relacionados à teoria que embasa a análise. O tema liberta-se do texto de forma espontânea, e pode ser recortado em idéias, enunciados e proposições. O tema é:

uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem lingüística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições). Enfim, qualquer fragmento pode remeter (e remete geralmente) para diversos temas [...] (M.-C. d'UNRUG, citado por BARDIN, 2004, p.99).

A partir do texto escrito, categorizamos itens de significação através dos quais buscamos sistematizar informações que julgamos apontar para respostas ou hipóteses explicativas que vão ao encontro do objetivo de nossa pesquisa: a morte simbólica na relação incestuosa de abuso pai/filha; a dinâmica relacional da família; a importância da função e do papel parental na construção da identidade; as concepções sexistas que permeiam o discurso dos sujeitos; o contraste em relação ao contexto no qual ocorreram o abuso da mãe e o abuso da filha; a revelação do abuso e suas conseqüências; a falta de apoio familiar; a protagonista-relatora inserida na cultura da sua família e na cultura geral. Além desses, outros aspectos do relato que julgamos pertinentes e em sintonia com o propósito do estudo compuseram a análise, sempre à luz da psicanálise e de estudos e pesquisas realizados sobre o tema.

O genetograma foi utilizado com finalidade estritamente ilustrativa e não como instrumento de pesquisa.

A estruturação final do trabalho correspondeu ao nosso percurso na perspectiva escolhida para a exploração da problemática estudada – suas indagações e inquietudes. Foi este o motivo pelo qual os subsídios teóricos seguem a mesma ordem de utilização no corpo da dissertação.

CAPÍTULO I

INCESTO: O DEMASIADAMENTE HUMANO

“A característica humana mais específica está expressa no violento bloqueio de sua mais profunda gratificação: o incesto.”
(Rascovsky, 1974)

A proibição do incesto observada superficialmente parece algo dado como “natural”. Ao imaginarmos que todos os homens, distribuídos por todos os recônditos da terra, sentiram-se impelidos a criar uma lei que impedisse a união incestuosa, sentimo-nos tentados a supor que tal interdito estaria obedecendo – embora admitindo certo afrouxamento no rigor da lógica – a uma espécie de imperativo categórico da natureza humana.

Se por um lado os antropólogos acreditam que a interdição do incesto marca a passagem da natureza para a cultura a partir de uma *doação*, os psicanalistas, por sua vez pensam que o *proibido* advindo com a instituição do tabu do incesto é condição *sine qua non* para que se instale o funcionamento psíquico.

Enquanto Freud (1912) concebeu o contrato de troca primitiva em dois tempos: num primeiro momento por uma renúncia às mulheres do grupo, atitude esta partilhada por todos os irmãos e num segundo momento por uma proibição, para Lévi-Strauss tudo começa pela doação da irmã.

Enquanto o esquema freudiano evoca o sacrifício e a hierarquia – terreno propício ao registro do sagrado – daí o cerceamento do desejo e a instituição do tabu - diferentemente, o esquema strausssiano estabelece desde sempre relações igualitárias – cria uma via de mão dupla – um espaço de negociação que permite a gratificação mútua. Tal operação garante não perder uma mulher e ainda ganhar um cunhado.

Como sabemos, todo sistema de parentesco implica duas características: uma dicotomia de base – inimigos/aliados; e um mundo dividido em dois grupos – um grupo bom ao qual oferecemos toda a nossa generosidade, e um grupo ruim para o qual acionamos toda a nossa animosidade.

O aparelho psíquico nos seus primórdios segue esta mesma lógica para se desenvolver. A única forma possível para funcionar segundo a lógica da troca é recorrendo à divisão do bom e do mau objeto (KLEIN, WINNICOTT, entre outros). E a qualidade dessas interações mais precoces irá, de acordo com a teoria das relações objetais, determinar a qualidade da interação com a sociedade futura.

1.1 Breve percurso sobre o incesto nas sociedades históricas

“Enquanto a comunidade não assume outra forma que não seja a da família, o conflito está fadado a se expressar no complexo edipiano, a estabelecer a consciência e a criar o primeiro sentimento de culpa.”
(Freud, 1929)

O termo *tabu do incesto* tornou-se definidor do que a maioria dos autores entende pelo que se convencionou chamar *incesto de família nuclear*.

O antropólogo cultural Claude Lévi-Strauss, cujas concepções a respeito do tabu do incesto influenciaram estudiosos das disciplinas afins e ainda permanecem como referencial para muitos teóricos que se ocupam da produção científica contemporânea, diz:

Estabeleçamos, pois, que tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular. (...) a proibição do incesto apresenta, sem o menor equívoco e indissolavelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade. (...) A proibição do incesto possui ao mesmo tempo a universalidade das tendências e dos instintos e o caráter coercitivo das leis e das instituições. (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.47-49).

Percebemos claramente a dificuldade do autor em traduzir em palavras o legado de suas investigações acerca do tabu do incesto, ratificando o que Freud já evidenciara quando afirma em *Totem e tabu*:

Visto que os tabus se expressam principalmente em proibições, a presença subjacente de uma corrente *positiva* de desejo pode ocorrer-nos como algo de bastante óbvio e que não exige provas exaustivas baseadas na analogia das neuroses, porque, afinal de contas, não há necessidade de se proibir algo que ninguém deseja fazer e uma coisa que é proibida com a maior ênfase deve ser algo que é desejado [...]” (FREUD, 1913-1974, p.91).

Com respeito à essa ênfase proibitiva – aspecto que estará no âmago da reflexão de nosso estudo – lembremos mais uma vez Lévi-Strauss através de uma citação que contempla de forma privilegiada o objeto de nossa pesquisa, ou seja, o incesto abusivo pai/filha:

Poucas prescrições sociais preservaram, com igual extensão, em nossa sociedade a auréola de terror respeitosa que se liga às coisas sagradas. De maneira significativa, o incesto, em forma própria e na forma metafórica de abuso de menor (conforme diz o sentimento popular, “da qual se poderia ser o pai”), vem a encontrar-se mesmo, em certos países, com sua antítese, as relações sexuais inter-raciais, que no entanto são uma forma extrema da exogamia, como os dois mais poderosos estimulantes do horror e da vingança coletivas (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.49).

O que podemos inferir das contribuições acima expostas é que Freud com sua afirmação nos chama a atenção para a tônica que rege a sexualidade humana – a tensão entre natureza e cultura. No caso particular do tabu do incesto, a passagem de Strauss deixa óbvia a mesma constatação.

Assim, percebemos que uma conceitualização, isto é, definir o que o tabu do incesto realmente é, a despeito de toda a investigação científica, permanece um questionamento em aberto. Outro ponto que se impõe como desafio é encontrar uma explicação para este fenômeno – as tentativas são muitas e oriundas dos mais diversos campos investigativos. A partir disso, podemos afirmar que apenas uma constatação não deixa dúvidas acerca do tabu do incesto: tentar defini-lo ou explicá-lo está relacionado à tensão existente entre natureza e cultura, o que conduz, irremediavelmente, ao que poderíamos

chamar de um espaço de fronteira – entendido como um lugar de intercâmbios - entre as diferentes disciplinas científicas.

Mitterauer (1998), num esforço em organizar as opiniões que surgiram a partir da inevitável confluência das mais diversas disciplinas no que diz respeito a encontrar uma explicação para o tabu do incesto – enquanto fenômeno no qual se encontram imbricados aspectos da natureza e da cultura – elaborou um resumo das várias opiniões científicas, sobre o qual nos deteremos neste tópico, por considerá-lo de grande valor introdutório ao nosso tema.

Uma primeira abordagem, em que predomina o aspecto biológico, obteve legitimidade a partir do fenômeno conhecido como *degeneração endógama* (grifos do autor): o tabu do incesto teria sua origem no perigo da endogamia. Os estudos – tanto em humanos como em animais – apontam para a evidência de que a endogamia, do ponto de vista genético, é nociva para a descendência. Afirma esta teoria que entre os humanos é maior a incidência de doenças e deformidades entre os filhos de parentes próximos. Esse fenômeno parece nítido e incontestável. Entretanto é passível de questionamento o fato de no passado ter se tornado óbvio a ponto de determinar a proibição do incesto.

Um segundo enfoque, que vem ganhando força entre os cientistas comportamentais é a *teoria da indiferença* (grifos do autor). Ela defende o ponto de vista de que, entre pessoas que viveram juntas desde a infância mais arcaica, existe uma aversão inata ao intercuro sexual. A etnologia, a partir do estudo de várias espécies animais demonstrou que, uma vez que lhes seja dada a possibilidade de escolha de parceiros sexuais, a preferência incidirá sempre sobre não parentes em detrimento dos parentes com os quais cresceram.

Dentro da mesma linha de investigação a Sociologia fornece resultados semelhantes. Um exemplo clássico é o que ocorre com garotos e garotas que crescem juntos

num mesmo grupo infantil de um *kibutz*: não há registro de que, na vida adulta, eles tenham estabelecido relações amorosas ou de casamento.

A antropologia, pela via do contrário, chega às mesmas conclusões ao estudar os casamentos Sim-Pua no nordeste de Taiwan. Nesse tipo de casamento tradicional, a noiva é levada criança ainda pequena – com 3 anos ou menos – para a casa dos pais do noivo, onde é adotada como filha caçula e cresce junto com ele. Esses casamentos, quando comparados a outros da mesma região, nos quais o momento da união dos parceiros é o momento do próprio casamento, demonstram uma mútua falta de interesse sexual entre o casal: “O que é notável na teoria da indiferença é que o fator decisivo na aversão ao incesto não é a relação biológica, mas a proximidade social – embora esta última pudesse seguir padrões comportamentais baseados na natureza humana” (MITTERAUER, 1998, p.272).

Uma terceira abordagem é trazida pela antropologia cultural, que tem na *teoria da troca*, de Lévi-Strauss, seu modelo explicativo preferido. As idéias do antropólogo francês, embora complexas tornaram-se conhecidas e amplamente aceitas no meio científico. Para Strauss, no tocante ao tabu do incesto, o preceito de dar a mãe, irmã ou filha a um homem de outro grupo, antecede a norma de proibição de tomar qualquer uma delas como esposa. Seu argumento é de que as sociedades se constituem numa série de trocas entre subsociedades e nesse sistema as mulheres se constituem como o mais valioso item de troca. Sua concepção de que o tabu do incesto é em última análise uma regra de reciprocidade sem, contudo, reduzir-se exclusivamente a uma regra social, permitiu-lhe afirmar que o mesmo é “o passo fundamental em virtude do qual, pelo qual, mas sobretudo no qual a transição da natureza para a cultura é efetuada” (STRAUSS, in MITTERAUER, 1998, p.273).

Um quarto enfoque é o que poderíamos chamar a *teoria do desejo de estabilidade em papéis e relações familiares* (grifo nosso). Aqui o tabu do incesto teria como função evitar as tensões que fatalmente seriam geradas dentro da família, tanto a partir da confusão criada

pela incerteza – falta de fixidez pela acumulação de papéis –, como pela vulnerabilidade das relações familiares a partir das rivalidades sexuais potencialmente instauradas entre os membros da família. Assim, no primeiro caso teríamos, por exemplo, o filho homem de uma relação entre pai e filha, que seria ao mesmo tempo filho e irmão de sua mãe. No segundo caso a disputa de irmãos que brigariam por irmãs, a competição entre mãe e filhas, são exemplos do caos familiar que representariam tais relações (MITTERAUER, 1998).

Entretanto, segundo o autor, essa explicação do tabu do incesto com a função de evitar tensão no grupo familiar, cai no reducionismo da idéia de família como o grupo pais-filhos, fundamental para o conceito de tabu do incesto como norma proibitiva do *incesto de família nuclear* (grifos nossos), mas inadequada para pensar muitas estruturas familiares, de maior abrangência, tanto no passado como no presente.

Por último, as teorias históricas, que fornecem grande parte do material sobre o qual se apóiam os estudiosos do tabu do incesto. Embora isoladamente não se destaquem no que concerne à controvérsia sobre o assunto, apresentam uma riqueza de registros que se presta à pesquisa sob os mais diferentes enfoques.

Os historiadores sociais, que vêem o tabu do incesto, sobretudo como uma regra social, questionam a noção unificada a respeito do incesto de família nuclear: nessa modalidade de incesto, os três tipos de relacionamento que o caracterizam – mãe-filho, pai-filha e irmão-irmã – eram de fato aglutinados pelas culturas do passado? Voltamos ao ponto-chave da investigação: em se tratando de qualquer exame sobre a universalidade das regras sociais concernentes ao incesto é imperativo considerar igualmente os papéis respectivos da natureza e da cultura em sua produção (MITTERAUER, 1998).

O autor prossegue enfatizando que um capítulo à parte no estudo do incesto de família nuclear diz respeito ao chamado incesto dinástico – aquele praticado pelas famílias reais e nobres – e do qual existem relatos de todas as partes do mundo e em todos os períodos

históricos. Essa prática supõe proteger a legitimidade do governante através da garantia de pais de sangue igualmente real. A escolha de esposas torna-se um tanto mais limitada quando se supunha também que a família real tinha ascendência divina como veremos adiante. A qualidade e quantidade das fontes e do material historiográfico, apontam para a evidência de que os hábitos de casamento dos reis e dos nobres detiveram prioridade de registro, o que não é de estranhar uma vez que o que se torna histórico não se faz de maneira indissociável dos aspectos econômico e social.

No Havaí era comum o casamento dos reis com suas irmãs. Entre os tonga da Polinésia o filho do chefe deveria se casar com sua irmã, principalmente se ela fosse mais velha que ele. Nas cercanias dos grandes lagos africanos – o fato impressiona pela recente cronologia – os casamentos incestuosos eram conhecidos, nos reinos hima, até a década de 1960. Nos Andes, o reino inca instituiu como privilégio da casa real o casamento entre parentes (MITTERAUER, 1998).

É do Oriente Próximo a evidência mais freqüente e também mais antiga de incesto dinástico: a dinastia persa dos aquemênidas apropriara-se dos costumes do rei do Elam (nome dado, na Antiguidade, ao que hoje é conhecido como o sudoeste do Irã. Sua principal cidade era Susa, e seu zênite se deu por volta do séc. XIII a. C). Entretanto, provém do Egito o exemplo mais famoso de incesto dinástico. Remonta à 11ª dinastia (2000 a. C.) o casamento parental entre os faraós, e havia também casamentos entre pai e filha. A dinastia grega dos Ptolomeu, seguindo não se sabe se o modelo egípcio antigo ou o persa, manteve o costume. Consta que dos onze governantes gregos que reinaram no Egito oito deles se casaram com suas irmãs, dois com sobrinhas, um com uma prima (que também era sua madrasta), e o último casou com a própria mãe. Este no mesmo dia foi assassinado por um tio, que desposou a viúva, sua própria irmã. Foi Cleópatra quem, depois de dois casamentos incestuosos com seus meios irmãos Ptolomeu XIII (51-47 a. C.) e Ptolomeu XIV (47-42 a. C.), pôs fim aos

casamentos dinásticos, pois seus filhos nasceram de relações com Júlio César e Marco Antonio. Existiu ainda no Egito, a ideologia de um parentesco sagrado a partir da deificação, fosse de um governante falecido recentemente ou ainda vivo, fosse a partir do modelo grego de identificação (casal de irmão-irmã Ísis e Osiris em alusão ao casamento mítico de Zeus e sua irmã Hera). Mitos dessa natureza influenciavam de maneira decisiva os hábitos de casamento das famílias dominantes, uma vez que o rei era transposto para a esfera divina. Entretanto não oferecem dados suficientes para evidência ou elementos confiáveis para uma inferência segura dos costumes sexuais das sociedades adeptas de tais crenças (MITTERAUER, 1998).

Se é plausível que a noção de *sangue real* explique o incesto dinástico, o mesmo não se pode dizer a respeito da possibilidade de que essa prática pudesse ter migrado da casa dos governantes para as casas dos governados, isto é para a sociedade em geral. Entretanto, e isso é digno de registro, tanto no Egito quanto no Irã – os dois países cujas famílias reais praticavam o incesto dinástico – observa-se que a população tendeu a perpetuar práticas endogâmicas por um longo período.

A partir dessa observação, é importante citar Lévi Strauss (1976) ao assinalar que, segundo estudos de Murray na década de 1930, no Egito antigo o caráter oficial e permanente do incesto – particularmente entre irmão e irmã – contemplava apenas a casta reinante e as mais tardias dinastias. Entretanto, pesquisas recentes apontam a possibilidade de que tal prática talvez representasse um costume entre categorias sociais populares como os artesãos e os pequenos funcionários.

Mas voltando a Mitterauer (1998), em termos de registros dos incestos dinásticos no Egito, os censos e contratos de casamento evidenciam o fenômeno com maior clareza, sobretudo durante os séculos I e II d. C. No Irã, existem evidências de que tais casamentos foram praticados durante séculos. Lá, graças aos ensinamentos de Zoroastro, ao casamento

consangüíneo era atribuído alto valor religioso. Ao contrário do Egito, não havia o tabu do incesto e o casamento entre parentes próximos, mais que tolerado, era socialmente desejado. Somente no século III d. C, quando o imperador Caracala, em 212 d. C. confere a cidadania romana aos egípcios, o casamento consangüíneo foi proibido. Sugere ainda que, em virtude das práticas endogâmicas desses dois países remontarem a um passado longínquo, talvez devêssemos identificá-las como uma forma especial de endogamia que durante muito tempo prevaleceu no Oriente Próximo.

O autor ainda nos chama a atenção para o fato de que ao estabelecer uma comparação entre os costumes de casamento no Egito e no Irã no primeiro século d. C. vem à tona uma questão fundamental no tocante à conceitualização do tabu do incesto: é praxe agrupar o casamento consangüíneo com os relacionamentos entre pai-filha, mãe-filho. Isso abre precedentes para enormes distorções visto que esses relacionamentos – tanto no casamento quanto no sexo fora do casamento, não estão submetidos ao mesmo tipo de tabu uma vez que existem diferentes culturas. Essa problemática já se evidencia no Código de Hamurábi, que revela uma gradação quando estabelece que o incesto entre pai e filha deverá ser punido com o exílio do pai, enquanto para o incesto entre mãe e filho a punição é que ambos sejam queimados vivos; no entanto, o incesto entre irmão e irmã não é sequer digno de menção.

Quanto ao Irã (onde o casamento consangüíneo é atestado por um período muito mais longo) é importante salientar que as práticas incestuosas dos persas começam a ser alvo de crítica já no século V a C. Nesse primeiro momento, pelos gregos e posteriormente pelos autores nestorianos dos períodos sassânida e islâmico, tendo seu apogeu em meados do século VI d C. – na figura de Mar Aba (meados do séc. VI), patriarca de Selêucia-Ctesifonte. Pouco depois, Mar Timóteo (cerca de 800 d. C.) amplia a lista de proibições de seu antecessor, considerando incestuosas inclusive as uniões matrimoniais com a viúva do sobrinho e a irmã

da cunhada, ratificando a condenação daquilo que era condenado como sendo os “costumes entre os magos”.

Observa-se então que a cristandade rejeitou não apenas o casamento consanguíneo, mas também o casamento com parentes afins, desde os seus primórdios. A proibição das uniões com irmãos e cunhadas é a mais antiga dentre as numerosas leis que surgiam impostas pela lei canônica. Mar Aba faz uma nítida separação entre cristãos e judeus ao condenar os costumes endógamos de seus vizinhos não cristãos e aboli-los entre os cristãos nestorianos e no Império Sassânida. A transgressão da lei era punida com a proibição de ir à igreja e receber os sacramentos. Diz ele:

[...] Há pessoas que ousam se aproximar das esposas de seus pais, dos irmãos de seus pais, suas tias, irmãs, noras, netas ou filhas adotivas (como fazem os magos), ou cunhadas como fazem os judeus, ou descrentes como os pagãos. Sobre esse ponto ordenamos [...] e confirmamos segundo as sagradas Escrituras: não ouse nenhum descrente viver em tal união ilegítima, ou corromper e confundir as regras do casamento legítimo, que foram estabelecidas por deus em sua infável sabedoria para fortalecer nossa racionalidade [...] (MARABA citado por MITTERAUER, 1998, p.269).

O patriarca alerta ainda que a transgressão será punida com a proibição de ir à igreja bem como de receber os sacramentos, acrescentando que:

(...) nenhum leigo cristão pode acompanhá-los no dia de sua morte, seguir seu caixão durante os ritos funerais ou enterrá-los, seja publicamente ou em segredo, no dia de sua morte. Por seus feitos separaram-se da vida cristã e, como animais irracionais sujaram-se a si mesmos num casamento ilegítimo; e assim, mesmo em sua morte, precisam ser privados de qualquer comunhão com os fiéis. Devem ser enterrados como jumentos, os animais aos quais se assemelhavam em vida (in MITTERAUER, 1998, p. 269-270).

As palavras do profeta – em seu cânone e sobre o casamento – por seu teor de juízo e condenação são de extraordinária repercussão e interesse para o estudo do incesto.

Primeiramente porque elas aludem à cultura e esta, nas palavras de Mitterauer:

[...] submeteu o tabu do incesto ao questionamento mais radical na história da humanidade: os discípulos de Zoroastro (Zaratustra), cujas crenças foram a religião de Estado do Império Persa durante o período sassânida e eram conhecidos como magos, segundo uma tribo que originalmente exercia funções sacerdotais (MITTERAUER, 1998, p. 270).

A idéia do inusitado em relação ao caráter transgressor explicitado nas práticas endogâmicas do zoroastrismo quando comparadas ao estabelecido em outras culturas toma fôlego em uma passagem na qual Mar Aba afirma que: “A idéia de justiça entre os seguidores de Ormuzd é realizada quando um homem teve relações sexuais com sua mãe, filha e irmã” (in MITTERAUER, 1998, p. 270). Assim torna-se evidente que entre os seguidores de Zoroastro, tais práticas além de permitidas constituíam um dever religioso. Esse fenômeno cultural, segundo Mitterauer, parece único.

O zoroastrismo, sendo uma fê missionária, permitiu aos persas, através de suas expedições missionárias, disseminarem seus preceitos bem além das fronteiras do Irã, conforme citação do sumo sacerdote Kartir (242 e 293 d. C.): “[...] tão longe quanto os ‘jardins de Alá’” (in SIDLER, citado por MITTERAUER, 1998, p. 288) e dentre as suas atividades religiosas, o casamento consangüíneo foi difundido de modo especial.

As declarações do cânone de Mar Aba são importantes tanto quando nos debruçamos sobre o estudo do incesto do ponto de vista de sua referência à cultura, quanto em relação ao paralelo traçado entre o comportamento humano e animal, uma vez que ambos os enfoques redundam no binômio natureza-cultura, que, como já foi dito, está presente em qualquer abordagem que se pretenda sobre o assunto.

Duas observações feitas por Mitterauer (1998) nos parecem caras à nossa reflexão. A primeira, quanto à alusão a respeito da semelhança entre o comportamento dos magos e o do jumento – animal que simboliza a vergonha – traz à luz um fato: o que ecoa em nossos dias e está na base das discussões científicas mais acirradas sobre as influências conflitantes da natureza e da cultura sobre a sexualidade humana, nada mais são do que as fundações da lei canônica da Mesopotâmia sassânida, com seu pressuposto de que a repugnância do incesto é exclusiva da raça humana.

A segunda, que a nosso ver antecede a primeira se seguimos o raciocínio do desejo de supremacia humana pela dominação dos instintos, é que, para além da idéia do jumento como símbolo da vergonha, há uma outra razão que justifica a condenação do casamento consangüíneo por Mar Aba no Império Persa: a renúncia aos instintos sexuais com parentes próximos é a marca da racionalidade, aquilo que distingue o homem dos animais irracionais.

O posicionamento do patriarca nestoriano Jesubocht acerca da endogamia zoroástrica apresenta conteúdo manifesto de interesse para a abordagem da teoria da degeneração endógama na passagem que se segue: “o juízo de Deus, o qual muitas vezes se manifesta nos filhos de tais uniões impuras, no fato de que há algo de anormal nelas: seus membros, olhos, mãos e pés mostram certa fraqueza, e sua pele é de várias cores” (MITTERAUER, 1998, p. 276). Aqui, a associação entre casamento incestuoso e degeneração por endogamia é explícita.

Uma segunda colocação de Jesubocht vem em defesa dos adeptos da teoria da indiferença:

O limite da natureza humana se mostra no fato de que esse povo [os magos], embora considerem que seus torpes costumes estejam justificados, não se envolvem em tais uniões impuras sem antes serem inflamados pela desprezível luxúria e ter lutado ferozmente contra sua própria racionalidade inata. E uma vez dado esse passo, muitas vezes se sentem tomados por repugnância (JESUBOCHT, in MITTERAUER, 1998, p. 276).

A partir dessa afirmação, podemos considerar que os *costumes dos magos* (grifo do autor) “deporiam contra a universalidade do tabu do incesto como norma social, mas não contra sua universalidade como atitude sexual em relação a pessoas familiares desde a infância” (MITTERAUER, 1988, p.277).

Os exemplos de sociedades antigas que permitiam os casamentos entre meio-parentes são muitos: a lei ática permitia a união entre meios-parentes com o mesmo pai; já a lei espartana, com a mesma mãe. Entre os fenícios e na Arábia pré-islâmica há indícios desse

tipo de casamento incestuoso. A própria Bíblia é pródiga em exemplos: a lei mosaica reconhecia a união dos meio-irmãos Sara e Abraão.

O Império Romano, onde o casamento com uma sobrinha era proibido, assistiu ao casamento do imperador Cláudio com sua sobrinha Agripina, a Jovem, filha do seu irmão Germânico. Tal acontecimento provocou polêmica ficando esse tipo de incesto permitido apenas para sobrinhas filhas da irmã. O Império Romano só recuperou sua regra social original de proibição irrestrita da união com sobrinhas na época dos imperadores Constante e Constantino (337-350 d. C.), quando o incesto passou a ser punido com a morte. Essa mudança radical da tolerância à pena de morte foi fruto da incompatibilidade entre as tradições da exogamia do Ocidente e a endogamia das províncias do Oriente. Síria e Egito permaneceram com o casamento com sobrinha por muitos anos (MITTERAUER, 1998).

A idéia de que as proibições de incesto em sociedades históricas envolvam uma relação de sangue ou uma criação comum que pudesse influenciar no futuro comportamento sexual, não se sustenta. Antes, tudo faz crer que essa proibição é fruto de fatores sócio-culturais.

A religião islâmica permite os leviratos – instituição matrimonial que impunha à viúva o casamento com o irmão ou com o herdeiro do nome do marido – e o casamento com qualquer parente afim, exceção feita à madrasta. A proibição islâmica restringe-se aos casamentos consangüíneos.

Na cristandade européia a proibição de parceiros consangüíneos faz-se nos troncos materno e paterno. Quanto aos parentes afins as atitudes variam muito em função das diferentes culturas. A proibição que diz respeito à proximidade pessoal vai além desse tipo de parentesco. De acordo com o Corão, é impedido o intercuro sexual entre tias, sobrinhas e filhas adotivas, e ainda com amas-de-leite e irmãs-de-leite. Esse tipo de proibição é também

conhecido fora da religião islâmica como é o caso da Armênia. Aqui mais uma vez cabe a teoria da aversão inata ao intercuro sexual com pessoas de convivência na infância arcaica.

Entretanto, essa explicação não encontra respaldo em muitas outras culturas que adotam a prática da amamentação por amas-de-leite, o mesmo acontecendo em relação à cristandade ocidental. A observação leva a crer que a proibição entre parentes-de-leite tende a assimilar-se com outras formas de parentesco artificial como, por exemplo, a proibição que surge a partir do vínculo espiritual entre padrinhos e afilhados e seus parentes próximos. Essa tradição, difundida a partir de Bizâncio no século VI, se constitui para muitos autores em um impedimento mais importante do que a consangüinidade (MITTERAUER, 1998).

Diante do exposto, podemos verificar que tanto as proibições do incesto quanto as pré-condições para a aversão ao incesto são multideterminadas dentro das diferentes culturas, mas tanto uma quanto outra estão fortemente marcadas pela influência dos fatores sociais nesse determinismo.

Nossa pesquisa pretende, a partir da analogia entre instituição familiar e incesto, compreender as regras de comportamento que favorecem o surgimento, a manutenção e a transmissão geracional desse fenômeno.

1.2 O filicídio

“(…) É muito provável que os mitos, por exemplo, sejam vestígios distorcidos de fantasias plenas de desejos de nações inteiras, os sonhos seculares da humanidade jovem.”

(Freud, [1907] 1976)

A violência contra os filhos é um fenômeno universal, tão evidente e generalizado quanto negado. Revelado pela matança, mortificação, mutilação, denigração e abandono, tornou-se um fato de observação científica. A exposição que se segue repousa nas idéias de Rascovsky, que o definindo como “o fato mais importante da patologia individual e social”,

afirma: “Não existe nada mais sinistro e nada mais intensamente negado do que o filicídio, tanto em suas formas ostensivas como em suas formas veladas” (RASCOVSKY, 1974, p.9).

As diversas áreas que se ocupam do estudo dos grupos humanos encontram provas evidentes da violência exercida pelos pais ou substitutos em relação à seus filhos. Dentre todas, a Mitologia parece, de longe, ser a mais profícua na evidência desse fenômeno, ao tratar dessas inter-relações. A Religião, por seu turno também merece destaque ao enaltecer em seus relatos comportamentos elucidativos da crueldade dos pais contra seus filhos.

Podemos, nos documentos históricos mais antigos, perceber a estreita articulação entre o filicídio e as origens do processo sócio-cultural. Entretanto é à Mitologia que rendemos maior tributo neste tópico. Muitas dessas lendas e mitos, se não podemos considerá-las universais, estamos no mínimo respaldados para reconhecer que elas integram as culturas de muitos povos e grupos humanos dispersos e heterogêneos.

A nosso ver, é ainda a forma assistemática, isto é, a multifacetação da manifestação do filicídio que a um só tempo mascara e difunde a violência que engolfa o indivíduo em sociedade, sejam quais forem os grupos humanos e, ousamos afirmar – trazendo para o contexto atual – os arranjos familiares a que pertençam.

1.2.1 As funções parentais e o filicídio

De acordo com a teoria psicanalítica, duas tendências instintivas básicas estão na base do desenvolvimento e impulsionam o indivíduo no sentido de sua integração: as tendências eróticas denominadas genericamente como pulsão de vida (ou eros) e as tendências tanáticas denominadas como pulsões de morte (ou tânatos). Embora em oposição permanente e fundidas entre si, as pulsões – de vida ou de morte – estão sempre presentes no psiquismo.

A preponderância de uma ou de outra é o princípio que determinará a qualidade de vida do sujeito.

Na vida intra-uterina o feto tem sua demanda instintiva neutralizada pela via umbilical que lhe fornece todos os elementos de que necessita. Essa existência nirvânica é interrompida com o nascimento, que acarreta “uma intensificação cumulativa da tensão instintiva e conseqüentemente do instinto de morte até então em repouso ou atenuado pelas substâncias provenientes da mãe”, até que o leite materno torne-se o “substituto natural do afluxo umbilical”, consumando o fato de que “nos primeiros meses de vida, a criança se alimenta de partes corporais de sua mãe” (RASCOVSKY, 1974, p. 12-13).

O autor prossegue valendo-se da teoria de Melanie Klein sobre o desenvolvimento infantil para enfatizar as significações psicológicas específicas inerentes a esta precoce relação canibalística do bebê com a mãe, que configuram o conjunto de angústias e defesas próprias da primeira fase do desenvolvimento pós-natal da criança, e que a autora denominou posição esquizoparanóide. Salientamos ainda que para compreender regressão canibalística é fundamental a concepção, na teoria psicanalítica, de objeto¹.

Em linhas gerais podemos dizer que na teoria kleiniana “cisão torna-se um termo empregado para descrever a maneira pela qual os objetos vêm a ser separados em seus aspectos bons e seus aspectos maus” (HINSHELWOOD, 1992, p. 258). Daí é que a introjeção e a projeção da versão boa ou da versão má do objeto desempenha um papel extremamente importante no desenvolvimento da personalidade.

¹ A noção de objeto é encarada em psicanálise sob três aspectos principais:

A) Enquanto correlativo da pulsão, ele é aquilo em que e por que esta procura atingir a sua meta, isto é, um certo tipo de satisfação. Pode tratar-se de uma pessoa ou de um objeto parcial, de um objeto real ou de um objeto fantasístico.

B) Enquanto correlativo do amor (ou do ódio), trata-se então da relação da pessoa total, ou da instância do ego, com um objeto visado também como totalidade (pessoa, entidade, ideal, etc.) (o adjetivo correspondente seria “objetal”).

C) No sentido tradicional da filosofia e da psicologia do conhecimento, enquanto correlativo do sujeito que percebe e conhece, é aquilo que se oferece com características fixas e permanentes, reconhecíveis de direito pela universalidade dos sujeitos, independentemente dos desejos e das opiniões dos indivíduos (o adjetivo correspondente seria “objetivo”) (LAPLANCHE e PONTALIS, 1999, p.321).

Klein (1996) acredita que o aspecto-chave do desenvolvimento infantil está na integração realista e discriminatória de tais cisões nos objetos, o que equivale a dizer que a criança, no decorrer do seu desenvolvimento deverá desvencilhar-se da concepção maniqueísta que caracteriza seu psiquismo mais primitivo, em direção a um psiquismo mais estruturado. É essa integração que permitirá ao sujeito fazer a ultrapassagem da posição esquizoparanóide para a posição depressiva da qual falaremos mais adiante.

A autora, em função do seu percurso teórico em que os objetos cindidos eram representantes de relações (de objeto) boas ou más – o que significa dizer, em que os objetos cindidos representavam relacionamentos investidos de *sentimentos* (grifos nossos) bons ou maus – mostrou-se sempre muito interessada na cisão dos estados emocionais: “Acredito que o ego é incapaz de cindir o objeto sem que uma cisão correspondente se dê dentro do ego” (KLEIN, citada por HINSHELWOOD, 1992, p. 259).

Dentre todos, o mecanismo de cisão é aquele sobre o qual recaiu a maior atenção de Klein. É como se nele estivessem contidos, de forma latente todos os outros de formação mais arcaica, aos quais a autora denominou mecanismos primitivos.

Hinshelwood (1992) refere que Klein, a partir de suas observações clínicas, sentiu-se cada vez mais convencida da atuação e força dos mecanismos primitivos de defesa e seus desdobramentos na formação do psiquismo uma vez que eles afetavam o caráter das relações objetais e, como consequência lógica, definiam os fundamentos da identidade. Esses dois aspectos são de total pertinência ao propósito do nosso estudo.

Detivemo-nos de maneira especial no mecanismo da cisão por duas razões essenciais. Primeiramente, trata-se de um mecanismo bastante presente nos delinquentes por abuso sexual (violadores, pedófilos, pais incestuosos), pois estes, além de perversos sexuais e de caráter também apresentam traços psicopáticos (EIGÜER, 1999). Em segundo lugar pelo

fato de que a cisão do ego se constitui numa das conseqüências mais danosas – e bastante freqüente – nos sujeitos vitimados pelo abuso sexual seja ele de natureza incestuosa ou não.

Em síntese, referimo-nos à posição esquizoparanóide como o conjunto de angústias e defesas pertinentes à primeira fase da vida extra-uterina. Por posição depressiva entende-se, conforme Melanie Klein um segundo conjunto de sentimentos que se configura por volta do sexto mês, sendo fundamental ao desenvolvimento psíquico da criança: “[...] o estado depressivo como o resultado de uma mistura de ansiedade paranóide e daqueles conteúdos de ansiedade, sentimentos de aflição e defesas que se acham ligados com a perda iminente do objeto amado total (KLEIN, citada por HINSHELWOD, 1992, p.160).

A posição depressiva, contrariamente à fase esquizoparanóide que se caracteriza pela dissociação do todo em partes, consiste na unificação e integração das partes do sujeito que encontram-se fragmentadas e dispersas em virtude das projeções anteriores. Dito de outra maneira, a posição depressiva é a capacidade adquirida pela criança para integrar, numa totalidade os aspectos dissociados da mãe – seio bom e seio mau, concebendo-a como um objeto uno. Esta capacidade de integrar os aspectos bons e maus dos objetos será a base para a formação do sentimento de alteridade, do respeito às diferenças, enfim da competência para a vida em sociedade.

Esperando ter esclarecido em linhas gerais o que representam a posição esquizoparanóide e a posição depressiva, voltemos a Rascovsky. O autor prossegue sua argumentação lembrando que o seio e seus substitutos são o alvo para onde se dirige a primeira relação pós-natal, que representa a “primeira conexão derivativa capaz de permitir a liberação e expressão da pressão interna que ameaça desintegrar o próprio ego do indivíduo”, cumprindo assinalar que à mãe – que se constitui como parte do próprio ego da criança – cabe uma dupla função: a) “ego auxiliar” da criança; b) mundo exterior imediato (RASCOVSKY, 1974, p.13).

Na segunda função, a de mediadora entre a criança e o mundo exterior, a mãe torna-se o receptáculo de todas as tendências instintivas do recém-nascido e a qualidade dessa inter-relação representa um esboço da futura relação com a sociedade. Em outras palavras, a qualidade da recepção e elaboração materna dessas tendências será responsável pela estruturação das bases de interação (orientação, controle, sublimação e socialização) dos instintos na futura relação criança-sociedade (RASCOVSKY, 1974).

O autor chama a atenção para os esquemas impostos através das gerações. Em sua opinião, a experiência que a mulher recebe como filha será repassada a seus filhos uma vez que tal experiência converte-se em tendências maternas ativas que farão com que ela reproduza os esquemas impostos por seus próprios pais. Este movimento de reiteração dos ditos esquemas nem sempre refletem os modelos identificatórios originalmente fornecidos, tendo antes um resultando antagônico, isto é, identificação com modelos contrários. Ainda assim, nesses casos, um exame mais aprofundado na conduta ou comportamento modificado dos novos padrões irá revelar o padrão identificatório original.

Não há dúvida quanto ao fato de que são as antigas tendências esquizoparanóides reativadas nos pais que levam a cabo o processo de destruição dos filhos. Tais tendências são reativadas por impactos geradores de estresse, sofridos pelos pais durante a infância, em seu desenvolvimento histórico ou em sua vida atual. Os estímulos maníacos provocados pelo álcool e outras drogas podem provocar nos pais um afrouxamento do controle da hostilidade primitiva dirigida contra os filhos, favorecendo a concretização das formas de agressão mais violentas, a exemplo do assassinato (RASCOVSKY, 1974).

Em que pese a prioridade materna nas primeiras referências identificatórias do bebê, a ela devem ser acrescentadas as experiências recebidas passivamente do casal parental e seus substitutos, com variadas formas de identificação, somando-se a isso o aprendizado. Sabemos que a estruturação definitiva do filho não pode prescindir da participação da figura

paterna nas várias funções: nutrição, proteção, identificação e adaptação, demandadas pela socialização da criança.

1.2.2 De Cadmo a Édipo: o legado de uma linhagem filicida

Em toda a mitologia grega, os primeiros conflitos que induzem ao filicídio ocorrem na sucessão geracional (RASCOVSKY, 1974).

O autor reporta-se ao mito de Tântalo e Pélope, chamando a atenção para a correlação deste com o mito de Édipo em virtude da força que exerce o aspecto da transgeracionalidade do filicídio na civilização ocidental.

Pélope, na condição de filho vitimado por um forte sentimento canibalístico em relação ao pai (Tântalo), lançou a terrível condenação contra Laio, que atingirá Édipo e ainda pesará sobre toda a humanidade. Acrescentamos aqui outro aspecto de extrema relevância para a nossa pesquisa que é o fato de ser considerado filicida aquele encarregado de desempenhar as funções parentais – no caso do mito, o pai adotivo ou preceptor; no nosso trabalho, não necessariamente o pai biológico.

Ao indagarmos a origem da maldição contra Laio, várias vezes expressada pelo oráculo, constatamos que Pélope, assassinado pelo próprio pai, Tântalo, é quem a formula, a partir de um acontecimento inusitado. Sabe-se que Laio fora desterrado de sua pátria por Licos (na ocasião governante e seu pai substituto) que se propunha a destroná-lo. Em seguida Laio é acolhido por Pélope no exílio, e este o torna preceptor de seu filho Crísipo. Laio, que era homossexual, seduz o jovem Crísipo, o rapta e desaparece com ele, por ocasião dos jogos sagrados de Nemean. Pélope, furioso e traspassado de dor, lança o anátema contra Laio: “Que nunca venhas a ter um filho, e, se chegares a tê-lo, que se torne o assassino de seu pai e se case com sua mãe.” (RASCOVSKY, 1974, p. 31).

Na qualidade de preceptor de Crísipo, Laio aceita a incumbência das funções parentais substitutivas que lhe são conferidas por Pélope. No entanto, ao deixar-se levar pela lascívia seduzindo Crísipo, adota uma conduta semelhante à de Tântalo – o pai criminoso de Pélope – sobre quem, numa análise retrospectiva, repousa a origem da maldição. Dessa forma, Édipo carrega o estigma de eterno filho e último depositário da culpa pelo canibalismo paterno original, pondo término à transmissão do mito grego (RASCOVSKY, 1974).

Tântalo por sua vez não fica impune: é condenado por Zeus a uma sede perpétua, vivendo submerso em um lago, cujas águas cristalinas desapareciam à cada tentativa sua de saciá-la. Como se essa tortura não bastasse, pendiam sobre sua cabeça galhos de árvores pesados de frutos apetitosos, que se afastavam, colocando-se fora do seu alcance, a cada vez que o infeliz ensaiava aplacar a sua fome. Era esse o castigo de Zeus imputado a Tântalo com a finalidade de punir este último por seu canibalismo filicida: a frustração oral, total e irremediável (RASCOVSKY, 1974).

Quando contava apenas um ano de vida, Laio fica órfão. Com a morte de seu pai Lábdaco é então nomeado um regente em Tebas para governar até que Laio alcance a idade para tornar-se rei. Entretanto é importante ressaltar que a falta do pai não pode ser considerada a única circunstância impeditiva do desenvolvimento de suas condições masculinas e parentais. Licos, na qualidade de governante e pai substituto, tornou-se opção mais drástica do que teria sido Lábdaco, pois, como se não bastasse não exercer sua função protetora, ainda tenta usurpar o trono de Laio. “No caso de Laio, como no de qualquer homossexual, o fracasso das identificações com o progenitor masculino constituem importantes fatores causais, e estas circunstâncias estão presentes na narrativa mitológica.” (RASCOVSKY, 1974, p. 31).

O autor prossegue assinalando o contexto do desenvolvimento individual de Édipo como favorável a uma compreensão da sua atitude ao repetir o exemplo do seu próprio

pai – Édipo será tão mau pai quanto o foi Laio – irá amaldiçoar seus filhos, atirá-los à luta fratricida e, finalmente, à perdição. Enfim, Édipo irá atuar como o mais fiel depositário de uma dinastia de malogros parentais.

Na verdade, esta maldição dinástica vem das origens. Édipo, filho de Laio, filho de Lábdaco, filho de Polidoro, filho de Cadmo, fundador de Tebas, nasceu em uma família onde o assassinato dos filhos – quer seja praticado pelos próprios pais (incluindo-se as mães), quer seja por meio de mecanismos de substituição identificáveis ao exame mais superficial conforme relatado nos dois mitos gregos - é uma prática recorrente.

Para fins do nosso estudo, nos ativemos ao fenômeno do filicídio, tanto no mito de Tântalo e Pélope quanto no mito edipiano, associado às figuras paternas envolvidas – por descendência ou por delegação – deixando de fora, no caso do último, os episódios em que as mães encontram-se igualmente no papel de filicidas. Esta medida teve como finalidade evitar uma narrativa que, a nosso ver, tornar-se-ia exaustiva. Mas, o detalhamento, ou, como ora procedemos, o simples registro da linhagem filicida de Édipo lança luz sobre os aspectos inconscientes envolvidos na expressão da natureza humana e nos graves conflitos inerentes à luta entre gerações.

1.2.3 O Filicídio: correlato da proibição do incesto e do parricídio

1.2.3.1 O parricídio como resposta ao filicídio.

Rascovsky (1974) reivindica uma total revisão na hipótese de que a culpa e o crime original surgem do parricídio. Em sua opinião o parricídio é a consequência e não a causa da conduta filicida. Seu pressuposto é de que a raiz desse fenômeno está na identificação da criança com a prévia atitude agressiva de seus genitores.

Com este argumento o autor questiona um dos postulados mais caros à psicanálise freudiana: “o parricídio é o crime principal e primevo da humanidade, assim como do indivíduo. É, em todo caso, a fonte principal do sentimento de culpa, embora não saibamos se a única” (FREUD, [1927] 1976, p. 211).

O acontecimento apontado por Freud como “matança e ingestão do pai” – sentimento de culpa – deve ser modificado para “matança e ingestão do filho ou de partes do filho – intimidação culpógena de toda a prole – negação do processo real” (RASCOVSKY, 1974, p. 37).

Na opinião do autor o *acontecimento típico* (grifos nossos) assinalado por Freud deve ser substituído pelo *acontecimento típico* (grifos nossos) na seqüência de sua autoria, com base no que se segue:

Na prática clínica psicanalítica podemos observar a expressão endopsíquica de tal fenomenologia nas inter-relações entre o superego e o ego, evidenciada em distúrbios tais como a neurose obsessiva, a melancolia ou o suicídio, ou ainda na análise das sanções punitivas impostas ao ego, especialmente ante as fantasias incestuosas. Esta ameaça do superego, resultante de atitudes parentais arcaicas introjetadas, fundamenta o conceito de tabu. Por isso a definição do conceito de filicídio adquire excepcional significação para a teoria psicanalítica, dando uma nova dimensão ao complexo de Édipo, à compreensão das forças repressoras e dos perseguidores internalizados, assim como à estrutura da culpa (RASCOVSKY, 1974, p. 36-37).

A análise crítica do antropólogo Kroeber a respeito da concepção do parricídio entra em sintonia com o pensamento de Rascovsky. Sua visão crítica centra-se na noção de *fato típico* (grifos nossos). Diz o antropólogo que, historicamente falando, um fato típico é recorrente. A idéia de que a matança e ingestão do pai, seguidas por sentimentos de culpa etc., possa vir a ser um *fato típico* (grifos nossos), em sua opinião dificilmente pode ser admitida. Acrescenta ainda que “[...] certos processos psíquicos tendem sempre a ser operativos e encontram expressão nas instituições humanas” (KROEBER, citado por RASCOVSKY, 1974, p. 37).

Em Kroeber, Rascovsky encontra subsídios à sua tese de que o filicídio se constitui sim em fato típico demonstrável. São as instituições humanas – e aqui ele não restringe o crime ao âmbito da família – as responsáveis por reiterá-lo e disseminarem sua prática a cada geração. Defende ainda que entre as inúmeras formas sociais pelas quais as instituições promovem a perpetuação do filicídio, a guerra é, dentre todas, a mais constante.

Martins (2002) entra em sintonia com as idéias de Kroeber e Rascovsky, quando traz à reflexão as observações de Diderot ao comparar o menino com um selvagem no que diz respeito à intensidade do seu amor por sua mãe (Freud também valoriza muito esta passagem):

Se o pequeno selvagem fosse abandonado a si mesmo, mantendo toda a sua loucura, e juntasse ao pouco de discernimento de uma criança de berço as violentas paixões do homem de trinta anos, ele estrangularia seu pai e se deitaria com sua mãe (MARTINS, 2002, p. 23; FREUD [1915-1917] 1976, p. 394).

No argumento de Martins a intensidade da relação filho-mãe, bem como a interdição do incesto como referente ao pai são pontos passivos. Não podemos, diz ele, discordar de que a mãe é a primeira paixão infantil *o primeiro amor* (grifos do autor) de todos. Entretanto este autor diverge do parricídio inelutável:

Na verdade, a criança só reage com ódio em face do interdito. O meninozinho torna-se sempre um rival em potencial do pai. Mas em face de um pai amigo, que não aplique a violência, passará necessariamente a amá-lo. Mesmo sendo o pai o maior interessado na interdição da relação incestuosa mãe-filho, não é ele quem institui a lei em si. A lei de interdição nas suas diversas variações é sempre algo consensual do grupo, chegando a ponto de não ser necessário explicitá-la em palavras. Ela atravessa o modo de funcionamento de cada grupo (MARTINS, 2002, p.23-24).

Freud ([1927]-1976), afirma que o que torna inaceitável o ódio ao pai é o temor ao pai. Esse temor é o horror da castração, isto é a emasculação que representa a perda da masculinidade. Neste mesmo trabalho, ele também abre precedente a uma reflexão sobre a atitude responsiva que constitui o parricídio: assinala que ao reagir com excessiva agressividade frente às primeiras grandes privações instintivas, bem como com uma

correspondente e exacerbada severidade do superego, a criança está simplesmente repetindo um protótipo filogenético. A reação dispensa justificativas atuais, pois, com toda certeza o pai pré-histórico era tirânico e a atribuição que lhe é feita pelo filho, ao considerá-lo detentor da mais extrema agressividade é absolutamente legítima.

O procedimento da análise do temor ao pai implica na busca de tal agressividade nas inter-relações mais arcaicas com os progenitores. É necessário esclarecer que fatores foram internalizados como resultado da capacidade parental para ser continente e ao mesmo tempo elaborar a primitiva agressão inata do filho (conforme já foi pontuado no tópico sobre o filicídio e a função parental).

Observa-se que as agressões e destruições parciais ou totais dos pais para com os filhos aparecem numa escala que vai desde a rejeição ou o abandono até as ações efetivas relacionadas ao assassinato dos filhos.

1.2.3.2 As múltiplas faces do filicídio

O aprofundamento dos estudos sobre a inter-relação parento-filial desloca da mãe a função de *Ego auxiliar* do filho estendendo-a ao casal parental. A sobrevivência do filho torna-se possível graças a este *Ego-auxiliar* disponibilizado pelos pais, e que torna-se a bagagem psíquica indispensável para a adaptação da criança ao mundo exterior. Os trabalhos que se destacam nessa investigação foram realizados pelos seguintes autores: AINSWORTH, ANDRY, HARLOW, LEOVICI, MEAD, PRUGH, e WOOTON (Genebra, 1963); BOWLBY, AINSWORTH, BOSTON e ROSENBLUTH (1956); BOWLBY (1958); BURLINGHAM e ANNA FREUD (Londres, 1943) (in RASCOVSKY, 1974, grifos do autor).

A carência da função parental manifesta-se nas atitudes dos pais, de modo ativo e/ou passivo. Suas formas mais comuns são a circuncisão, a negligência, o abandono precoce

e/ou recorrente, os castigos físicos, a tortura psicológica, a proibição instintiva, o jogo de culpa, ameaça, a chantagem emocional, a castração, as penalidades e humilhações, a crueldade, as imposições despóticas, os ataques físicos ou verbais, a indiferença ao sofrimento, a infâmia, e tantas outras maneiras de agir dos pais, capazes de marcar a ferro e fogo o self incipiente da criança tanto no imediato da ação, quanto no vir a ser do sujeito.

Na trama que envolve a proibição do incesto e o parricídio, o filicídio se configura como o procedimento fundamental através do qual se estabeleceu a interdição e seus desdobramentos sócio-culturais. Dessa forma explica-se o porquê do sacrifício dos filhos – base do sacrifício humano – ter se transformado na exigência cultural por excelência. Assim, concebido como pré-requisito à cultura, o sacrifício dos filhos desdobra-se em múltiplas e atenuadas fórmulas sob o rótulo de educação (RASCOVSKY, 1974).

Para o autor esse raciocínio ainda nos permite ampliar a interpretação do sentimento de culpa em função do reforço paranóico resultante da ameaça direta agora não mais por um, mas pelo par parental: pai e mãe unidos numa aliança que irá intensificar na criança a culpa persecutória. Lembremos aqui: na teoria freudiana a culpa é gerada a partir da agressividade reprimida por medo da castração ou da perda de amor. Sendo assim ela será agora produzida em dobro.

Por último Rascovsky assinala que o exame do filicídio conduz a um esforço de trazer à luz uma pluralidade de microformas agressivas que atuam sobre o ego. Essas microformas – entre as quais se inclui a estrutura dos objetos persecutórios internos, como, por exemplo, o “seio mau” de Klein – configuram a organização paranóica. As microformas agressivas não se fazem presente apenas em função da fantasia mas também – e isso é importante ressaltar – sobre a base da realidade parental.

Entretanto, o filicídio não para nas origens: os processos sócio-culturais apresentam, de forma generalizada, uma necessidade – explícita ou implícita – de perpetuar

essa prática como forma de assegurar o fenômeno que se denominou civilização (RASCOVSKY, 1974). Para dimensionar o caráter valorativo do filicídio no evento civilizatório este autor afirma que:

Pode-se estabelecer que o sacrifício dos filhos constitui o método e o preço necessários à passagem da organização individual e endogâmica à organização social e exogâmica. A ambivalência decorrente da existência de fortes tendências destrutivas e, ao mesmo tempo, de fortes tendências amorosas, pode ser observada com particular precisão no ritual de morte e ressurreição vigente em diferentes culturas – em nossa opinião, em todas elas (RASCOVSKY, 1974, p. 8).

Concordamos com a colocação do autor ao dizer que este método e este preço foram difundidos sob vários rótulos. Dentre eles, se sobressaem os chamados ritos de iniciação, cuja exigência via de regra, incide sobre os varões. De maneira particular, esses ritos ao serem exigidos aos indivíduos ainda crianças, envolvem suas mães pelo nível de interação que ainda mantêm com elas, afetando assim toda a comunidade.

1.2.3.3. O tabu do incesto e o processo sócio-cultural

Conforme visto em Totem e tabu ([1913]-1976), os dois crimes de Édipo, foram primeiro, o parricídio e segundo o incesto praticado com a mãe. Estes são também os dois grandes crimes prescritos pela primeira instituição social-religiosa da humanidade – o totemismo. Logo, não deve passar despercebido o fato de que é o desejo – e não poderia deixar de sê-lo – que serve de base aos dois crimes perpetrados por Édipo. E justamente por isso, pela força do desejo, o apelo instintivo demonstra toda a sua força em relação ao psiquismo. A esse respeito Freud ([1915-1917]-1976) nos lembra que esses dois desejos criminosos foram reconhecidos como os legítimos representantes do caráter subversivo dos instintos já bem antes da época da psicanálise.

A proibição do incesto, como já foi dito, marca o início da própria cultura. O interdito evidencia a característica mais específica dos humanos: a existência do desejo e a vontade de exercer o livre arbítrio no sentido de transgredir as normas.

O instinto sexual, natural em si mesmo, não constitui o movimento da natureza em direção à cultura, uma vez que isto seria inconcebível. No entanto configura uma das razões pelas quais se encontra no campo da vida sexual – mais do que em qualquer outro – a transição que se opera entre ambas, isto é, entre a ordem natural e a ordem cultural (LÉVI-STRAUSS in RASCOVSKY, 1976).

O panorama sócio-cultural produzido a partir da proibição do incesto pode assim ser resumido: a) a instituição da exogamia, inclusive ampliação do grupo social, incluindo-se aí a ruptura da dependência primitiva dos pais em relação à comunidade; b) o superinvestimento e a organização da sublimação, que se traduz na canalização das tendências instintuais primitivas para objetivos mais elevados e em sintonia com o bem estar da comunidade, através da expressão criativa e do trabalho humano; c) a transmissão do legado cultural de uma geração à outra, garantindo a participação de todo o grupo na educação infanto-juvenil.

Theodor Reik (citado por FREUD [1915-1917]-1976) em um trabalho sobre os ritos de puberdade dos selvagens demonstrou que tais cerimoniais são instituídos naquelas sociedades com o sentido de romper os laços incestuosos do menino com a mãe e ao mesmo tempo reconciliá-lo com o pai. Esses ritos carregam a representação de um *renascimento* (grifos nossos).

Este processo, que na verdade representa a morte individual na sociedade primitiva incestuosa e o renascimento na sociedade exogâmica, constitui, na analogia descrita por Frazer, o conteúdo latente do ritual de “morte e ressurreição”, adotado universalmente em todas as culturas (RASCOVSKY, 1974).

Através do complexo de Édipo e de maneira particular, todo indivíduo revive esta etapa da evolução humana. Ao irromper o desejo incestuoso genital característico da fase edípica, entra em cena o complexo de castração, produzindo na criança a morte endogâmica,

pelo abandono da orientação exclusiva para a mãe, e pelo renascimento na sociedade exogâmica, isto é, a criança sai da família para ingressar na comunidade.

O infante ingressa, então, no período de latência, até que volte a ser outra vez importunado pela pressão dos instintos. É durante esse período que se intensifica a sublimação e lança-se mão da sociedade escolar enquanto expressão exogâmica. A educação até então centralizada nos pais é agora diluída com a adesão dos mestres e substitutos ao processo educativo infanto-juvenil.

Um último comentário diz respeito ao impacto provocado pela proibição do incesto, fazendo emergir uma força violenta, capaz de fazer frente à reivindicação instintiva. Essa “imposição traumática” (RASCOVSKY, 1974, p.40) deu lugar à imolação infantil através da matança do primogênito. Este procedimento foi considerado uma exigência divina sendo posteriormente institucionalizado pelos sistemas religiosos, conforme podemos atestar através de inúmeros testemunhos histórico-religiosos. Tal prática deve ser interpretada como uma norma antiqüíssima, a se perder nos primórdios da cultura.

1.3 O incesto intrafamiliar

“A moral é a face descoberta daquilo que estamos sempre em risco de deixar emergir: o nosso ser amoral.”

(Eiguer, 1999)

1.3.1 O agressor e o complexo de castração

Freud postula que o desenvolvimento da civilização impõe restrições à liberdade humana, e que a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições. Quando o desejo de liberdade se faz sentir numa comunidade pode estar sinalizando uma injustiça existente, e esse desejo pode tornar-se mola propulsora para um maior desenvolvimento da civilização; pode ainda esse desejo, permanecer compatível com a civilização. De outro modo um desejo de liberdade pode estar simplesmente revelando os remanescentes da personalidade do indivíduo

ainda não adaptados à vida coletiva e irá transformar-se na base da hostilidade à civilização. Dessa maneira, o impulso de liberdade é sempre dirigido contra formas de funcionamento ou exigências específicas da civilização, ou contra a civilização como um todo (FREUD, [1929]-1976).

Para o autor, um dos aspectos característicos da civilização traduz-se na forma interativa dos seres humanos: seus relacionamentos estão inexoravelmente sujeitos à regulação. Assim sendo, a liberdade do indivíduo, longe de ser um dom da civilização torna-se seu objeto de vigilância, censura e restrições.

Muitas das grandes lutas da humanidade giram em torno de equacionar o problema do exercício da liberdade individual e das exigências sociais, isto é, do cumprimento de uma tarefa que venha a dar conta da ânsia humana de felicidade. Dito de outra maneira, a felicidade residiria no utópico equilíbrio resultante da acomodação entre a reivindicação do indivíduo e as imposições da cultura.

A despeito do fato de que o indivíduo trabalhará sempre em defesa de sua reivindicação à liberdade individual contra a vontade do grupo “Não parece que qualquer influência possa induzir o homem a transformar sua natureza na de um térmita” (FREUD, [1929]-1976, p. 116).

O processo de castração e a ambivalência afetiva originária estão entrelaçados desde sempre. Por essa razão suas conseqüências variam radicalmente “segundo o agente que administra a lei, seja ele próprio castrado ou não” (PLASTINO, 2001, p. 159).

No caso do incesto adulto-criança, na modalidade pai-filha, as considerações de Plastino são de extrema valia para compreendermos a psicodinâmica que se estabelece entre o par, não só na situação de abuso, como também enquanto perdura a relação abusiva e mesmo a posteriori.

É sabido que o abusador desconhece a castração. Na condição deste encarnar a figura do pai, o contexto incestuoso emerge em todo o seu potencial perverso. O exercício daquilo que seria a imposição de limites à criança pelo agente da castração é travestida pelo desejo onipotente do pai abusador. Por sua vez, a criança assujeitada nessa malha tirânica sofrerá conseqüências opostas ao que deveria constituir o objetivo do próprio processo de castração.

Na situação de um castrador não castrado a presença de Eros estará adormecida. Assim, ficará impedida a experiência do amor alteritário, filho dileto da castração. O sujeito que se encontra à mercê da vontade do castrador não castrado encontra-se privado de um contexto emocional no qual sua própria potencialidade erótica seria mobilizada pela forte presença de Eros. Consequentemente, “ele se curva à vontade do castrador onipotente por medo, sendo então, possível que se torne ressentido e masoquista” (PLASTINO, 2001, p.159). Aqui encontramos também o lugar do silêncio e do segredo que envolvem os casos de abusos sexuais, particularmente os que ocorrem no seio da família, conforme veremos no Capítulo II. Por enquanto nos deteremos no conteúdo masoquista de tais relações.

A partir do raciocínio de Plastino no que diz respeito ao masoquismo, gostaríamos de chamar a atenção para o papel da cultura na domesticação dos desejos e da autenticidade do ser. O incesto pai/filha, como qualquer relação que comporte uma assimetria de poder, carrega consigo um código cultural que traduz os valores de atribuição do mundo circundante.

Esse código, portador dos modelos de organização social, sexual, do trabalho e familiares, bem como dos sistemas de crenças, das ideologias de gênero e ainda pelos esquemas cognitivos aos quais nos adaptamos dependentes que somos dos estereótipos sociais, é difundido, sobretudo, pela educação.

A educação cria ou reedita hábitos mentais que se caracterizam por serem “hábitos comuns, partilhados ou partilháveis pela maioria dos indivíduos”, pois seu objetivo é

produzir sistemas de representação que permitam o consenso em torno de uma apreensão do mundo que atenda aos “interesses sociais hegemônicos em uma dada sociedade” (FREIRE, 1984, p. 72).

Freud, atento à injunção dos instintos em relação às exigências culturais que buscam moldar os indivíduos adequando-os à vida social, expõe seu argumento de que a moeda com a qual pagamos o preço do nosso avanço no desenvolvimento da civilização é uma perda de felicidade oriunda e permanentemente intensificada pelo sentimento de culpa. Assim sendo, o autor nos faz a seguinte advertência a respeito da educação, numa nota de rodapé em *O mal-estar na civilização*:

Que a educação dos jovens nos dias de hoje lhes oculta o papel que a sexualidade desempenhará em suas vidas, não constitui a única censura que somos obrigados a fazer contra ela. Seu outro pecado é não prepará-los para a agressividade da qual se acham destinados a se tornarem objetos. Ao encaminhar os jovens para a vida com essa falsa orientação psicológica, a educação se comporta como se se devesse equipar pessoas que partem para uma expedição polar com trajes de verão e mapas dos lagos italianos. Torna-se evidente, nesse fato, que se está fazendo um certo mau uso das exigências éticas. A rigidez dessas exigências não causaria tanto prejuízo se a educação dissesse: ‘É assim que os homens deveriam ser, para serem felizes e tornarem os outros felizes, mas terão de levar em conta que eles não são assim.’ Pelo contrário, os jovens são levados a acreditar que todos os outros cumprem essas exigências éticas – isto é, que todos os outros são virtuosos. É nisso que se baseia a exigência de que também os jovens se tornem virtuosos (FREUD, 1929, p. 158).

A essa altura Freud já havia feito um longo percurso investigativo no estudo das vicissitudes da vida instintiva e pulsional. Em 1905, debruçando-se sobre o estudo da sexualidade infantil refere-se às pulsões de domínio, cuja satisfação consiste em subjugar o outro ou mesmo causar-lhe humilhação. Tais impulsos, de natureza agressiva, caracterizam o sadismo e são expressos através da polaridade atividade-passividade. Presume que o impulso de crueldade deriva do instinto de domínio e surge num período de organização pré-genital, isto é, um período em que os órgãos genitais ainda não assumiram suas funções ulteriores.

Freud assinala que a crueldade aparece precocemente e com facilidade na criança, uma vez que o obstáculo que a detém – aquilo que ele chamou “barreira da piedade” – se

desenvolve relativamente tarde. A barreira da piedade, isto é, a capacidade para sentir piedade diante da dor do outro, quando impedida de ser edificada ameaça o psiquismo impedindo que o sujeito, na vida ulterior seja capaz de desfazer a conexão entre os instintos cruéis e os erógenos, o que culminaria com a perversão (FREUD, [1905]-1972).

O autor conclui que o instinto sexual humano traz em sua natureza a disposição para as perversões e esta disposição é original e universal. Assim, o comportamento sexual normal estaria condicionado a se desenvolver a partir de uma sexualidade perversa, e seria o resultado de alterações do organismo biológico e de inibições psíquicas que ocorrem durante o processo de maturação. Entre as forças inibidoras da direção que tomaria o instinto sexual em sua forma original (perversa), dá ênfase à vergonha, à repugnância, à já mencionada piedade e por último às estruturas de normatização e autoridade oriundas do corpo social. A partir disso, afirma que “as perversões são, de um lado, inibições e, de outro, dissociações do desenvolvimento normal” (FREUD, [1905]-1972, p. 238).

As concepções de Leclair (1979) são importantes para concebermos a perversão implicada no incesto, particularmente no incesto pai-filha na família nuclear. Esse autor define o incesto como o gozo sexual com a mãe. Isso é válido tanto para o menino como para a menina. Assinala que a partir do momento em que a mãe é tomada enquanto objeto sexual ela perde toda a sua função de limite uma vez que objeto e limite não são a mesma coisa. E acrescenta que é esta anulação do limite que lhe parece caracterizar o incesto: “A relação incestuosa é a anulação ou a escamoteação do limite” (LECLAIRE, 1979, p. 89).

Para uma melhor compreensão desse argumento recorreremos à contribuição de Katz em comentário crítico que acompanha este mesmo trabalho. Katz reivindica que seja repensada a noção da mãe como *primeiro objeto* (grifos do autor) tal como é veiculada na psicanálise. Alega que: “O *primeiro objeto* não é a *mulher-mãe*, mas a *função da mãe* (grifos

do autor). A função de mãe não é privativa da mulher, em que pesem as evidências empíricas em contrário” (KATZ, in LECLAIRE, 1979, p. 48).

O complemento de Katz é esclarecedor do processo de coisificação do outro (vítima) na dinâmica da perversão em geral, e, logicamente, do abuso sexual, bem como da diferenciação entre prazer e gozo, sendo apenas este último da ordem da perversão, isto é, da extrapolação do limite.

Outra contribuição que extraímos a partir de Leclaire, diz respeito à configuração edípica dessas famílias, e das manifestações de tal configuração na dinâmica familiar: “se algo dessa ordem se produz, se uma criança goza sexualmente da mãe, é certo que algo não funciona do lado do pai” (LECLAIRE, 1979, p. 84).

O abuso traz implícita a noção de poderio: abuso de poder ou de ardis, abuso de confiança, enfim, noções em que se fazem presentes a intenção e a premeditação. Assim sendo, o abuso sexual supõe uma disfunção em três aspectos:

- o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco);
- a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor);
- o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo (GABEL, 1997, p. 10).

Para Eiguer (1999), os delinqüentes por abuso sexual (violadores, pedófilos, pais incestuosos), além de perversos sexuais e de caráter, também apresentam traços psicopáticos, haja vista o tratamento que lhes é dispensado nas prisões: é isolado pelos outros delinqüentes, e os funcionários sentem por eles uma notória repulsa.

O que se observa na dinâmica do agressor sexual é a abolição de todos os pré-requisitos à instauração de uma sexualidade normal. Aliás, esse grupo de perversos sexuais apresenta uma complexidade sinistra em termos de dinâmica psíquica, dificultando sobremaneira o trabalho dos profissionais que lidam com a problemática do abuso sexual.

1.3.2 A dinâmica erótica da perversão

1.3.2.1 O sentimento de pecar e o malogro da intimidade

Ao abordar a dinâmica erótica na perversão, Stoller (1981, p. 26) assinala que os “fatores mentais, presentes em perversões, que contribuem para a excitação sexual em geral são: hostilidade, mistério, risco, ilusão vingança, reversão de trauma ou frustração de triunfo, fatores de segurança e desumanização (fetichização)”. Afirma ainda que na dinâmica erótica do abusador sexual, o fetiche é um elemento que de alguma forma faz parte dela.

Stoller (1998) opõe-se ao termo parafilia (utilizado a partir do DSM-III), ressaltando seu caráter de assepsia e defende a manutenção do termo perversão alegando o fato de que este traz em seu cerne o conceito de pecado. Suas contribuições teóricas serão de imensa valia na compreensão da dinâmica erótica do agressor sexual.

Na verdade, o que este autor defende é um critério de avaliação cuja dificuldade prática ele próprio já aponta: na maioria das vezes seria necessário conhecer a pessoa. Tal critério implica responder ao seguinte questionamento: no momento em que está agindo, o sujeito sente que está pecando? Caso a resposta seja positiva, o que ele define como atividade perversa – a dinâmica em que “a excitação erótica depende de a pessoa sentir que está pecando” (STOLLER, 1998, p.18-19) – estará confirmada, pois, na perversão, o desejo de pecar é condição *sine qua non* à excitação sexual.

E no terreno das perversões, no que consiste, realmente, o pecado? A resposta não foge aos ditames dos cânones religiosos ou aos preceitos da lei: é o desejo de ferir, degradar, ser cruel, magoar e humilhar o outro, ou seja, o objeto sexual. Não podemos, na perversão, falar em objeto de amor, uma vez que o perverso, através da fetichização, se ocupa de ‘partes’, sejam peças de vestuário, sejam partes do corpo do outro.

Na fetichização – que é, antes de tudo, um ato de crueldade – a pessoa é desumanizada, posto que não é mais vista plenamente como uma pessoa. Assim, coisificada, também não inspira mais ódio. Dessa forma, “frustração e trauma são convertidos em triunfo e, na fantasia, a vítima da infância é vingada: não é mais uma vítima, mas um vencedor eroticamente bem sucedido” (STOLLER, 1981, p. 29).

Na verdade, essa desumanização presente na fetichização é dupla: ao fetichizar o outro, o perverso produz uma autodesumanização. A esse respeito, Stoller (1986) traz-nos a contribuição de M. Khan:

O próprio pervertido não pode entregar-se à experiência e conservar um ego-controle manipulativo da situação, separado e dissociado. Isto é ao mesmo tempo sua realização e seu malogro na situação *íntima*. É este malogro que fornece a compulsão de repetir o processo vezes e vezes. O mais próximo que o pervertido pode chegar de experimentar rendição é através de identificações visuais, táteis e sensórias com o outro objeto na situação íntima em um estado de rendição. Por isso, embora o pervertido arranje e motive a idealização de instinto que a técnica de intimidade visa realizar, ele próprio permanece fora do clímax experimental. Daí, em lugar de gratificação instintual ou catexia de objeto, o pervertido continua sendo uma pessoa despojada, cuja única satisfação foi de descarga agradável e ego-interesse intensificado. Nesta subjetividade o pervertido é *un homme manqué*. (KHAN, citado por STOLLER, 1981, p. 29-30).

Gostaríamos de assinalar dessa citação de Khan dois aspectos que a leitura atenta do texto nos autoriza. O primeiro deles diz respeito à adjectivação “situação íntima” utilizada pelo autor referindo-se ao ato perverso. Não se está falando aqui de uma intimidade física, nem muito menos psíquica. Essa expressão busca, antes, traduzir um desvio de intenção, como se uma reta (a perversão) buscasse um ponto no infinito (a intimidade): não há possibilidade de atingi-lo. Onde há desumanização não há espaço para subjetivação.

O segundo ponto diz respeito à expressão *realização e malogro* (grifo nosso). Na verdade, no ato perverso realização e malogro se fundem. Entendemos o malogro de que nos fala o autor, como inerente à própria montagem do ato perverso, culminando com uma espécie de curto-circuito que ocorre no momento da descarga senso-motora da pessoa que o pratica, impelindo-a *ad-infinitum* à realização de uma nova experiência.

Acreditamos que nossa apreensão acerca do que diz Khan, ao descrever o pervertido encontra eco em Stoller (1998), quando este afirma que na perversão, dor e frustração antigas permanecem não resolvidas e representam sempre uma força ameaçadora à qual a pessoa encontra-se subjugada, compelida a repetir resoluções que jamais funcionam a contento. Nela, o outro é reduzido de sua condição de pessoa a simples peça da cena perversa: “A perversão é centrada não no parceiro, mas no ato ‘sexual’ ” (DEVEREUX, citado por STOLLER, 1998, p. 44).

Outra contribuição de Stoller (1998) diz respeito à sua concepção de que a perversão se constitui num transtorno da identidade de gênero. Para ele, um acontecimento de ordem especial no desenvolvimento psicosssexual, até os dois ou três anos de idade poderá levar o sujeito a necessitar da estrutura perversa como meio de sobrevivência. Assim, a perversão acaba por preservar o trauma em sua estrutura.

1.3.2.2 O desejo de ferir e o teatro de risco

Um dado de extrema relevância na teoria stolleriana e importante para a compreensão do nosso trabalho é a comprovação de que na perversão encontramos invariavelmente o desejo de ferir o outro – objeto sexual; mas é importante salientar que, embora em níveis menos conscientes, exista também o desejo de ferir a si próprio. Porém isso, via de regra não é percebido (STOLLER, 1998).

O teórico prossegue com a sua argumentação, trazendo à baila uma antiga reflexão, sobre a qual escreveu em 1975, e cujo conteúdo foram suas idéias a respeito de um sistema diferente que permitisse definir o que era perversão. A chave para tal investigação – baseada na realidade psíquica, e que por isso mesmo demanda um maior esforço – é responder à pergunta: qual é a intenção da pessoa?

Para melhor apreensão dessas idéias, seguem as definições, conforme destaca o autor, com algumas modificações em relação ao enunciado original (1975), em seu livro *Perversion*:

Por *aberração* refiro-me a uma técnica ou constelação de técnicas eróticas que alguém usa como seu ato sexual completo e que difere da definição tradicional de normalidade de sua cultura. As aberrações sexuais podem ser divididas em duas classes: variantes (desvios) e perversões.

Por *variante* refiro-me a uma aberração que não é originariamente a encenação de fantasias proibidas, especialmente as fantasias de ferir os outros. Exemplos seriam o comportamento determinado por hormônios pré-natais; a atividade cerebral anormal em consequência de tumor, droga experimental ou impulso elétrico a partir de um eletrodo implantado; um ato aberrante ao qual alguém é induzido por *faute de mieux*; ou experimentos sexuais que alguém realiza por curiosidade e não encontra excitação suficiente para repetir.

Perversão, a forma erótica do ódio, é uma fantasia, em geral realizada, mas ocasionalmente restrita a um devaneio (ou autoproduzida ou preparada por outrem – isto é, pornografia). É uma aberração habitual, preferida, necessária à plena satisfação, motivada sobretudo por hostilidade. Por *hostilidade* refiro-me a um estado no qual se deseja ferir um objeto; isso o diferencia de *agressão*, que em geral implica apenas força. A hostilidade na perversão assume forma numa fantasia de vingança oculta nas ações que constituem a perversão e serve para converter um trauma da infância num triunfo adulto. Para criar maior excitação, a perversão deve também se apresentar como um ato arriscado (STOLLER, 1978, p.19-20).

Outra dinâmica à qual alude Stoller, além do desejo de ferir, é aquela que denominou teatro do risco. Mas alerta para o fato de que uma dinâmica não é uma ação, e o fato de constarmos essas dinâmicas numa pessoa não nos autoriza a prever se, e nem quando, a dinâmica irá levá-la para além da fantasia e à ação.

Ao sancionar que a perversão é uma neurose erótica, Stoller (1998) assume que está discordando de Freud, bem como de toda a literatura analítica, que considera a perversão como o negativo da neurose, supondo que a primeira esteja motivada por uma constelação diferente de pulsões e defesas, e ainda a serviço de propósitos diferentes.

Para Stoller a perversão, e aqui o autor delimita bem o território – a perversão e não todas as aberrações – é uma neurose erótica porque “é uma resposta a – uma tentativa de curar os efeitos de – traumas, frustrações, conflitos e outras condições dolorosas com as quais a pessoa não pode lidar sem mudar seu desenvolvimento” (STOLLER, 1998, p. 20).

Por fim, sintetiza: “Trata-se de algo intrincado – bem mais do que a idéia de Freud de que a perversão é a fuga de um impulso infantil, não modificado, para um comportamento adulto – e também de uma questão de estética” (STOLLER, 1998, p. 46).

O autor nos deixa claro: o que o perverso teme é, na verdade, a intimidade – não só do corpo como também da personalidade do outro. A perversão é, portanto, a solução de um fracasso da intimidade e a intimidade é a aceitação do outro – o que exige auto-aceitação. Este é enfim o espaço da alteridade, espaço este inexistente para o agressor sexual.

CAPÍTULO II

A FAMÍLIA

“A primeira escolha objetal de um ser humano é regularmente incestuosa, dirigida no caso do homem, à sua mãe e à sua irmã; e necessita das mais severas proibições para impedir que essa tendência infantil persistente se realize.”

(Freud, ([1917]-1976)

A antropologia cultural nos fornece uma visão dinâmica da família enquanto grupo social primitivo, fundante da civilização, do qual a sociedade humana nunca pôde prescindir, e que se mantém apesar e em função das demandas e ditames sociais da cultura na qual se insere. Através de estudos longitudinais ela nos oferece indicativos bastante plausíveis, não exatamente no que diz respeito a uma configuração futura, mas no que diz respeito à instabilidade dos paradigmas que a sustentam enquanto instituição.

Acreditamos com Passos (2001), que possivelmente nenhuma época conferiu à família um sentido único, mas que na contemporaneidade a família se nos apresenta com uma polivalência de sentidos a ela atribuídos:

[...] isso tem obrigado ao estudioso da clínica, sobretudo aquele que trabalha com famílias, a revisar suas concepções, o que não implica apenas em revisões teóricas mas principalmente numa ampliação do olhar, que lhe permita apreender o fenômeno das interações humanas, para além da lógica da unidade (PASSOS, 2001, p. 135).

De acordo com a teoria psicanalítica, os distúrbios emocionais da maioria das pessoas têm sua origem nas experiências da vida familiar. A especificidade das emoções que atravessam as trocas afetivas nas relações familiares constituem o centro de todas as forças que promovem ou impedem a saúde psíquica. O grupo familiar tem como tarefa primordial socializar a criança e moldar o desenvolvimento de sua personalidade de modo a tornar o

indivíduo capaz de adaptar-se às exigências da vida na sociedade mais ampla. E isso, nem sempre é possível.

A partir desse contexto é que a família se constitui no lugar privilegiado em cujo bojo serão produzidas nossas primeiras identificações – de onde emanam nossas primeiras impressões do mundo, e onde elaboramos as influências do meio circundante externo, isto é, lugar onde se fundem o público e o privado. É a importância da família na produção das identificações – normais e patológicas –, bem como a dimensão de sua função fusional no destino psíquico humano que queremos abordar neste capítulo.

2.1 A família: um olhar sobre sua origem e evolução

“Solamente una minoria de las instituciones sociales há sido voluntariamente proyectada, mientras que la mayoría há ‘crecido’ como resultado no premeditado de acciones humanas.”

(K. Popper)

A formação de famílias é algo que data da pré-história simiesca do homem. Provavelmente os primeiros membros de sua família foram igualmente os seus primeiros auxiliares no trabalho. O hábito de formar famílias é anterior à constatação feita pelo homem de que a sua qualidade de vida sobre a terra dependia literalmente dele e que esse empreendimento era indissociável do trabalho. A idéia de que um outro homem estaria trabalhando com ele ou contra ele teria sido a força motriz que o levou a buscar um semelhante, alguém para tornar-se seu companheiro de trabalho e cuja convivência seria de extrema utilidade. (FREUD, [1929]-1976).

Freud argumenta que foi a necessidade de satisfação genital que fez surgir no macho o interesse em conservar uma fêmea a seu lado, isto é, conservar junto de si os seus objetos sexuais. A fêmea, por seu lado, não querendo desprender-se dos seus filhotes

indefesos, sentiu-se obrigada, em favor deles, a abdicar de sua liberdade, cedendo à vontade do macho mais forte. Diz o autor:

Pode-se supor que a formação de famílias deveu-se ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspede que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por longo tempo, mas que, pelo contrário, se alojou como um inquilino permanente (FREUD, [1929]-1976, p. 119).

Na família primitiva, o pai era arbitrário e absoluto. Seu desejo era uma ordem à qual se submetia toda a família primitiva. Essa configuração familiar, referida mais comumente como a horda primitiva corresponde ao estágio anterior ao chamado estágio de vida comunal, que acontece após a descoberta pelos filhos de que poderiam sobrepujar o pai em favor de uma comunidade fraterna (FRED, [1929]-1976).

Para conservar a nova ordem – a fratria – os irmãos viram-se diante da necessidade de um recíproco e rigoroso código de restrições que deu origem à cultura totêmica. Assim, os preceitos do tabu instituíram o primeiro *direito* ou *lei* (grifos do autor) (FREUD, [1929]-1976).

O duplo fundamento da vida comunitária foi assim formado: de um lado pela necessidade imperiosa do trabalho (fator externo); de outro, pelo poder do amor (fator interno) que provocou no homem a relutância em privar-se da fêmea enquanto seu objeto sexual, e na mulher a relutância em privar-se do que, para ela, era parte de si – seu filho. Assim é que para Freud Eros (Amor) e Ananke (Necessidade) tornaram-se também os pais da civilização humana.

Finalmente Freud conclui que o modo de vida mais antigo filogeneticamente falando é a vida em comunidade, e esta é também a única forma de convivência humana da infância. Daí sua força em não se deixar sobrepujar pelo modo de vida adquirido posteriormente por força da cultura. É patente a dificuldade do jovem em se separar da família, tarefa para a qual conta com a ajuda da sociedade através dos ritos de iniciação e

puberdade: “Ficamos com a impressão de que se trata de dificuldades inerentes a todo desenvolvimento psíquico – e, em verdade, no fundo, a todo desenvolvimento orgânico” (FREUD, [1929]-1976, p. 124).

A família encontra-se, portanto, na base de todas as formas tradicionais com que os seres humanos aprenderam a preservar o acervo cultural acumulado ao longo do seu processo civilizatório ao qual nos referimos como nossa humanidade.

Em 1967, a antropóloga Margaret Mead na quarta edição do seu clássico livro *Macho e Fêmea*, publicado em 1949, já chamava a atenção para o destino incerto da família: enquanto instituição, sua continuação e mesmo o seu restabelecimento após destruições catastróficas ou ideológicas como ocorrera até então, não representava em absoluto para aquela geração uma garantia de que seria sempre daquela forma.

O livro, que se divide em três partes, pode assim ser sumariamente resumido: na primeira parte a autora mostra que a base do conhecimento humano sobre sexo assim como do conhecimento das relações entre os sexos estabeleceu-se a partir das diferenças e semelhanças entre os corpos dos seres humanos. Foi através da vida que aprendemos a ser macho e fêmea. A autora defende sua tese a partir do estudo da descrição de sete culturas dos Mares do Sul.

A segunda, de particular interesse para o nosso trabalho, evidencia o fato de que tanto as culturas primitivas quanto as sociedades humanas buscaram criar um mito de trabalho que assegurasse a união de um homem a uma mulher e à prole. Esse mito tem ainda a função de garantir a sobrevivência (alimento e agasalho) aos filhos, bem como garantir a resolução dos problemas surgidos a partir da emergência dos impulsos sexuais individuais sempre que estes estivessem submetidos a uma disciplina social. Aqui são abordadas questões como: qual a função da família, sua forma de atuação, como se dá a relação entre vida familiar e sanções e proibições sociais, a regulamentação dos sacrifícios e recompensas, além da relação

estabelecida entre os sexos a partir da situação privilegiada do homem que lhe atribui um status de potência e da atitude responsiva da mulher.

Na terceira parte a autora debruça-se sobre a relação entre os sexos na sociedade americana, desde a infância até o casamento, realizando um estudo comparativo entre os Estados Unidos e outras sociedades. Discorrendo sobre as diferenças entre as potencialidades do homem e da mulher, sugere que sejam desenvolvidas formas de civilização a partir das quais as sociedades pudessem usufruir de todos os dotes humanos de maneira plena e abrangente.

Na verdade o livro como um todo é pertinente ao nosso estudo, uma vez que ainda hoje resistem culturas primitivas por todo o mundo e a influência do movimento conhecido como a contracultura americana teve repercussão imediata em quase todo o Ocidente, e repercussão mais ou menos tardia em culturas supostamente imunes. Entretanto não nos parece excesso de zelo registrar que as informações das quais lançamos mão para nosso estudo representam uma pequena parcela do conteúdo oferecido.

Quando da conclusão do texto original em 1947, a autora dava ênfase à necessidade de invenções sociais capazes de regular a competição entre os indivíduos que compõem a família humana, necessidade essa que estaria respondida pela universalidade do tabu do incesto. Segundo ela, os dados clínicos coletados durante os últimos quinze anos que embasaram então sua pesquisa colocaram sob suspeita a estabilidade de tabus capazes de dar conta de tão complexa missão, atestando a fragilidade e o perigo de que os mesmos entrassem em decadência onde as sanções sociais se mostrassem inadequadas (MEAD, 1971).

A esse respeito as evidências de seu estudo levaram-na a duas conclusões. A primeira delas é a de que “não há defesas inatas contra o incesto primário em que se possa confiar” e a segunda é “que cada sociedade deve construir seus próprios tabus, reexaminando-os e reformulando-os quando se tornarem ineficazes” (MEAD, 1971, p. 12).

Em 1967, a autora sentiu-se impelida a pormenorizar alguns tópicos que já havia sinalizado nas edições anteriores (1955 e 1962). Aprofundou as observações feitas até então e lançou-se igualmente no registro e análise crítica dos novos acontecimentos que mudavam a feição do mundo. Em finais da década de 60, os paradigmas que sustentavam a sociedade e, logicamente, a família estavam sendo postos em cheque.

No que diz respeito à vida americana, a década de 1950 foi marcada pelo deslocamento para os subúrbios, pelo companheirismo, pelo progressivo envolvimento dos jovens pais no cotidiano doméstico e pela generalização de uma ausência de envolvimento com objetivos políticos ou éticos mais amplos (MEAD, 1971).

Em finais da década de 1960 novas formas de casamento entravam em cena na medida em que a liberdade sexual tornava-se uma conquista dos jovens e fazia-se presente em atitudes e comportamentos que iam desde a verbalização de suas novas verdades à manutenção de relações sexuais pré-conjugais. A pílula anticoncepcional vem coroar o rol das conquistas do movimento que ficou conhecido como a revolução sexual e que, com os seus desdobramentos elegeu o ano de 1968 como um marco na história do Ocidente.

Esses acontecimentos que inicialmente tiveram os Estados Unidos como palco, tomaram corpo e espalharam-se pelo mundo. As transformações comportamentais advindas da revolução sexual resultaram numa quebra do paradigma do que até bem pouco tempo se definia como família. Hoje, os estudiosos da família não ousam elaborar um conceito, mas idéias que permitam uma compreensão de uma noção do que referem como “arranjos familiares”.

O impacto dos conflitos na África e no Oriente Próximo não permitiu às sociedades mais evoluídas se furtarem a uma reflexão sobre o futuro da espécie humana. Em outras palavras, as famílias interrogavam-se sobre a viabilidade de um mundo para seus filhos. Um mundo que se transformava numa velocidade até então desconhecida, sobretudo a

partir da automação e suas conseqüências para a economia, dentre elas a restrição de oportunidades no mercado de trabalho.

O paradoxo existente entre o progresso da ciência e da tecnologia e a crise econômica mundial vem operando grandes mudanças na forma como se constroem na atualidade os complexos familiares: o surgimento da família monoparental; o desaparecimento de agregados (oriundos muitas vezes da família extensa) no seio da família; a restrição do número de filhos e um padrão educacional mais elevado; muitas vezes, a necessidade dos avós morarem junto e participarem ou até assumirem as despesas da casa etc.

Voltando à Mead transcrevemos aqui a seguinte observação: “Os seres humanos aprenderam laboriosamente a sê-lo” (MEAD, 1971, p. 156). A autora justifica a afirmação em parte pelo isolamento geográfico e rivalidade entre grupos primitivos. Prossegue enfatizando que suas invenções sociais foram mantidas através de pequenas vicissitudes. Assim, explica, as descontinuidades por que passaram em larga escala as mais bem sucedidas famílias, ocorreram nas grandes nações e impérios poderosos, que contavam com amplos recursos, populações numerosas e um poder quase ilimitado, e não entre selvagens que levavam uma vida próxima do limite da subsistência.

Dessa forma, vemos que no Peru antigo, o Estado conduzia o povo ao seu bel prazer. As jovens eram retiradas de suas aldeias e os seus destinos eram traçados de acordo com as condições econômicas de origem: as mais favorecidas tornavam-se concubinas da nobreza; enquanto às desfavorecidas era reservada a profissão de ferreiras em grandes ferrarias-conventos. Na Rússia anterior a 1861, o tratamento dado aos servos mais se aproximava ao que era concedido ao gado; eram obrigados pelos latifundiários a casar fora da propriedade. Na Alemanha nazista o Estado tomava para si o papel de provedor concedido ao homem, ao recompensar a ilegitimidade com creches ensolaradas para mãe e filhos (MEAD, 1971).

A inserção da mulher no universo profissional atendendo a uma demanda da própria economia, já datava da revolução industrial e era apontada como fator de desequilíbrio pela competição gerada com o contingente masculino, bem como sua ausência para exercer atividades profissionais fora do lar gerou muita polêmica entre os estudiosos das ciências humanas, sendo considerada por alguns como nociva à homeostase da família e, conseqüentemente, propulsora da desagregação da célula familiar.

Esse panorama desde sempre se mostra irreversível. Necessário se faz buscar alternativas, e a que parece mais pertinente é a consolidação de uma cultura de engajamento do homem no mundo doméstico, e da criação de redes sociais que possam efetivamente respaldar a vida moderna (MEAD, 1971).

Para que ocorram tais mudanças temos que nos confrontar inexoravelmente com a quebra dos paradigmas que sustentam a violência social da qual o núcleo familiar estaria encarregado de reproduzir as condutas e a transmissão de valores próprios do sistema.

2.2 Em defesa de um lugar de onde se possa falar em família

“Os adultos amadurecidos, destruindo e recriando o velho, o antigo e o ortodoxo, infundem-lhe nova vitalidade. Nesse processo os pais ascendem um degrau, depois descem um degrau, e tornam-se avós.”
(Winnicott, [1960]-2001)

Entendemos com PLASTINO (2001) que um paradigma é um conjunto de *perspectivas dominantes* (grifos do autor) que se organiza em torno da concepção do ser, do conhecer e do homem. Tais perspectivas dominantes mantêm-se graças a períodos de estabilidade paradigmática que lhes atribuem uma autoridade tal que acabam por conferir-lhes um estatuto de *naturalização* (grifos do autor).

O autor acrescenta que, desta forma, estas perspectivas assim como as ciências e saberes que sustentam, embora tenham como denominador comum o fato de serem construções teóricas, este aspecto fica ocultado pela referida naturalização, o que impede que

a crítica exerça seu papel de peça chave da atividade do conhecimento, no que diz respeito às perspectivas fundamentais.

É importante, contudo, não perdermos de vista que uma perspectiva paradigmática será sempre mantida na condição paradoxal de unidade organizadora e limitante do pensamento. Entretanto, por tratar-se de uma construção teórica um paradigma contém e está contido no conjunto da vida social em que vigora.

Assim, é que, a partir do que foi dito, poderemos pensar nos paradigmas que sustentaram o conceito de família na cronologia do tempo. Ao longo da história humana eles estão atrelados ao modelo de organização social e sexual da sociedade, ao modelo de organização do trabalho, aos sistemas de crenças e às ideologias de gênero, aos modelos culturais e científicos derivados das ideologias de gênero, e, finalmente, aos esquemas cognitivos que todos desenvolvemos condicionados que somos pelos estereótipos sociais.

Trazendo a reflexão para o âmago do nosso trabalho, constatamos que esses paradigmas estiveram desde sempre alicerçados nos modelos e sistemas de uma violência estrutural, que faz parte e retrata a lógica própria do sistema e que é expressão de sua escala de valores.

Freud, com Totem e Tabu (FREUD, 1912-1913), pela via da especulação sobre o social e a cultura mostra-nos que a humanidade nasceu de um crime coletivo, do qual jamais poderá se libertar. Dessa forma, propõe que o crime fundante da civilização se perpetuará numa série contínua e ininterrupta de assassinatos que se imprime como marca e se impõe como condição da existência humana em sociedade. A esse respeito, o antropólogo Lévi-Strauss faz a seguinte citação:

Mas como todos os mitos, o que é apresentado, com tão grande força dramática, por Totem e Tabu admite duas interpretações. O desejo da mãe ou da irmã, o assassinato do pai e o arrependimento dos filhos não correspondem, sem dúvida, a qualquer fato, ou conjunto de fatos, que ocupam na história um lugar definido. Mas traduzem, talvez, em forma simbólica, um sonho, ao mesmo tempo duradouro e antigo. O prestígio deste sonho, seu poder de modelar, sem que se saiba, os pensamentos dos homens, provêm justamente

do fato dos atos por ele evocados nunca terem sido cometidos, porque a cultura sempre e em toda parte se opôs a isso. As satisfações simbólicas nas quais, segundo Freud, se expande o sentimento do incesto não constituem, portanto, a comemoração de um acontecimento. São outra coisa e, mais do que isso, são a expressão permanente do desejo de desordem, ou antes, de contra-ordem” (Lévi-Strauss, 1976, p. 531-532).

Não nos interessa aqui polemizar a concepção de Lévi-Strauss ao tornar o assassinato do pai da horda apenas um *sonho*, nem o incesto apenas *um desejo interdito desde sempre pela cultura* (grifos nossos): tratando-se de crime real ou de fantasia inconsciente de assassinato, chega-se às mesmas conclusões.

Aliás, o próprio Freud já abriu um precedente a essa reflexão de Lévi-Strauss, quando escreveu *O mal-estar na civilização* (1930). Neste texto o autor assinala que não se poderia desconsiderar a suposição de que o sentimento de culpa do homem tem sua origem no complexo de Édipo e que surgiu quando do assassinato do pai pelos irmãos da horda primitiva. Afirma que naquela ocasião (do crime primitivo), o ato agressivo foi posto em prática, não reprimido, mas que, no entanto, foi o mesmo ato de agressão que, na criança, uma vez reprimido é o que se imagina ser a fonte do seu sentimento de culpa. Isso posto, escreve a seguinte provocação: “Nesse ponto, não me surpreenderei se o leitor exclamar com raiva: ‘Então não faz diferença que se mate o pai ou não – fica-se com um sentimento de culpa do mesmo jeito!’ ” ([1930]-1976, p. 155). Freud continua o texto defendendo sua hipótese de que o ato do assassinato é um fato – e não um *sonho* (grifos nossos) como o quis posteriormente Lévi-Strauss - alegando que: “Ou não é verdade que o sentimento de culpa é resultante da agressividade reprimida, ou então toda a história da morte do pai é uma ficção e os filhos do homem primevo não mataram os pais mais do que as crianças o fazem atualmente” (FREUD, [1930]-1976, p. 155).

Além do mais, se todo o enredo de *Totem e Tabu* não for ficção, mas tratar-se de fato histórico plausível, seria o caso de esperar que acontecesse o presumível pelo bom senso, isto é, que uma pessoa venha a se sentir culpada por ter feito algo de condenável e para o que

não há justificativa: “E para esse evento, que, afinal de contas, constitui uma ocorrência cotidiana, a psicanálise ainda não forneceu qualquer explicação” (FREUD, [1930]-1976, p. 155).

Dessa forma, o que pretendemos a partir do trecho de Lévi-Strauss é elucidar a força do inconsciente tanto no que diz respeito aos processos de apreensão direta do que constitui o próprio psiquismo, quanto dos processos de apreensão da realidade objetiva.

Entretanto, preferimos admitir com Freud que no início, existiu o ato: a civilização existe e persiste a partir do assassinato e da repressão do assassinato, da existência do desejo insatisfeito e da vontade de exercer o livre arbítrio no sentido da transgressão das normas.

Gostaríamos de enfatizar que, conforme observa textualmente na XXXV conferência, já em 1913, quando escreveu Totem e Tabu o autor registrara o surgimento do que denominou os “primeiros mandamentos éticos, os tabus”, situando o que lhe pareceu a origem da transição do animismo para a religião “numa revolução das circunstâncias da família humana” (FREUD, [1933-]-1976, p. 202).

A filogênese parece-nos assim manifestar-se em toda a sua força, reeditando no cotidiano o que nos diz o pai da psicanálise no parágrafo acima, trazendo ao nosso estudo uma grande contribuição no sentido de nossa proposta em compreender os elementos responsáveis pela origem, manutenção e transmissão da violência do incesto, num momento em que, inspirando-nos em Freud, *a família se encontra em circunstâncias de uma revolução paradigmática* (grifos nossos).

2.3 Família: a lavoura arcaica das nossas identificações

“A idéia de eternidade provém dos traços de memória que cada um tem da própria infância, antes de o tempo se iniciar.”

(Winnicott, [1965]-2001)

2.3.1 A identificação em Freud

Na questão central das relações estabelecidas entre ser humano e natureza, a obra de Freud vem de encontro ao paradigma da modernidade tanto no que diz respeito à perspectiva da redução – em que o homem é concebido como inteiramente inserido na natureza – quanto no que tange à perspectiva da disjunção – onde é considerado como mero produto da cultura (PLASTINO, 2001).

Segundo o autor, Freud deu uma nova dimensão da complexidade do fenômeno humano e da vida social ao articular a sua concepção do id (reservatório das pulsões) e da ambivalência afetiva – ambos originários – com a apreensão do sujeito constituído a partir dos processos identificatórios (PLASTINO, 2001).

O salto qualitativo que essa visão representa dentro da metapsicologia, reflete-se na prática quando adentramos na aventura de compreender o funcionamento dos vínculos sociais a partir de uma compreensão teórica capaz de instrumentalizar-nos para uma conexão entre os processos individuais e grupais sob a égide das regulações sociais.

Assim sendo, o conceito de identificação ocupa um lugar especial no âmbito da teoria freudiana, uma vez que é por meio dele que o sujeito se constitui e se transforma, ao longo de todo o seu período de desenvolvimento. Trata-se de um processo psicológico central ativamente realizado pela parte inconsciente do ego (ZIMERMAN, 2001).

Através desse processo, o sujeito, assimilando ou se apropriando de aspectos, atributos ou traços das pessoas que formam o seu círculo de convívio mais íntimo irá formando uma personalidade. A personalidade, portanto, constitui-se e diferencia-se por um rol de identificações, havendo, entretanto, muitas formas pelas quais a identificação vem a ser processada (ZIMERMAN, 2001).

No capítulo VII do texto *Psicologia de grupo e análise do ego* Freud alerta para o caráter desde sempre ambivalente da identificação: tanto pode vir a ser expressão de ternura

quanto facilmente se constitui em um desejo de afastamento de alguém. Essa ambivalência explica-se pelo fato de manifestar-se como derivada da primeira fase da organização libidinal, isto é, da fase oral, quando o objeto que nos proporciona prazer e pelo qual ansiamos é então assimilado pelo processo da ingestão e, conseqüentemente, aniquilado. É nessa etapa que permaneceu o canibal: ele sente-se impelido a devorar o inimigo ao mesmo tempo em que realiza o ato apenas para com as pessoas de quem gosta (FREUD, [1921]-1976).

A partir desse escrito podemos registrar três modalidades de identificação assinaladas por Freud. A primeira delas é a identificação primária (originária) de uma ligação afetiva com a mãe, que se daria, segundo ele, nos moldes de uma incorporação oral-canibalística, e que, portanto, desempenharia um papel na história primitiva do complexo de Édipo. Num momento posterior, considerando o desfecho positivo da vivência edipiana no menino – trataremos do desfecho positivo e negativo do Édipo mais à frente –, estaríamos falando da identificação com o pai. De qualquer forma, o que pretendemos aqui é deixar claro que essa primeira identificação, em dois momentos distintos, é com as figuras parentais, embora para fins didáticos, consideremos, seguindo Freud, a identificação com o pai.

Mas Freud alerta para a possibilidade de o complexo de Édipo se inverter, caso em que sairíamos do campo da identificação para o campo da escolha objetal: “No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego” (FREUD, [1921]-1976, p. 134).

Esta observação teórica irá nos ajudar a compreender a segunda modalidade, ou seja, aquela em que “podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo” (FREUD, [1921]-1976, p. 134). Este exemplo é observado na estrutura de um sintoma histérico: de forma regressiva, a identificação se torna um substituto, o que entendemos por uma espécie de

elo restaurador (grifos nossos), de uma ligação afetiva que se perdeu ou foi rompida. Nesse tipo de identificação merece ênfase o fato de que muitas vezes é tomado apenas um aspecto, atributo ou traço do modelo (pessoa-objeto).

Um terceiro e último caso, freqüente e de grande relevância na formação de sintomas é aquele em que a identificação se efetua na ausência de qualquer investimento libidinal, isto é, “na ausência de qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada” (FREUD [1921]-1976, p.135). Nesse caso a identificação se dá a partir da simples percepção num outro de uma qualidade que desperta no sujeito a possibilidade ou o desejo de compartilhá-la ou ainda de se ver colocado na mesma situação.

Essas três vertentes parecem formar uma espécie de usina na qual se permite que sejam processadas as várias formas de identificação. ZIMERMAN (2005) enumera seis, a saber: 1) Com a figura amada e admirada – estabelece as identificações mais sadiamente estruturantes, são estáveis e harmônicas. 2) Com a figura idealizada – via de regra caracteriza-se pela fragilidade, provoca no sujeito um alto grau de esvaziamento de suas capacidades e imprime-lhe uma marca de baixa tolerância às frustrações. 3) Com a figura odiada – esta forma – de particular interesse para o nosso trabalho – configura o que se conhece como identificação com o agressor. 4) Com a figura perdida – é a forma básica encontrada na melancolia. 5) Com a figura atacada – é a *identificação com a vítima* (grifos do autor), expressão cunhada pelo autor que designa o estado mental em que, na realidade ou na fantasia o sujeito crê ter atacado e danificado um outro. 6) Com os valores – herança moral e ética – dos pais e educadores em geral.

2.3.2 Identidade, imagem do corpo e alteridade

Duas contribuições referidas por Costa (1986) acreditamos serem de grande valia para o nosso estudo. A primeira delas é um trabalho de De Levita, inspirado nas idéias de

Price-Williams e Erik Erikson; a segunda, de autoria de Gerald Margolis, baseia-se também em Erikson.

De Levita identifica na contribuição de Price-Williams uma semelhança com a concepção psicanalítica de identidade de Phyllis Greenacre, que vê na imagem do corpo o fundamento da identidade pessoal. A coincidência teórica é a idéia de “identidade como o sentimento que emerge do corpo, em sua existência física, muscular e visceral” (COSTA, 1986, p.83).

Erikson, filiado à Escola da Psicologia do Ego, vai além da concepção vigente que enfatizava o papel do ego como instância psíquica mediadora entre os instintos provenientes do id e as exigências do superego, acrescentando-lhe a característica de receptor de todas as mudanças sociais. É, portanto, de Erikson, que De Levita toma a noção de identidade enquanto um produto resultante dos papéis que o indivíduo toma para si em seu desempenho social.

Assim, é a partir de Price-Williams e Erikson, que De Levita concebe a identidade como um constructo em cuja base estão duas referências básicas: o corpo e o conjunto de papéis sociais. A identidade surge concomitantemente como correlato da imagem do corpo ou dos estímulos físicos que têm o corpo como fonte e como ponto de condensação dos papéis assumidos pelo indivíduo em sua interação social (COSTA, 1986).

Margolis, autor do segundo trabalho, inspirou-se igualmente em Erikson. Afirma Margolis que: “identidade, para Erikson, é o sentimento experimentado pelo sujeito de que sua existência apresenta uma constância e continuidade perceptíveis internamente, por ele próprio, e externamente pelos outros” (COSTA, 1986, p. 84).

Margolis avança na sua descrição de identidade ao atentar para um aspecto agregador do processo de construção a ela inerente e que consiste na experiência sensível da alteridade física do outro (experiência da diferença física do outro). Essa experiência vai

permitir uma nova apreensão do conceito de identidade, que se traduz pelo sentimento de ser a parte, portanto, o sentimento de ser diferente dos outros. Mas há um aspecto a ser ressaltado: a instauração de tal sentimento em sua plenitude só é possível quando, à experiência da diferença física instala-se no psiquismo do sujeito a criação de um espaço de segredos pessoais (COSTA, 1986).

Os segredos pessoais de que fala Margolis são para o autor os pilares sobre os quais se assenta o sentimento de ser a parte; logo, o sentimento de identidade: “É somente quando ela – a criança começa a dar-se conta de que existem coisas sobre si mesma que ela sabe e os outros não (os segredos), que pode sentir-se separada e independente e ser um indivíduo – pelo menos nestes domínios secretos” (MARGOLIS, in COSTA, 1986, p. 84).

COSTA (1986), reconhecendo o mérito dos autores acima, no que diz respeito às suas sugestões teóricas e achados clínicos assinala que, nas formulações dos mesmos, a dinâmica psíquica foi relegada a segundo plano, provavelmente em razão da necessidade que tiveram de priorizar os aspectos psicossociológicos na concepção de identidade de suas teorias. Assim, chama a atenção para a importância fundamental do movimento libidinal descrito por Freud no que se refere à transição para a vida e sexualidade adultas, o que quer dizer, para a formação da identidade.

Na visão desse autor, a concepção da teoria freudiana a respeito da identidade é de que se trata não de um fenômeno, mas de um complexo resultante de mecanismos identificatórios que se distinguem em sua gênese, natureza e efeito: “Sua essência nada tem de indecomponível e a feição invariante que ordinariamente assume frente à consciência é, na verdade, uma resultante de processos psíquicos pertencentes a registros de significação diversos” (COSTA, 1986 p. 85).

Ao defender com essa síntese as idéias de Freud sobre identidade, referindo-se à consciência e aos registros de significação, entendemos que Costa traz à luz o sujeito

aculturado mas não tão senhor de si quanto o queria Erickson. Essa noção de identidade Freud ainda remete-nos ao texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”, onde ele faz a seguinte colocação:

[...] mesmo os grandes criminosos e os humoristas, conforme representados na literatura, atraem nosso interesse pela coerência narcísica com que conseguem afastar do ego qualquer coisa que o diminua. É como se os invejássemos por manterem um bem-aventurado estado de espírito – uma posição libidinal inatacável que nós próprios já abandonamos (FREUD, [1914] 1976, p. 106).

Tal afirmação reforça-nos a idéia de que Freud em sua teoria parece ter dado mais atenção ao papel da cultura na construção do psiquismo do que seus seguidores e, conseqüentemente, alerta-nos sobre a crítica que levemente é feita à psicanálise com relação a esta questão.

A identidade do sujeito – em situação de adequação e eficácia social – não é objeto da psicanálise. A identidade da qual se ocupa a teoria freudiana é a identidade afetada pelo pathos que impede ao indivíduo o seu reconhecimento enquanto sujeito. Lembrando que: “Afinal, *pathos* não é fixo, ele é passível de organizações diversas, que sofrem a influência dos tempos e da linguagem, vale dizer, da constituição da subjetividade” (MARTINS, 2002, p. 22).

Podemos concluir que o abuso sexual se constitui numa violência devastadora para o psiquismo da criança uma vez que afeta a identidade – que fica inibida na sua autenticidade – podendo mesmo desencadear a reprodução da violência sofrida a partir da identificação da vítima com o agressor; o corpo – enquanto núcleo básico da identidade – e o sentimento de alteridade – em cuja base encontra-se a consciência de ser à parte do outro.

2.3.3 A perversão e sua estreita relação com a identidade

Há um consenso entre os psicanalistas quanto ao elemento central na perversão: o complexo de Édipo. Logo, a relação da perversão com a identidade explica-se por si só, afinal, o complexo de Édipo é a experiência através da qual, a criança supera o amor

incestuoso pelo pai e pela mãe, identificando-se com o progenitor do mesmo sexo, experiência essa que irá determinar a qualidade de suas relações interpessoais pelo resto de sua vida.

A expressão Complexo de Édipo, como já foi dito, tem por finalidade designar o conjunto de desejos amorosos e sentimentos hostis que a criança experimenta em relação ao casal parental. Este complexo é herdado e surge espontaneamente, quando os impulsos genitais começam a ameaçar e pôr em perigo a existência da família.

Freud situou o complexo de Édipo por volta dos 3 anos de idade, postulando que a sua resolução apresenta duas formas: uma positiva e outra negativa. Em linhas gerais podemos dizer que a forma positiva consiste num desejo sexual pelo genitor de sexo oposto, coexistindo com um desejo de morte pelo genitor do mesmo sexo. Na forma negativa, o desejo amoroso recairia sobre o genitor do mesmo sexo, ao passo que o ciúme ou desejo de desaparecimento seria dirigido ao genitor de sexo oposto (ZIMERMAN, 2001).

A psicanálise contemporânea enfoca outros aspectos do complexo de Édipo, que ampliam os horizontes, possibilitando uma melhor compreensão teórica e conseqüente aplicabilidade clínica: 1) Os sentimentos de amor e hostilidade são dirigidos alternadamente de um genitor para o outro. 2) O complexo de Édipo torna possível a triangulação, logo a inclusão do pai, o que significa o estabelecimento de diferenças indispensáveis a uma trajetória bem sucedida do desenvolvimento da criança, quais sejam: diferença de gerações, de potência etc. 3) O complexo de Édipo determina a formação de identificações. 4) A angústia de castração surge como resultado da expulsão da criança da cena primária (observação real ou fantasiada que a criança faz do coito dos pais); essa angústia, se não for bem resolvida, poderá acompanhar a pessoa pelo resto da vida. 5) A resolução exitosa do complexo de Édipo é a única possibilidade de ascensão a uma genitalidade adulta (ZIMERMAN, 2001).

O Complexo de Édipo, na perversão, forma o ponto em torno do qual giram as necessidades instintivas e fantasias que foram por ele alimentadas. Em outras palavras, uma má resolução do complexo de Édipo (assim como as fixações em fases pré-edípicas do desenvolvimento), resultarão em diferentes formas de pseudogenitalidade.

A adaptação à realidade tem significados diferentes ao longo do desenvolvimento psicosexual, isto é, cada fase do desenvolvimento libidinal é marcada por fatores biológicos, bem como pelas exigências da cultura. Dessa forma, o adulto está vulnerável a uma série de perigos distintos dos de uma criança, quando entra em cena a satisfação instintual.

De acordo com a teoria psicanalítica, os principais aspectos da estrutura de caráter se desenvolvem pelo processo de aprendizagem resultante de frustração, conflito, trauma e resolução de conflito, através de mecanismos de defesa. A teoria de Freud sobre desenvolvimento de masculinidade e feminilidade está pautada quase que, exclusivamente, nesses pressupostos, com o acréscimo de sua crença, firmemente mantida nas contribuições biológicas (STOLLER, 1981).

O autor ainda ressalta o papel da hostilidade, definida por ele como o impulso de ferir seu próprio objeto sexual, e afirma que ela encontra-se na base de toda a excitação sexual considerada perversa. Sua presença é tida como ostensiva em algumas das perversões, como por exemplo, o sadomasoquismo (STOLLER, 1981).

Sobre o agressor sexual, podemos inferir a partir da teoria stolleriana que o mesmo não teve uma boa solução edípica. Seu perfil inexoravelmente aponta para uma ausência paterna no sentido da lei, ou o que pode ser mais grave, para uma relação paterna danosa. A relação paterna danosa encontra similaridade com o pensamento de Costa (1986) ao falar de interação emocional patogênica. A hostilidade da qual nos fala Stoller estaria, nesse caso, a serviço de uma reparação dos danos sofridos na sua infância.

Nossa vida mental é experimentada sob a forma de fantasias, que se fazem presente como *scripts*, e o conteúdo e função dessas histórias podem ser determinados. Para a psicanálise, pensar, experimentar ou conhecer, no plano consciente, pré-consciente ou inconsciente apresenta-se como uma soma algébrica de fantasias múltiplas e simultâneas. Ainda assim, é possível separá-las no processo analítico (STOLLER, 1981).

Exemplo disso nos é dado por Freud (1923) quando, a partir de um manuscrito originário do santuário de Mariazell (lugar de peregrinação a 130 quilômetros de Viena), empreendeu a análise de uma neurose demoníaca do século XVII, que acometeu o pintor Christoph Haizmann.

Nesse estudo, Freud chega à conclusão de que o Demônio que aparecia nas visões de Christoph, durante sua depressão melancólica, e a quem o pintor atribuiu o maior poder terapêutico, além de assinar com ele o compromisso de entregar-lhe a alma, era, na verdade, um substituto direto de seu pai.

Numa transposição desse conteúdo representativo, seria viável supormos que os fantasmas que povoam os pesadelos, os terrores noturnos, os delírios etc., das crianças vítimas de abuso sexual pelo pai são a representação dessa figura e tais sintomas são a manifestação mais crua do horror e da tortura aos quais essas crianças estão submetidas.

2.4 Desenvolvimento psicosssexual: uma trajetória no escuro

“Incluso si se lo há programado com mucho cuidado, el jardín, por lo general, resultará em parte de manera inexacta. Y aunque saliera de la manera em que fue planificado, algunas imprevistas interrelaciones entre los objetos planificados pueden originar un entero universo de posibilidades, de nuevos posibles fines, y de nuevos problemas.”
(K. Popper)

Nos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Freud (1905) apresenta um estudo sobre as perversões sexuais, onde conclui que estas são o resultado de fixações em fases infantis do desenvolvimento psicosssexual. Estas fases se sucedem, culminando com a sexualidade genital adulta que representa o ápice da elaboração de um processo.

Para melhor compreender a conexão que se estabelece entre o processo de desenvolvimento infantil e as conseqüências psicopatológicas dele derivadas à luz da teoria freudiana sobre a sexualidade infantil, falaremos rapidamente sobre a construção teórica de Freud acerca das fases do desenvolvimento psicosexual. Esta síntese é fundamental para criarmos um espaço de reflexão necessário à compreensão da abordagem do psiquismo do agressor sexual.

A primeira delas é a fase oral, caracterizada pelos atos do bebê ainda em fase de amamentação: sugar e morder. É a estimulação oral da criança o que constitui seu objeto de prazer. De um modo geral corresponde ao primeiro ano de vida.

A segunda, Freud chamou de fase anal, caracterizada pela estimulação, via retenção e estimulação das fezes, da musculatura do ânus. Aqui é a própria estimulação o que constitui o objeto de prazer da criança. Situa-se entre os dois e os quatro anos de idade.

Essas duas fases, tipicamente infantis, são também denominadas pré-genitais.

Ambas exigem a resolução de conflitos particulares: na fase oral, o desmame; e na fase anal, o controle dos esfíncteres. Será a não resolução adequada desses conflitos a ação que irá determinar uma fixação nessas fases, comprometendo sobremaneira a ultrapassagem para a fase posterior, ao passo que a resolução de tais conflitos implica o movimento progressivo do psiquismo para a terceira fase, que Freud denominou fase fálica.

A entrada na fase fálica, situada entre três e seis anos, é marcada pela descoberta, pela criança, das diferenças sexuais. A importância conceitual desta fase dá-se em função de que é nela que Freud situa a vivência do Complexo de Édipo. Como já referimos anteriormente, a vivência do Complexo de Édipo é, segundo Freud, resumidamente representada pela atração que a criança sente pela figura parental do sexo oposto ao seu e que é experimentada com grande angústia.

A angústia de castração, correlata ao Complexo de Édipo, é extensiva às meninas. É que, para Freud, a criança vê o pênis como um atributo universal: o menino o tem e a menina o perdeu.

A quarta fase, a fase genital, caracteriza-se pela organização das pulsões parciais, bem como das diversas zonas erógenas sob o primado da zona genital. Essa organização processa-se em dois tempos: a) a fase fálica diz respeito à organização genital infantil, quando ainda não há síntese das pulsões parciais nem o primado total da zona genital; b) a puberdade – quando ocorre a organização genital propriamente dita. Separando estes dois tempos, temos o período de latência.

Uma perturbação em qualquer uma dessas fases irá comprometer o estabelecimento de uma sexualidade adulta, impedido pelas fixações ou regressões da energia libidinal em estágios anteriores ao processo de desenvolvimento psicosexual. E, lembrando Costa (1986), distanciando o indivíduo do tipo psicológico ideal que, de posse de uma identidade – proporcionada pelo bom nível de adequação social – estaria apto a desfrutar, em maior ou menor grau, o prazer sexual.

Lembramos ainda, que a grande maioria dos símbolos e signos mais significativos, na perspectiva psicanalítica, são fornecidos na primeira infância, pelos pais ou seus substitutos. Não podemos, pois, do ponto de vista do estudo e tratamento das psicopatologias, perder de vista os aspectos produzidos no processo de desenvolvimento psicosexual – verdadeiro imbricamento entre natureza e cultura.

2.5 O Silêncio e o segredo: o não dito do mal(dito)

“No podemos decir lo que no podemos pensar ... los limites del lenguaje constituyen los límites de mi mundo. Pero constituyen también los límites de mi pensamiento.”

(L. Wittgenstein)

Stoller (1981) ao enumerar os fatores mentais que considera estarem presentes nas perversões – e que a seu ver contribuem para a excitação sexual não apenas dos perversos sexuais, mas das pessoas em geral – preferiu a palavra “hostilidade” em lugar de “poder” em razão, diz ele, de que a primeira oferece uma conotação mais nítida com o dano e o sofrimento infligidos à vítima.

Outros fatores somam-se à hostilidade na dinâmica erótica da perversão (conforme citado à p. 48) e todos esses elementos “estão cosidos em um todo – o surto de excitação sexual – por segredos” (STOLLER, 1981, p. 27).

Isso nos leva a supor que o investimento na articulação dos segredos que permeiam essa teia que constitui toda a trama da excitação erótica estão no cerne daquilo que vem a ser o malogro do perverso: enquanto permanece vigilante para não ser descoberto, o perverso não pode a um só tempo entregar-se à experiência e manter um ego-controle manipulativo, vigilante, separado e dissociado da situação que está sendo vivenciada (KHAN in STOLLER, 1981).

No abuso sexual o segredo se insere a partir de uma comunicação assimétrica onde o agressor exige da vítima o silêncio sobre o que *ambos estão fazendo* (grifos nossos) confundindo a vítima, fazendo-a sentir-se, via de regra, co-autora e co-responsável pela transgressão. Daí ser o sentimento de culpa tão exacerbado dentre os sintomas encontrados nas pessoas que sofreram abuso.

A criança precisa do adulto para significar e legitimar suas experiências emocionais. Desprovida deste aparato de significações fornecidas num primeiro momento pelos pais ou por pessoas que desempenhe as funções parentais, ela estará impossibilitada de adquirir capacidade de abstração e de inserir-se socialmente.

Para que tais experiências sejam psiquicamente apreendidas e socialmente comunicáveis, isto é, para que se torne possível o processo de humanização do sujeito é

preciso que o adulto responsável cumpra seu papel no que concerne a dar o suporte necessário à dependência do infante, condição *sine qua non* à humanização nesse período da vida (COSTA, 1986).

A vulnerabilidade infantil manifesta-se de múltiplas formas e em todas as áreas. Mas a criança encontra-se particularmente exposta ao adulto no que diz respeito à uma forma de violência que tem origem na força do adulto em relação à criança, que poderá submetê-la ao que se denomina violência simbólica.

Por violência simbólica entendemos a situação vivenciada pela criança na condição de receptor passivo de enunciados sobre o real, levando-a a adotá-los como fonte exclusiva da maneira como deverá orientar-se no mundo, quando tal referencial interpretativo foi imposto por quem detém o saber (AULAGNIER, in COSTA, 1986).

Segundo a autora: “Os meios físico e psíquico trarão a marca do modelo proposto pelo discurso cultural e, mais particularmente pelo discurso paterno.” (Aulagnier Corpo e história, p. 123)

Na situação de abuso sexual pai/filha, podemos supor que esse tipo de violência toma dimensão que torna seus efeitos mais graves, dada à importância da função do pai, função essa que reporta à uma imago à qual encontram-se relacionados atributos como autoridade, responsabilidade e acima de tudo de detenção do saber.

A substituição da capacidade de pensar e criar idéias pela simples atividade de repetir e memorizar automaticamente é o resultado do indivíduo privado de qualquer pensamento secreto:

Preservar-se o direito e a possibilidade de criar pensamentos, e mais simplesmente de pensar, exige que se tenha o direito de escolher os pensamentos que se comunica e aqueles dos quais se guarda segredo: essa é uma condição *vital* para o funcionamento do Eu (AULAGNIER, 1990, p. 422, itálicos da autora).

Aulagnier traz uma enorme contribuição para o estudo dos casos de abuso sexual. A possibilidade do segredo, diz-nos ela, é parte integrante do conjunto de condições que irão

permitir ao sujeito, num segundo momento, fazer um reconhecimento do elenco de seus pensamentos identificando entre eles algumas de suas construções ideacionais às quais atribuirá o estatuto de fantasia. Paralelamente o sujeito será capaz de estabelecer a diferenciação entre a finalidade e o prazer esperados a partir de tal atividade. Isso significa poder proceder a uma função essencial do ato de pensar: separar o pensamento que age do pensamento que encontra em si mesmo sua própria razão de ser. Nesse ponto a autora nos autoriza a chamar a atenção para uma das seqüelas que salta aos olhos nas vítimas de abuso sexual: sua baixa capacidade imagética.

A autora prossegue afirmando que o desejo e o prazer que se fazem presentes no ato de comunicar seus próprios pensamentos, o prazer solitário da fantasia erótica devem coexistir como o prazer ligado à existência de pensamentos secretos. Aqui observamos uma sintonia com as idéias de Margolis à respeito da identidade, quando o autor fala da criação de um espaço de segredos pessoais.

A atividade do pensamento está associada à autonomia do sujeito e é indissociável do direito de escolher o que falar e para quem falar. No decorrer do processo do desenvolvimento a criança dá-se conta que pode criar seus objetos – os pensamentos – os quais só ela pode conhecer, detendo sobre eles um poder absoluto, negando ao Outro quaisquer direitos sobre os mesmos.

No abuso sexual a exigência do segredo imposta pelo agressor à sua vítima impede o curso normal da capacidade de pensar, escravo que se torna da impostura do perverso suposto detentor do saber: “O indivíduo cronifica a posição de dependência e perde ou amputa a capacidade de criar seu próprio elenco de significados” (COSTA, 1986, p. 75).

Essa violência é tão mais intensa quanto mais fortes forem os vínculos que ligam vítima e agressor. A representação do mundo é empobrecida pela restrição de referências, o funcionamento mental sofre atrofia ou distorção pela imposição do código violador. Como

consequência da violência sofrida na infância, bem como de sua natureza e intensidade, o psiquismo do sujeito, em maior ou menor grau tornar-se-á impedido, estagnado ou distorcido.

Furniss (1990) aborda o abuso sexual incestuoso sofrido por uma criança, trazendo em sua trama a característica de segredo, como uma formação no psiquismo da vítima, como uma lacuna, uma dissociação no decorrer de acontecimentos rotineiros, bem como a dificuldade de elaboração psíquica da experiência. Esse estado confusional em sua opinião traduz-se como algo parecendo uma “não-realidade”.

Para o autor esse *negativo da experiência* (grifos nossos) impõe-se em três frentes: 1) o contexto em que ocorre o abuso, que diz respeito às estratégias de controle manipuladas pelo agressor: negação dos aspectos sexuais implicados na interação. Exemplos dessas estratégias podem ser a imposição de silêncio ou de escuridão; 2) a *transformação* (grifos nossos) da pessoa que agride em uma outra, que consiste em atitudes alteradas em relação à postura habitual: alteração do tom de voz, padrão de linguagem e ação e gestual; 3) os *rituais de entrada e saída* (grifos nossos) da situação. Tais rituais têm destaque especial no estudo do aspecto interacional da relação. É através deles que o agressor “se transforma em outra pessoa”, e a experiência é extirpada na cronologia do tempo em relação ao resto dos acontecimentos. Diz o autor:

Por exemplo, um pai recebe em casa a criança que volta da escola, dizendo “oi, como foi a escola?”. Ele então pode iniciar o ritual de entrada e acontece o abuso sexual, terminando no ritual de saída. Ele então pode se voltar para a criança como se tivesse acabado de dizer “oi, como foi a escola?”, e falar “agora vá fazer seu tema de casa”, fingindo para ele próprio e para a criança que entre o primeiro “oi, como foi a escola?” e o bem posterior “agora vá fazer seu tema de casa” nenhum tempo se passou e nenhum abuso sexual ocorreu. É como se as duas frases tivessem seguido uma a outra diretamente, sem nada entre elas [...]. (FURNISS, 1990, p. 33)

Voltemos a Aulagnier. A autora ressalta que o Ego é dependente do que aqui nomeamos como autonomia ou liberdade do pensamento. Esta, em verdade, representa a única condição que move e justifica o investimento narcisista do Ego em relação à sua função

tanto no que diz respeito ao trabalho de dotação de sentido, quanto no tocante ao investimento das produções que resultam dessa tarefa.

Na qualidade de instância mediadora entre os instintos e a cultura, logo, no exercício de sua função socializante, o ego da criança vítima de abuso sexual encontra-se à mercê de danos imensuráveis que poderão ou não serem revertidos no decorrer de seu desenvolvimento.

Como conseqüências mais graves podem ocorrer: a cisão do ego (ou o prejuízo da capacidade de integração do ego), com as suas múltiplas e danosas derivações; a instauração de um padrão desviante de funcionamento psíquico onde predominem características perversas que irão contribuir para a transmissão do problema de uma geração à outra. Num plano que em termos cronológicos podemos chamar de secundário estariam por exemplo o desenvolvimento de fobias, transtornos alimentares, distúrbios do sono etc. Não raras vezes esses sintomas são complementares.

2.6 Transgeracionalidade: mito e realidade familiar como legado de vida ou de morte

“Tudo o que diz respeito à hereditariedade e à procriação define uma zona inter-humana violentamente frágil em que se cristalizam as angústias mais arcaicas e que dá voz às crenças mais enigmáticas.”
(Fédida, 1982)

Kaës (2001) afirma que, apesar das dúvidas suscitadas e das críticas sobre as afirmações a respeito de sua *fantasia filogenética* (grifos do autor), Freud jamais abriu mão do seu projeto tantas vezes ratificado de ver a psicanálise transformada numa ciência das origens. E a origem é justo aquilo que nos escapa, aquilo de que estamos desde sempre e irremediavelmente ausentes, aquilo que foge ao nosso controle no próprio percurso em que nos constituímos no e pelo desejo de um outro que nos precede.

Em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914), explicita a sujeição do indivíduo à cadeia das gerações: o sujeito da herança, assim como o sujeito do inconsciente está dividido entre a necessidade “de ser um fim para si mesmo” e de ser “o elo de uma cadeia à qual está sujeito sem a participação de sua vontade”, constituindo-se como um servidor da espécie, ao mesmo tempo beneficiário e herdeiro do conjunto intersubjetivo (KAËS, 2001, p. 11).

O autor assinala dois tipos de transmissão: a intersubjetiva e a transpsíquica. O campo da intersubjetividade descreve, localiza e interpreta o sujeito no âmbito de suas relações imaginárias, simbólicas e reais. A família (ou, de forma mais ampla, o grupo primário) é o espaço originário da intersubjetividade. Esse espaço precede o sujeito singular, é estruturado por uma lei constitutiva e seus elementos-sujeitos estabelecem entre si relações de diferença e complementaridade. Através do conjunto intersubjetivo, o sujeito entra em contato com a cultura: são apresentadas as possibilidades de vinculação e necessidades de separação; os enunciados dos interditos fundamentais; os objetos e os laços de identificação (estruturas básicas do Ego e Superego); e o complexo de Édipo (diferenças entre os sexos e de gerações, e as identificações correspondentes).

A transmissão transpsíquica distingue-se da transmissão intersubjetiva em razão desta última abrir um espaço de possibilidade para uma transformação da transmissão – a construção de um sujeito singular a partir de um legado cultural. Dessa forma, o transpsiquismo supostamente exclui os limites e o espaço do subjetivismo em função dos conteúdos da transmissão serem de ordens distintas – o que se transmite entre sujeitos é diferente daquilo que se transmite através deles: “entre os sujeitos, o objeto faz obstáculo e há a experiência da separação. Na transmissão transpsíquica, esses dois obstáculos são escamoteados, restando apenas a exigência do narcisismo” (KAËS, 2001, p. 31).

Nesse sentido (do narcisismo) é que se pode afirmar que “o primeiro encontro entre os objetos parentais e o infante é realizado sob o signo do desejo de coincidir” (PUGET & BERENSTEIN, 1993, p. 20).

Entretanto, dizem esses autores, a estrutura vincular complexa de casal é ilusoriamente uma estrutura fechada. Afirmam que nela está presente uma zona virtual voltada para o sociocultural, com a finalidade de oferecer um espaço para o desdobramento do vínculo com os filhos, o que garante a transformação para uma estrutura familiar.

Portanto, é a impossibilidade de uma coincidência entre os egos envolvidos que faz com que um vínculo se estabeleça a partir de estipulações, ao modo de um contrato inconsciente. Ele se concretiza com base em acordos e pactos inconscientes.

Os *acordos inconscientes* (itálicos dos autores) resultam dos aspectos compartilháveis oriundas dos espaços mentais dos sujeitos, constituindo uma combinação distinta, modificada, e que, numa perspectiva positiva será eficaz na sustentação e crescimento vincular; numa perspectiva negativa levará à repetição de modelos primitivos. Conforme Freud (1900), aproxima-se do mecanismo da apropriação na construção da identificação (PUGET & BERENSTEIN, 1994).

Já os pactos inconscientes, obedecem a uma dinâmica mais complexa:

Os *pactos inconscientes* (itálicos dos autores), apesar de poderem reforçar os acordos, tendem a especificar elementos diferentes, provenientes do espaço mental incompartilhável de cada ego. Compartilhar o incompartilhável obriga os egos a realizar uma série de concessões, para dessa maneira pactuar, satisfazer o desejo do outro, colocando-se em posição favorável. Neste sistema, o desejo não é compartilhado. Trata-se de dois desejos distintos, realizados graças à ajuda do outro integrante do casal, para sustentar a complementaridade de tipo sucessividade (PUGET & BERENSTEIN, 1994, p. 21).

Para fins de nossa pesquisa queremos destacar a dimensão bilateral que ocupa o desejo na estrutura vincular do casal para melhor compreender, por ocasião da nossa análise, a presença dos aspectos inconscientes que compõem a teia perversa do abuso sexual.

Eiguer (1998) vê no vínculo do casal o caráter *fundador* (grifos do autor) da família e compara-o a uma espécie de cena primitiva² ou matriz de prazer, responsável pela tecitura dos outros vínculos, delimitando diferenças e definindo, pela concepção de um filho, o nascimento da família.

Com relação àquilo que é transmitido na transgeração, registramos aqui o conceito de objeto de transmissão psíquica entre gerações: ele fala de um antepassado – avô, parente direto ou colateral de gerações pretéritas, que provoca identificação, desperta fantasias e intervém na constituição de instâncias psíquicas dos membros de uma nova família (Eiguer, 1998).

A representação desse objeto seria o produto da articulação entre os dois tipos de representação de que trata a psicanálise: a representação de coisa e a representação de palavra. A coisa evidencia analogias e deslocamentos, enquanto a palavra remete aos sentidos e aos novos paradigmas, enfim, àquilo que une ou rompe (Eiguer, 1998).

No entanto, um exame da representação do objeto de transmissão psíquica entre gerações em relação à constelação de *papéis* (grifos do autor) simbólicos, quer seja no lugar, quer seja na função, evidencia a importância do vínculo na dinâmica familiar. Isso é válido para qualquer dos membros da família: pai, mãe ou criança.

Qualquer um poderá ocupar um lugar diferente dependendo do vínculo:

Um pai será, igualmente, o cônjuge de sua esposa, o irmão de sua irmã, o filho de seus pais e o tio de seu sobrinho. Estas quatro possibilidades sendo as únicas, não se poderá certamente atravessar a barreira entre os sexos. O lugar pode igualmente permanecer vago ou ser ocupado por qualquer outro que não aquele que o retomaria como seu titular. O olhar do(s) outro(s) conta muito para que o papel se desenrole e seja assumido (EIGUER, 1998, p. 33).

² De acordo com Freud, observação, real ou fantasiada, que a criança faz do coito dos pais. A importância desta situação reside no tipo de fantasias que acompanham a imaginação da criança, ou seja, o coito como um ato amoroso ou como um ato violento (Zimmerman, 2005).

O ancestral, diz o autor, se apresenta como um outro do pai, e as relações com a criança irão se caracterizar pelo investimento de uma dupla paternidade, colocando-a (a criança) fora dos circuitos passionais do Édipo (Eiguer, 1998).

Embora reconhecendo que na situação clínica encontrar um ancestral numa família em que haja ou tenha havido o abuso sexual poderá ajudá-la a reorganizar-se, questionamos a idéia do autor de que tal dispositivo teórico coloque a criança fora dos circuitos passionais do Édipo. Acreditamos antes, que, no sentido da aplicação da lei, tal dispositivo traria em seu cerne uma ampliação do Édipo. Ou melhor, faria, por intercessão de um terceiro – o ancestral um apelo à inscrição da lei do Édipo fora dos limites da família (ou da casa?), isto é, na sociedade mais ampla. Afinal, esse é o destino esperado quando de um desfecho positivo do Complexo de Édipo.

A importância do olhar dos outros para que os papéis sejam assumidos referida acima pelo autor, apóia nosso argumento. Talvez possamos pensar que o ancestral seja um recurso menos eficaz nas famílias abusivas uma vez que a dimensão passional cedeu lugar à perversão, e esta última sempre escamoteia a aplicabilidade clínica dos aportes teóricos.

Um aspecto que consideramos importante registrar é a estreita relação existente entre o segredo e o mito na transmissão geracional. O segredo, no que diz respeito ao que existe de vergonhoso ou traumático; o mito, no que tange prioritariamente às fantasias de onipotência, heroísmo, superioridade, etc; e, em menor escala aos rótulos de denegrimiento. Enquanto a fantasia do mito é socializada, a realidade do segredo jaz na intimidade do(s) protagonista(s). À nossa pesquisa interessa particularmente o segredo, mas o mito também tem lugar na trama.

Considerados os precursores dos estudos transgeracionais, Abraham e Torok num trabalho de reflexão sobre *realidade* (itálicos dos autores) enquanto conceito metapsicológico afirmam: “Assim como o desejo nasce com o interdito, a Realidade, também, no sentido

metapsicológico pelo menos, nasce pela exigência de permanecer escondida, vergonhosa” (ABRAHAM e TOROK, 1995, p. 238).

Essa realidade metapsicológica que porta a característica do segredo é constituída pelo luto mal elaborado de perdas narcísicas que, na impossibilidade de serem confessadas como tal, tiveram a incorporação como destino, isto é, o processo de simbolização dessa realidade foi impedido:

Todas as palavras que não puderam ser ditas, todas as cenas que não puderam ser rememoradas, todas as lágrimas que não puderam ser vertidas, serão engolidas, assim como, ao mesmo tempo, o traumatismo, causa da perda. Engolidos e *postos em conserva*, O luto indizível instala no interior do sujeito uma *sepultura secreta*. Na fuma repousa, vivo, reconstruído a partir de lembranças de palavras, de imagens e de afetos, o correlato objetal da perda [...] (itálicos dos autores) (ABRAHAM; TOROK, 1995, p. 248-9).

Esse fenômeno, denominado cripta é entendido como uma espécie de inconsciente artificial, instalado no próprio Ego, que assume então a função de sentinela de cemitério, impedindo que qualquer informação se desprenda do bloco de realidade do mundo interno em direção ao mundo externo (ABRAHAM; TOROK, 1995).

Uma explanação mais detalhada dessa dinâmica no que tange à postura do Ego, revela-se um instrumento precioso para a prática clínica. Os autores esclarecem que o ego mantém-se de vigília no papel de guardião, atento às idas e vindas dos membros da família que por vários motivos têm interesse em violar o túmulo. Aquelas pessoas que tiverem acesso à visita serão alvo das mais variadas manobras e manipulações e serão também, frequentemente mantidas presentes no interior do Ego. Essa interação com pessoas variadas, vai solicitar do sujeito uma competência para lidar com a situação, que só será adquirida a partir de atitudes de malícia, astúcia e prudência. À esse “jogo de cintura” de que faz uso muitas vítimas de abuso sexual, os profissionais muitas vezes rotulam apressadamente de *sedução* (grifos nossos).

CAPÍTULO III

FAMÍLIA E INTERAÇÃO EMOCIONAL PATOGÊNICA

“Ver um rosto significa ouvir: ‘Não matarás.’ ”
(E. Levinás, 1963)

O abuso sexual de que são vítimas as crianças ocupa cada vez mais uma posição de destaque entre os profissionais envolvidos com a questão. Essa tomada de consciência tem origem em duas fontes a um só tempo relacionadas e distintas entre si. A primeira diz respeito ao movimento dos direitos da criança que acompanha o movimento dos direitos da mulher no contexto histórico. A segunda deriva do conhecimento e interesse com a saúde física e mental da criança (FURNISS, 1993).

Na opinião desse autor, a definição normativa mais completa do abuso sexual diz o seguinte:

A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares (SCHECHTER; ROBERGE, citados por FURNISS, 1993, p. 12).

A essa definição, ele sugere um acréscimo: “e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso” (FURNISS, 1993, p. 12). Este pequeno adendo é de importância fundamental para delimitar a posição de controle ocupada pelo adulto no quadro interacional assimétrico de tais relações.

A partir dessas contribuições, embasamos nossa concepção de abuso sexual pais-filhos ou incesto abusivo: as relações que se caracterizam por uma conotação sexual, que ocorrem no seio da família, quer sejam os laços que unem a vítima e o agressor de cunho consanguíneo, afim ou civil. Por *pai* designamos o sujeito que representa, no interior da família, a autoridade paterna.

A espécie humana traz em sua sexualidade a marca dos fatores biopsicossociais, extrapolando as fronteiras do orgânico. Assim, a vitimização sexual torna-se um forte gerador das disfunções sexuais, tanto em razão das lesões corporais como dos fatores psicológicos desencadeados a partir da violência sofrida.

As crianças vítimas de abuso sexual podem ter seu desenvolvimento afetado de várias formas que vão desde conseqüências mais brandas (ou raramente uma aparente inexistência de seqüelas) até conseqüências dramáticas como é o caso daquelas que desenvolvem sérios problemas na área emocional, social e até mesmo problemas psiquiátricos.

Sabemos também que a psicopatologia do abuso sexual mais conhecida é o transtorno do estresse pós-traumático. Analisando os efeitos pós-traumáticos na organização psíquica de crianças, Lima (1998, p.40) coloca o seu trabalho de investigação em consonância com a definição de trauma trazida por Pynoos y Eth: “um trauma sucede quando um indivíduo é exposto a um acontecimento opressivo que ocasiona sua impotência diante de um perigo intolerável, ansiedade e provocação instintiva.”

Entendemos ser essa concepção de trauma perfeitamente adequada para descrever o estado emocional da criança em situação de abuso sexual. Para um aprofundamento dos efeitos pós-traumáticos na população infantil remetemos o leitor ao trabalho acima mencionado.

Com o intuito de trazer à reflexão a relevância dos efeitos pós-traumáticos nas vítimas de abuso sexual (crianças ou adultos) enfatizamos a importância de que o estresse seja definido como um processo, devido a suas variações ao longo do seu desenvolvimento. Essa idéia complementa o conceito de estresse pós-traumático entendido como:

Uma reação do organismo, com componentes físicos e/ou psicológicos, causada pelas alterações psicofisiológicas que ocorrem quando a pessoa se confronta com uma situação que, de um modo ou de outro, amedronta, excita ou confunde, ainda que o faça imensamente feliz (LIPP, citado por LIMA, 1998, p. 33).

Existem estressores biofísicos: dor, frio, fome; estressores psicossociais externos: acidentes, catástrofes, mudanças políticas; e psicossociais internos – determinados pelo modo de ser da própria pessoa (EVERLY, in LIMA, 1998).

Daí, outra contribuição que consideramos fundamental para nossa pesquisa diz que o estresse pós-traumático é mais severo e tem duração mais longa quando o fator estressor (fator que desencadeia o estresse) é de origem humana e não proveniente da natureza (MALMQUIST, in LIMA, 1998).

São de extrema importância os estudos epidemiológicos que têm sido realizados com os objetivos de proceder à investigação da incidência e da prevalência do abuso sexual, bem como à análise dos indicadores psicológicos e sociais relacionados a este fenômeno. Os resultados já apontam algumas evidências: a) a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorrem no espaço físico domiciliar das vítimas e são perpetrados, via de regra, pelo pai biológico ou padrasto, configurando-se então como abusos sexuais incestuosos; b) ocorre, sobretudo entre os abusos incestuosos, uma maior prevalência em meninas; c) o abuso tem início em idade bastante precoce e a maioria se concentra na faixa etária entre os cinco e os oito anos de idade; d) a mãe é a figura mais procurada quando a vítima resolve buscar ajuda; e) em sua maioria, os casos só são revelados depois de um ano que teve início o abuso sexual (BRAUN, 2002; COHEN, 1997; CAMINHA, HABIGZANG & BELLÉ, 2003; De LORENZI, PONTALTI & FLECH, 2001; KRISTENSEN, OLIVEIRA E FLORES, 1999. In HABIGZANG, L. et al, 2005).

Tais resultados são fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas de prevenção e tratamento do problema, que com certeza surtirão efeito nas esferas pública e privada da sociedade.

Neste capítulo apresentaremos um estudo de caso que foi por nós acompanhado em cuja análise priorizaremos contribuições de Ferenczi e Winnicott. O primeiro pela

importância que atribuiu ao ambiente na construção psíquica do sujeito; o segundo, pela ênfase que deu aos fatores externos na constituição do trauma psíquico. A confluência dessas visões teóricas aliadas às idéias de Magalhães (1985), Costa (1986) e Garcia (2004) apoiaram nossa apreensão da origem e manutenção do incesto abusivo pai/filha. Consideramos ainda que esses aportes contemplam de maneira mais específica os aspectos que iremos abordar no caso em questão, sem perderem a vinculação com um aparato teórico mais abrangente visto nos capítulos I e II. Alguns estudos mais recentes também auxiliaram nossa análise.

3.1 Ternura e paixão: um choque de sentimentos

“Alguns sujeitos dão a estranha sensação de que lhes roubaram a infância, que nunca puderam encontrar uma realidade que poderiam ter tornado correspondente a uma expectativa, um pensamento, uma demanda infantil.”

(Aulagnier, 1989)

A teoria ferenciana do trauma psíquico será aqui examinada à luz do seu artigo “Confusão de língua entre os adultos e a criança (A linguagem da ternura e da paixão)”. Não é de nosso interesse, aqui, entrar na polêmica em torno do conceito de trauma nos escritos freudianos, mas tão somente com Ferenczi (1992), apropriar-nos de subsídios importantes para a análise da nossa pesquisa. Entretanto, para fins didáticos introduziremos a idéia de Freud a respeito do que denominou *splitting* (divisão, clivagem) do ego.

Freud trata desse fenômeno em seu texto *A divisão do ego no processo de defesa*. Supondo uma situação de conflito vivida por uma criança que se vê dividida entre a satisfação do instinto e a exigência proibitiva da realidade, afirma que a criança não toma nenhum dos caminhos, mas ambos. Resolve o problema assumindo uma conduta contraditória, ou seja, uma conduta que oferece perigo. Assume o medo, sentido agora como sintoma patológico e tenta desvencilhar-se desse medo. Essa conciliação (função do ego) permite a satisfação do instinto sem deixar de mostrar um adequado respeito pela realidade. Tudo isso ao preço de

“uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa” (FREUD, 194, p. 309).

Ferenczi priorizou a magnitude do fator exógeno na teoria do trauma. Sua hipótese é a de que experiências reais e não simplesmente fantasias de sedução e violência estavam na base das perturbações de seus pacientes:

[...] nunca será demais insistir sobre a importância do traumatismo e, em especial, do traumatismo sexual como fator patogênico. Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças. A objeção, a saber, que se trataria de fantasias da própria criança, ou seja, mentiras histéricas, perde lamentavelmente sua força, em consequência do número considerável de pacientes, em análise, que confessam ter mantido relações sexuais com crianças (FERENCZI, 1992, p.101).

Suas observações clínicas levaram-no a verificar que o traumatismo, com bem menos frequência está associado a uma hipersensibilidade constitucional das crianças, sendo sua tônica a resposta a um tratamento realmente inadequado e/ou cruel. Assim, afirma que sente-se tentado, ao lado do complexo de Édipo das crianças, a atribuir “uma importância maior à tendência incestuosa dos adultos, recalcada e que assume a máscara da ternura” (FERENCZI, 1992, p .64).

Ferenczi postulava três maneiras mais evidentes de se infligir um trauma em uma criança: primeiramente “por meio do amor apaixonado”, através das “punições passionais” e ainda pelo “terrorismo do sofrimento”. À primeira forma correspondia as experiências de sedução ocorridas entre crianças e adultos, homo ou heterossexuais, independentemente de tais experiências terem culminado com a violação sexual ou o estupro (FERENCZI, 1992, p. 105).

Segundo o autor, as seduções incestuosas acontecem porque os adultos confundem as brincadeiras infantis (linguagem da ternura) com os desejos sexuais de um

adulto que atingiu a maturidade sexual (linguagem da paixão) e se deixam levar pelo jogo até à consumação de atos sexuais, sem preocupação com as conseqüências de seus atos.

A reação da criança num primeiro momento seria de recusa, ódio, repugnância e revolta imediata, se não fosse paralisada por um medo descomunal. A criança tem um ego ainda não suficientemente estruturado para reagir a tal investida. Não conseguem protestar mesmo em pensamento contra o poder esmagador dos adultos.

Mas esse medo, adverte Ferenczi, levado a seu extremo máximo, obriga a criança a submeter-se sem questionamentos à vontade do adulto, a manter uma postura de adinhar-lhe os menores desejos, obedecendo-lhe cegamente. A esse modo de funcionamento o autor chamou identificação com o agressor. A identificação com o agressor é portanto um dos primeiros efeitos do trauma. A criança introjeta o adulto que a violentou. (FERENCZI, 1992).

Exceção feita aos casos de patologia grave, o adulto, em algum grau sente-se culpado. Introjetando o agressor, a criança introjeta também o seu sentimento de culpa. A introjeção, como já vimos no Capítulo I do presente estudo, é entendida como um mecanismo psíquico primário, cujo protótipo é a incorporação de origem canibalística, isto é, tem como base os fenômenos corporais orais.

A situação em que encontra-se o ego infantil após a identificação com o agressor, deixa a criança confusa, sentindo-se ao mesmo tempo inocente e culpada, conforme descrevemos ao falar sobre o silêncio e o segredo, com sua autoconfiança destruída. Esta situação agrava-se com o advento do *desmentido* (grifos nossos), ou seja, a negação pelo adulto agressor e pelos demais adultos, da violação sofrida pela criança.

O agressor tem por hábito comportar-se como se nada tivesse acontecido ou negar o ocorrido quando questionado a respeito. Por outro lado, a criança quase nunca logra êxito ao buscar ajuda junto a um adulto em quem confia. Via de regra este adulto repele as tênues

tentativas da criança em verbalizar o que lhe aconteceu, alegando tratar-se de invenção ou tolice da criança. Esse é o cenário onde nasce o desmentido.

Assim, a criança vitimada transforma-se num ser que obedece de forma mecânica, ou se fixa numa atitude obstinada sem condições de explicar para si mesma as razões de sua atitude (FERENCZI, 1992).

Esse é o mecanismo a partir do qual as pessoas que sofreram abuso desenvolvem suas obsessões e os mais variados transtornos: alimentares – anorexia, bulimia; de conduta – delinqüência; toxicomania; alcoolismo; comportamento anti-social, toda a sorte de perversões morais de que nos fala Eguier (1999): a mitomania, o falso-self, a perversão narcísica, o masoquismo, a psicopatia, o cinismo, a jogatina.

Além dessas, as perversões sexuais que quase sempre se combinam com uma ou várias das perversões morais também podem se desenvolver como consequência do abuso sexual. A mais comum é aquela que transforma num novo abusador o sujeito que foi vítima: este é um lugar-comum da literatura especializada.

No que diz respeito às punições intoleráveis Ferenczi explica que assim como o amor forçado elas têm um efeito de fixação. Os delitos cometidos pela criança, como uma *brincadeira* (grifos nossos) só passam a ter um caráter de realidade a partir das punições sofridas em represália, que lhe são aplicadas por adultos encolerizados, e de certo modo loucos. A ação dos adultos acarreta numa criança até então não culpada todo o conjunto de características da depressão: “(...) não existe choque, nem pavor, sem um anúncio de clivagem da personalidade” que “regride para uma beatitude pré-traumática”, procurando tornar o choque inexistente (FERENCZI, 1992, p.104).

Mais surpreendente é observar no decorrer da identificação o surgimento de um segundo mecanismo que pode ser descrito como:

a eclosão surpreendente e súbita (...) de faculdades novas que surgem em resultado de um choque. Assim, a criança que sofreu uma agressão sexual

pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela (FERENCZI, 1992, p.104).

Quanto ao terceiro meio de se prender uma criança – o terrorismo do sofrimento – pode-se dizer que nessa situação: “As crianças são obrigadas a resolver toda espécie de conflitos familiares, e carregam sobre seus frágeis ombros o fardo de todos os outros membros da família” (FERENCZI, 1992, p.104).

No caso de abuso sexual a situação se complica uma vez que ele (o abuso) extrapola o território próprio – a primeira forma traumática endereçada à criança – e à qual Ferenczi denominou “amor forçado”. As outras duas – as *medidas de punição intoleráveis*, e o *terrorismo do sofrimento* se fazem sentir na medida em que de alguma forma ambas as modalidades infiltram-se na primeira compondo a dinâmica do abuso e, na maioria das vezes, mascarando a situação abusiva (grifos nossos).

3.2 O ambiente: alguém do útero materno e além da família

“O *self* fica cada vez mais moldado pela influência do ambiente. Todas as introjeções não são apenas exportações reimportadas, mas são também verdadeiras mercadorias estrangeiras.”
(Winnicott, [1979]-1990)

Magalhães (in ALONSO, 1985) diz que na atualidade a concepção predominante no pensamento psicanalítico sobre o narcisismo primário considera que este é designado como um estado indiferenciado, onde não existe clivagem entre o sujeito e o mundo externo. Em outras palavras, onde sujeito e ambiente se fundem nas entranhas maternas. O conceito de narcisismo primário nestes termos, leva seus adeptos a considerar a vida intra-uterina como seu arquétipo.

Partindo deste arquétipo, a autora postula que, do ponto de vista psicanalítico podemos estabelecer uma metáfora em relação ao desenvolvimento psíquico, relacionando-o

com a vida intra-uterina – fase que antecede o nascimento da criança – quando esta não tem existência própria e existe apenas no útero da mãe. Em se tratando de uma metáfora, não estamos falando de um útero orgânico, e sim de um útero formado pela imaginação e pelas representações simbólicas. Esse útero metafórico – imaginário e representacional – não é privilégio da mulher, podendo existir também nos homens, e em qualquer sujeito que venha a conceber psiquicamente um filho.

A autora prossegue afirmando que o desenvolvimento da sexualidade e a estruturação e articulação do aparelho psíquico é uma consequência dessa fantasia. Esse desejo, que antecede a gestação da criança e se manifesta de forma consciente ou inconsciente desde a infância, está imbricado no desenvolvimento do complexo de Édipo. O sujeito desejante de um filho é também um sujeito: filho de uma história, de uma estrutura, de formas de relação, de projetos e desejos. Um sujeito que carrega uma bagagem psíquica pré-existente a ele, oriunda de seus antepassados. Dito de outra forma, esse sujeito, na estrutura que articula o campo do desejo, ocupa um lugar que é a consequência de uma história e de um projeto que o antecede. E aqui voltamos ao ponto de partida: estamos falando do campo do desejo, do campo psicanalítico.

Dentre as muitas formas de abordar este campo, está a possibilidade de tomar uma estrutura e observá-la no decorrer do tempo. Por esta ótica torna-se possível a compreensão do “complexo de Édipo ampliado” (MAGALHÃES, in ALONSO, 1985, p. 30-31).

Nesse âmbito, o estudo de famílias e de suas histórias, tem levado muitos autores a perceberem a etiologia de quadros neuróticos, psicóticos e de perversões, através de cinco ou mais gerações: “o sujeito desejante é pré-parado, pré-posicionado no mundo pelo desejo parental que se transmite no sucederem-se das gerações” (MAGALHÃES, in ALONSO, 1985, p. 31).

A proposição de Magalhães revela-se de grande importância para pensarmos no conceito clínico psicanalítico de “telescopiação das gerações”³ criado por Faimberg (2001), bem como para articular em termos gerais o pensamento em torno do processo de transmissão geracional conforme veremos mais adiante. Também evidencia o lugar que ocupa a identificação na herança psíquica como a primeira grande transmissão.

Para Winnicott, o início do desenvolvimento emocional de qualquer indivíduo é definido por uma situação onde há três aspectos a considerar: num extremo, há a hereditariedade; num outro extremo há o ambiente que dá apoio ou falha causando trauma; e no meio está o indivíduo em desenvolvimento. E é desse indivíduo “vivendo, se defendendo e crescendo” que se ocupa a psicanálise (WINNICOTT, 1990, p.125).

Winnicott (1990) a partir das contribuições de Glover sobre os *núcleos do ego* (grifos do autor) fala-nos de um começo teórico em que o estado existente é o de não-integração, compreendido como uma ausência de globalidade tanto no espaço quanto no tempo. A não-integração tem como correlato a não consciência, e esta dupla ausência é a condição do bebê no útero materno.

A integração vai surgindo e se transformando aos poucos num estado cada vez mais confiável à medida em que o self se desenvolve e o indivíduo adquire capacidade para cuidar de si, como consequência da incorporação e retenção das lembranças do cuidado ambiental (WINNICOTT, 1990). Continuemos com as idéias do autor com base neste texto.

A integração e a manutenção do estado de unidade comportam outras aquisições importantes do desenvolvimento como por exemplo a responsabilidade, a consciência, um conjunto de memórias, e ainda a competência para um relacionamento que só poderá ser adquirida através da capacidade de junção de passado presente e futuro. A integração significa

³ “Por telescopiação das gerações entendo o aparecimento, no transcurso de um tratamento psicanalítico e no enquadro rigoroso da sessão, de um tipo especial de identificação inconsciente alienante que condensa três gerações e que se revela na transferência” (FAIMBERG, 2001, p. 130-131).

praticamente o início de uma psicologia humana. No argumento teórico winnicottiano este é o ponto em que se inscreve a posição depressiva no desenvolvimento emocional.

Uma integração proporcionada sobretudo por um bom cuidado infantil, pode vir a ser a garantia de uma personalidade bem estruturada. Se os impulsos e experiências instintivas assim como a raiva relacionada ao desejo encontrarem continente adequado por parte do bebê, este muito provavelmente desenvolverá uma personalidade que, por suas características poderá ser considerada interessante e até mesmo fascinante, motivando outros seres humanos a interagirem com ela.

Por outro lado, quando ocorre falha no cuidado com a criança a integração aparece cedo, mas a um alto preço. Nesse caso a integração se dá a partir de uma excessiva reação à intrusão de fatores externos. O aspecto patológico é que a intrusão passa a ser esperada e torna-se até mesmo necessária. É possível encontrar nesta estrutura o germe para uma disposição paranóide (não herdada). Este tipo de integração, que poderíamos denominar *integração patogênica* (grifos nossos) nos interessa sobremaneira na relação de incesto abusivo pai/filha, objeto de nosso estudo.

O autor defende que é desejo de todos proporcionar as condições necessárias para que cada indivíduo seja capaz de encontrar e assumir uma identidade sólida que lhe permita, com o passar do tempo e de acordo com a sua própria maneira de ser, atingir a capacidade de se tornar membro da sociedade. Essa competência requer que ele ou ela seja um membro ativo e criativo, mantendo sua espontaneidade além de um sentido de liberdade que emana de um indivíduo saudável (WINNICOTT, 2001).

A argumentação de Winnicott nos remete à família enquanto primeiro grupo de interação que se oferece ao ser humano e cenário das primeiras identificações. A família fornece os tipos específicos de aprendizagem que capacitam uma pessoa a ajustar-se em uma variedade de situações de vida, funcionando como uma espécie de laboratório onde o

indivíduo adquire o conhecimento que irá determinar a qualidade de suas relações sociais fora do âmbito doméstico, isto é, na sociedade mais ampla.

3.3 Educação psicológica e interação emocional patogênica

“A criança sente que aqueles que lhe causam dor o fazem em parte para esmagar um ou outro de seus atributos humano.”

(Stoller, 1981)

Costa (1986) ao falar sobre violência, condena a equivalência que comumente se estabelece entre violência, irracionalidade e descontrole emocional, e a partir daí propõe a distinção entre emoção e instinto. De acordo com o senso comum, diz ele, um comportamento *emocional* (grifos do autor) tem a ver com impulsividade e descontrole. No entanto, um comportamento com tais características não é um comportamento destituído de razão: o sujeito pode agir emocionalmente, utilizando a violência, sem que isto exclua necessariamente a participação da razão. Assim, em linguagem corrente o termo emocional não é o antônimo de racional. É antônimo sim de indiferente, frio, apático, etc. A violência mobilizada a partir da emoção poderá ou não ser racional, e freqüentemente o é; prova disto é o ato violento premeditado que, longe de dispensar a razão, solicita-a.

Na patologia não podemos tomar razão e *racionalidade* como *sinônimo* dos conteúdos da consciência, porque em tal circunstância a clareza ou estruturação normal da consciência encontram-se comprometidas. Fora de tal contexto, considera-se que toda conduta é racional (itálicos do autor). Toda a clareza da acepção psicanalítica do termo está na seguinte frase: “A violência é irracional quando e porque se dirige a objetos substitutivos” (COSTA, 1986, p. 29).

Para o autor, quando admitimos a possibilidade de que os motivos, objetos e finalidades do ato violento são passíveis de racionalização, isto é, de serem imputados a pessoas, coisas ou fenômenos substitutivos estamos admitindo duas possibilidades

excludentes entre si: a) que a violência irracional é um produto secundário, derivado de uma violência originalmente racional; b) que a violência irracional, sob a aparência de *racionalização* (grifos do autor), exprime um desejo ou uma moção inconsciente.

Na primeira hipótese a violência irracional está à salvo da manifestação desordenada do instinto, isto é, há a predominância da razão. Assim sendo, a violência irracional é um segundo momento de uma violência que se originou na razão e não na manifestação descontrolada dos instintos.

Na segunda hipótese, a violência nasce do movimento da pulsão que tende à destruição (moção inconsciente da pulsão de morte) não havendo aí qualquer intervenção da razão. Nesse caso, a razão pode ser aplacada pela intenção inconsciente, esta irracional desde a origem. Aqui não há espaço para um sujeito racional nem tão pouco para uma intenção consciente. A segunda hipótese é, portanto, a manifestação do psicopatológico (COSTA, 1986).

O autor alerta-nos que este seu argumento, aparentemente categórico, não confirma em absoluto que haja uma equivalência de sentido entre agressividade instintiva e irracionalidade violenta. Ambas as hipóteses tão somente evidenciam o caráter irracional que, em seres humanos, a violência pode assumir.

Assim, por exemplo, a brutalidade com a qual as crianças muitas vezes são tratadas pelos pais ou cuidadores, expõe a irracionalidade que a violência pode exhibir. É neste ponto que pode-se estabelecer claramente a diferença entre a agressividade animal e a violência humana: enquanto a primeira é condição de sobrevivência a todas as espécies animais (inclusive ao homem), a segunda nos é específica por uma característica que nos distingue das demais espécies: a capacidade de desejar. O animal não sente desejo, apenas necessidade.

E é por esse motivo que enquanto para o animal o objeto é fixo e predeterminado pela biologia (por exemplo, a presa para a fera), para o homem o objeto pode ser arbitrário e ainda deslocado. Toda a atividade humana porta a marca do desejo, e com a violência não poderia ser diferente: “Violência é o emprego *desejado* da agressividade com fins destrutivos” (itálicos do autor) (COSTA, 1986, p. 30).

Neste ponto observamos a coerência entre as idéias de Costa (1986) e Stoller (1998) para pensarmos na dinâmica do abuso sexual. Lembremos aqui o “desejo de ferir”, de infligir dor e o estatuto que ocupa a hostilidade na dinâmica erótica da perversão segundo a ótica de Stoller. Costa fala do “emprego *desejado* da agressividade” na violência. Podemos supor que o incesto pai/filha contempla a um só tempo o que há de mais cruel na violência intra-familiar e na perversão.

Buscando aprofundar nossa reflexão sobre a temática da violência intra-familiar, implicada no incesto, acreditamos serem de enorme pertinência os conceitos de “educação psicológica” e “interação emocional patogênica”, examinados por Costa (1986), no que diz respeito à oposição e heterogeneidade entre ambas, quanto às propriedades e efeitos psíquicos de cada uma.

O argumento do autor é de que a educação visa à produção de uma representação consensual de mundo em torno dos interesses de determinada sociedade. Como seria de se esperar, a educação psicológica segue a mesma regra. Ainda que pretenda preocupar-se com as diferenças individuais e não com o que há de comum nos indivíduos; por mais que pretenda ater-se ao desenvolvimento emocional dos sujeitos e não à sua escala de valores morais; visa, como bem maior, à criação de uma *norma psicológica* (grifos do autor) que atenda aos anseios de representação psíquica, igualmente consensual, a serviço de um grupo social dominante (COSTA, 1986).

Desse modo a educação psicológica poderá configurar-se em maior ou menor grau ao padrão de valores dominantes, produzindo o “Tipo Psicológico Ordinário”, ou ainda propor um outro “Tipo Psicológico Ideal”. Mas a intenção consciente da orientação não deixa margem à dúvidas: objetiva-se do educando sua adequação a um sistema de valores universais. Neste aspecto há uma distinção entre a educação psicológica e aquilo que muitas vezes chamamos de “educação patogênica” (COSTA, 1986, p. 74).

Na família uma das preocupações centrais é transmitir à criança os valores que moldam o Tipo Psicológico Ordinário. Neste aspecto, diz Costa, a família completa ou mesmo duplica a função que exercem a escola, a religião, etc. Logo, se a educação familiar foi patogênica esta não se pode assimilar à educação psicológica.

À educação patológica associamos alguns aspectos já referidos como por exemplo: a natureza assimétrica na relação educador/educando, onde o primeiro conhece o código de interpretação do real e o segundo desconhece-o; a dependência da criança (receptor) em relação ao adulto (transmissor) dos valores da cultura; por último a vulnerabilidade à qual a criança encontra-se exposta em relação ao adulto sobretudo no que diz respeito à utilização da violência simbólica, conforme vimos com Aulagnier.

A violência simbólica no ato educativo não tem o mesmo alcance que a interação emocional patogênica, porque no caso da educação *sua própria substância é composta de representações socializadas (itálicos do autor)*. Logo, mesmo quando violenta, a educação está sob a égide da coerção do grupo social. Exemplo de educação violenta é o culto ao individualismo, impregnando no psiquismo das crianças os preconceitos de classe, raça e sexo. Portanto por mais alienante que seja o código cultural ele irá permitir ao sujeito o reconhecimento do seu universo de experiências emocionais (COSTA, 1986, p.75-76).

Por outro lado, na interação emocional patogênica a informação transmitida ao educando não coincide com a intenção do educador: um pai pode, ao interpretar o mundo para

a criança, pretender realizar plenamente a função paterna e no entanto o conteúdo de sua mensagem não encontrar suporte no discursos dos tipos ideais.

Isso significa dizer que, embora guarde a referência do Tipo Psicológico Ordinário, esse pai (malgrado em sua função): “particulariza-o em função das representações imaginárias e inconscientes, cuja lógica desconhece e sobre as quais não tem controle voluntário. Neste registro, o conhecimento da regra psicológica não evita sua transgressão” (COSTA, 1986, p. 76).

A interação emocional patogênica na criança exclui de seu psiquismo qualquer possibilidade de acesso a um tipo psicológico ideal. Ela sentir-se-á um eterno estranho no ninho em termos da cultura. Como é próprio da psicopatologia, o sujeito torna-se incapaz de partilhar um código social.

Tudo o que foi falado em termos de interação emocional patogênica permiti-nos dimensionar o terreno movediço em que se constitui a clínica do abuso sexual. Se é correta a suposição de que a figura de autoridade da cena incestuosa – o *pai fictício* (grifos nossos) - porta a marca da psicopatologia, via de regra, não abre espaço a nenhum tipo de intervenção no simbólico. Resta-nos a opção de trabalhar com a vítima do abuso e isso só será possível pela via da educação.

Garcia (2004) faz um apelo no sentido de que a Psicanálise com sua grande descoberta – o inconsciente – não seja banida da clínica do social em função de uma determinada ideologia política. Segundo ele, existe nas formações sociais e institucionais uma força opositora que se mantém crescente e renovada em função dos resultados catastróficos do discurso oficializado de uma ciência que se pretende universal. Essa *resistência* tem como agravante o estereótipo que rotula a Psicanálise de uma teoria assimilada e ultrapassada.

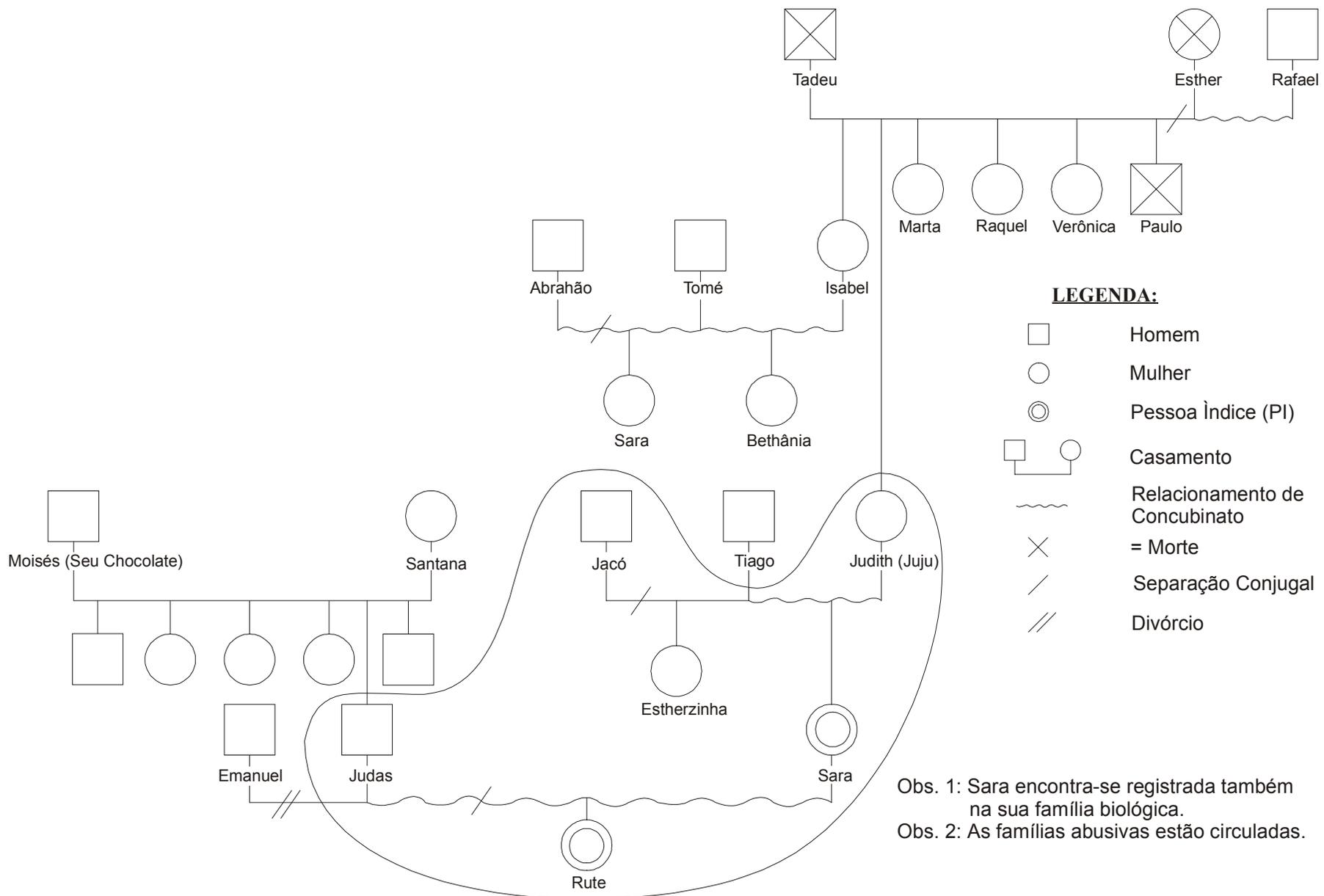
3.4 A Família X: um estudo de caso

“O humano só se oferece a uma relação que não é poder”
(E. Levinás)

Apresentando os personagens:

- Sara, vítima de abuso sexual, mãe de Rute.
- Emanuel, primeiro marido de Sara, com quem ela casou no civil e na igreja.
- Rute, vítima de abuso sexual, filha de Sara e de Judas.
- Judas, pai de Rute, responsável pelo abuso sexual sofrido por Rute.
- Isabel, mãe de Sara.
- Abrahão, pai de Sara.
- Bethânia, irmã de Sara por parte de mãe. É cinco anos mais nova, filha de Isabel e Tomé.
- Israel, atual companheiro de Isabel.
- Judith ou Tia Juju, mãe de criação de Sara, companheira de Jacó.
- Jacó, tio-padrasto, companheiro de Juju, responsável pelo abuso sexual sofrido por Sara.
- Estherzinha, prima-irmã de Sara, filha de Juju e Jacó.
- Tiago, atual companheiro de Juju.
- Tio Paulo, tio de Sara, por quem ela mantinha um amor filial. Morreu de Aids aos 34 anos.
- Esther, avó materna de Sara.
- Tadeu, avô materno de Sara, primeiro marido de Esther.
- Seu Rafael, segundo marido de Esther.
- As filhas do Tadeu: Maria Isabel (mãe de Sara, avó de Rute); Maria Judith(tia Juju); Maria Marta; Maria Raquel; Maria Verônica.

- Moisés (Seu Chocolate), pai de Judas, avô de Rute.
- D. Santana, mãe de Judas, avó de Rute.



GENETOGRAMA DA ESTRUTURA BÁSICA DA FAMÍLIA ESTUDADA

O presente estudo apresenta o caso de uma família em que o incesto abusivo intra-familiar pai/filha aparece numa perspectiva transgeracional. O relato apresentado priorizou a ordem cronológica dos acontecimentos e não a ordem da narrativa das entrevistas que tiveram por objetivo a coleta de dados. Sara, o principal sujeito da pesquisa é a narradora. Ela sofreu abuso sexual por parte do seu tio-padrasto Jacó. Mais tarde, sua filha Rute foi abusada pelo próprio pai, Judas. Em função da força mobilizadora do tema, como já era por nós esperado, Sara iniciou os trabalhos falando sobre o abuso da filha para, num segundo momento falar do seu próprio abuso. A identidade dos sujeitos envolvidos na trama foi preservada. Para tal, como foi dito na metodologia, utilizamos nomes bíblicos, fictícios. A história da família, assim como a história dos abusos desenvolveu-se em quatro cidades da Região Metropolitana do Recife, daqui para a frente RMR.

Primeiras falas

O abuso de Rute ocorreu quando seus pais já iam completar cinco anos de casados.

Sara relata que ao descobrir o abuso do qual Rute foi vítima e que aconteceu dentro de sua própria casa, ficou bastante surpresa. Sobre a possibilidade de que houvesse no comportamento de Judas algo que a levasse a desconfiar da possibilidade de uma atitude abusiva dele em relação à filha, mostra-se embaraçada (gagueja), inclusive é bastante enfática ao afirmar que o abuso ocorreu uma única vez.

É p [...] p [...] porque [...] é como é que se diz [...] é [...] é a mesma coisa que [...] Dr^a K. (a psicóloga) já me perguntou isso uma vez e eu disse a ela que é difícil porque foi um único dia, uma única vez. Mas, [...] Eu nunca desconfiei, nunca percebi, nunca, nunca. Nesse dia eu tinha deixado com a menina, num único dia foi que a bomba estourou.

Sobre a relação afetiva do casal:

Ótimo marido uma relação maravilhosa dentro de casa, briguinhas bobas por besteira. Nunca a gente se separou, ele era ótimo, era ótimo não tô dizendo a senhora! [...] incrível.

Segundo Sara, a relação de Judas com Rute era de muito carinho e cuidados:

Era ótima. Ele era ótimo eu não estou lhe dizendo à senhora, ele era ótimo. Ele [...] primeiro a gente planejou a nenê porque Eu não podia engravidar tive que fazer um tratamento, foi aquela expectativa pra poder ter a nenê. Ele queria um menino, eu queria uma menina. A gente fez várias ultrassonografias, nunca acusou. [...] Eu sentia mesmo que era uma menina, não tinha pra onde correr [...] E nisso eu coloquei na mente que o nome dela ia ser Rute.

O casal teve muitos problemas durante a gravidez. Além dos problemas de saúde de Sara, de ter sido uma gravidez de risco, o marido ficou desempregado logo que ela engravidou.

Ele era super atencioso comigo [...] E a gente como já tinha botado o nome, antes de vir ao mundo a gente já falava com ela na barriga, e chamava já pelo nome dela e o cuidado que ele tinha comigo e com ela antes de vir ao mundo era especial e quando veio ao mundo foi mais especial ainda: ele dava banho, passava as fraldinhas [...] chegava do trabalho de noite cansado dizia: ‘Olha Nega, não passe não (a roupa), deixe que eu passo. Se eu passasse ele fica brabo. Ia lá e toda noite passava sapatinho, luvinha tudo [...] Era o maior cuidado passava pano na casa, tudo [...] era um cuidado até demais. Eu acho que não precisava daquilo tudo, que nem filho de gente rico tinha tanto culete (regalia) (ri) Ai [...] foi crescendo.

Sobre essa característica de ser extremamente cuidadoso, Sara relutou um pouco em reconhecê-la – quando nos tempos de namoro – na forma efusiva que descreveu acima. Mas diz que Judas era bastante cuidadoso com ela e com as coisas. Limpo, organizado, conservando tudo no devido lugar. Quando ele colocava alguma coisa no lugar e ela tirava ele reclamava:

Ele era um pouquinho nervoso mas nada fora do normal. Pra mim tudo nele era normal porque ele era o homem da minha vida, eu só ia deixar ele por morte, nada que ele fizesse até porque ele não bebia, não fumava nunca usou droga, não dançava, não gostava de carnaval, nada [...] De casa pro trabalho, do trabalho pra casa. Nunca peguei ele com mulher nenhuma, nunca, nunca, nunca, nunca.

Sara e Judas conheceram-se no colégio. Quando estavam noivos Judas saiu do quartel. Fez teste para a polícia, mas não passou. Fez curso de vigilante e em seguida arranhou o primeiro emprego. Foram viver juntos. Sara com 17 anos e Judas às vésperas de completar 19. Era seu desejo permanecer no quartel, mas não conseguiu engajar-se.

Sara relata que Judas era considerado por todos e em toda a parte uma pessoa ótima. Na rua em que ele morava desde pequeno todos lhe queriam bem. A família de Judas é grande e todos ainda vivem na mesma casa:

Todo mundo ainda mora lá, menos ele (ri com ar de constrangimento). A mãe dele, Ave Maria, comigo! Embora tinha um pouquinho de falsidade mas eu gostava muito, eu fazia o possível pra agradar até porque eu fazia faxina na casa dela, outra nora nenhuma fazia o que eu fazia. Cozinhar, Natal, Ano Novo, eu ficava na beira do fogão pra fazer as comidas, ceia de Natal. Ele (Judas) até se aborrecia: ‘Só tem tu rapaz, todo mundo está lá arrumado, emperiquitado de cabelo dado escova e tu estás aí em plena meia-noite com o cabelo molhado?’

Sara falou que sempre teve muita estima pelo seu sogro:

Meu sogro é meu compadre, os avós paternos são padrinhos dela. O carinho era tão grande que eu tinha por eles que eu achei que eles mereciam ser além de avô, padrinhos dela. Eu tinha muito carinho mesmo por ele, mais do que por ela porque o gostar dele por mim não era com falsidade. Meu sogro ele era uma pessoa e era mesmo, doesse em quem doesse. Ajudou muito quando ela nasceu. Nunca deixou faltar um pão pra mim.

Após o nascimento de Rute, o sogro esteve sempre presente financeiramente. Nessa época seu filho Judas estava desempregado.

Sobre a relação de Judas com o pai, Sara refere que o que sempre lhe chamou mais a atenção no relacionamento entre eles era o imenso respeito que Judas devotava ao pai. O pai, Judas e o irmão mais velho são morenos. Judas era intrigado do irmão caçula, que é alvo, e é o único de pele clara na família. “O irmão era um pouco racista e chamava ele de negro” (sic). Com o outro irmão, o mais velho, ele não se dava bem porque esse irmão, que já era casado e tinha uma filha, bebia muito. Sua mulher queixava-se que ele chegava bêbado, discutindo com a ela e querendo quebrar as coisas dentro de casa. Judas ficava muito irritado:

Ele dizia: ‘quando eu casar vou ser igual ao meu pai.’ E o pai dele é ali olha: debaixo da saia da mãe, da mulher, sabe? Não é porque ele quer, mas é o jeito dele. E ele parecia muito com o pai. Caseiro, não bebia não fumava. O pai ainda gostava de ir pra uns bailes, com a mãe (Santana): levava muito a mulher pra ir pra o Clube das Pás. Dia de sexta-feira chegava lá em casa: “Cumade dá pra a senhora fazer minhas unhas? Todo chic, era um negão chic! Sabe? E ele achava bonito no pai isso, mas ele não gostava de dançar. E ele sempre dizia a mim: ‘no dia em que eu casar eu vou ser igual ao meu pai e eu só vou deixar minha m [...], V-O-C-Ê, por morte mesmo, igual a pai disse quando [...] com mãe.

Sara ressalta que os sogros eram muito unidos e que ela admirava muito isso e Judas era assim com ela em casa. Diz que ele era mais carinhoso com o pai do que com a mãe. Que dava muito cheiro na careca do pai e era bem amoroso com ele, assim como o era com ela – Sara:

Ele tinha o maior carinho do mundo comigo, o maior respeito. Me botava no braço. Me dava banho no banheiro quando a minha cirurgia abriu [...] fazia o meu curativo, não queria que ninguém fizesse, [...] me dava banho no banheiro tudo direitinho, penteava meu cabelo, cuidava de mim como se eu fosse um bebê. [...] Na realidade era assim o comportamento dele.

Judas ajudava em todo o serviço da casa e ainda olhava a comida no fogão. A roupa, disse Sara, ele só lavava escondido no banheiro porque tinha vergonha caso os vizinhos vissem, porque aquilo não era coisa de homem e depois o povo iria ficar falando. Mesmo quando trabalhava à noite, Judas passava o dia todo em casa. Andavam na rua de mãos dadas e formavam um casal de admirar.

Sobre o relacionamento de Judas com a mãe, Sara observa que ele também era carinhoso, que ele chegava pelos cantinhos pra pedir alguma coisa, mas ela era mais severa do que o marido. Mas, o carinho, o beijo na testa, a bênção, tudo era muito natural entre eles. Sara acredita que com o pai o relacionamento era mais à vontade porque, a seu ver, “homem com homem conversam melhor.” (sic) Assim, quando Judas precisava de pedir alguma coisa, algum dinheiro emprestado era com o pai. Só isso. Nos aspectos restantes, diz ela, ele era igualmente próximo do pai e da mãe.

Dona Santana era costureira e seu Moisés (Seu Chocolate como era conhecido) ajudava a esposa. Fala que Judas admirava muito isso.

O pai costurava pra mãe dele. Enquanto a mãe dele fazia uma roupa, o pai dele fazia outra. Ele ficava incrível: ‘como é que pai sabe costurar?! Homem que costura!’ (sic). Seu Chocolate, Dona Santana e os seis filhos moravam com os pais de D. Santana. O motivo da saída do casal com os filhos da casa dos avós maternos foi as muitas brigas e atritos em família. Dona Santana tinha uma irmã que bebia e gerava muitos problemas. Seu Chocolate era da polícia. Sobre os avós paternos de Judas Sara nada sabe. Diz que “não se falava a respeito” (sic). O avô materno era arquiteto e a avó era doméstica. Hoje são falecidos. As referências familiares de Judas, portanto, são todas do tronco materno. Seu Chocolate, quando não estava de serviço durante o dia, trabalhava à noite no quartel fazendo um extra pra no outro dia pegar um novo plantão. Dona Santana trabalhava em confecção. Muitas vezes quando ela saía pra trabalhar durante o dia ele cuidava dos filhos. São seis filhos, três homens e três mulheres.

Todos se davam super bem tanto com o pai quanto com a mãe. Ele me dizia: ‘Cansado comadre de dar banho nessas meninas. Olha aí tudo grande já moção, tudo casada já mãe de filho’. E ele ainda criou netos. [...] Ele tomava conta das filhas e dos filhos, em tudo: era dar banho, dar comida, se fosse preciso mamadeira, varrer casa, lavava roupa, as calcinhas das crianças, cuecas das crianças [...] lavava banheiro, botava o menino pra varrer quintal, era tipo uma dona de casa.

Então Seu Chocolate viu que não estava tendo condições de cuidar dos filhos dessa forma ostensiva e trabalhar à noite e falou com Dona Santana para ela parar de trabalhar à noite na pronta entrega. Ela então passou a costurar só em casa. Na costura era ela que mostrava a ele como fazer. Seu Chocolate tinha muitas habilidades manuais.

Nos aniversários de todos os netinhos ele tinha o maior prazer de fazer todas as lembrancinhas principalmente o dela (Rute). O dela foi tudo do Piu-piu, ele fez tudinho. Comprou isopor, fez tudinho. Mínimos detalhes, media aqui, media ali a gaiola do Piu-piu, e não sei o que, até filme tinha que comprar pra ver o desenho pra ver como era a porta da gaiola (ri).

Sara disse que seu ex-marido era assim, que ele “puxou muito do pai” (sic). Judas pintava muito. Desenhava nas paredes do quarto de Rute e não podia faltar tinta. Se faltasse ele esperava até o dia de receber dinheiro para comprar a mesmíssima tinta. Ela muitas vezes sugeria que ele colocasse uma outra tonalidade, um outro tipo já que era apenas um detalhe, mas ele não admitia.

Apesar de não haver impedimento legal, Dona Santana e seu Chocolate não eram casados. Só casaram no civil depois dos filhos todos grandes, já por insistência dos mesmos.

[...] ele tem muito ciúme dela porque ele é negro e ela é branca, loura. Ela é bem branquinha e ele é preto, bem pretinho. E a mesma coisa eu e ele (ri abertamente). Só que ele não é preto, ele é moreno e eu sou branca, aí até nisso [...] E interessante que o meu ex-sogra dizia que eu era a cara e a careta dela (a sogra) quando tinha a minha idade.

O desamparo de múltiplas traições:

O abuso foi descoberto num dia de semana, em que Sara, por volta do meio-dia deixara Rute aos cuidados do pai. Ela já havia dado o banho na criança. Ele ficara encarregado de dar o almoço, botar a farda e levá-la à escola. Sara saiu escondida de Rute para que ela não fosse pedir-lhe o peito e isso não fosse atrapalhá-la no almoço. Retornou às 16:30h e relata que Judas quis ter relações com ela. Ela negou-se alegando cansaço e fome. Judas ficou aborrecido e disse-lhe que não iria buscar Rute na escola, que ela fizesse isso. Sara concordou.

À chegada de Sara, Rute agiu como se nada tivesse acontecido. Deu um abraço bem forte na mãe, despediu-se da professora, mas quando chegou na esquina disse à mãe que “não queria voltar pra casa e não queria morar naquela casa mais não” (sic). Sara perguntou-lhe o porquê. Rute disse que não era nada, mas pediu à mãe que a botasse no braço porque suas pernas estavam doendo muito. Aí começou a chorar, dizendo que não iria para casa porque lá havia um monstro. Sara perguntou-lhe que história era aquela. Colocou Rute no

chão e a menina correu. A mãe pegou-a, deu-lhe duas palmadas e então Rute começou a chorar:

Eu tenho um segredo com meu pai mainha. Eu não vou voltar mais pra aquela casa não que aquela casa tem um monstro, e eu não vou tomar banho mais não que papai me deu um banho.

Sara ralha com a filha e entrando em casa Judas disse-lhe que por favor ela tirasse aquela menina da frente dele que ele não queria nem vê-la. Sara rebateu perguntando-lhe o porquê daquela irritação uma vez que Rute não fizera nada com ele. Comenta com ele a conversa de Rute no caminho da escola pra casa e Judas respondeu que era por isso que ele estava dizendo que a menina estava cheia de invenção.

Sob protestos de Rute, Sara encaminhou-a para o banho, ameaçando chamar o pai: “Ela gostava muito dele, e tinha como se fosse um medo dele. Eu disse isso à juíza” (sic). Sara fez um acordo com Rute de banhá-la no tanque do lado de fora pra que ela não precisasse entrar no banheiro porque ela dizia que lá, dentro do banheiro é que havia um monstro.

Quando eu comecei a ensaboar o bumbum e o pipiu, aí ela começou a gritar: ‘Não mainha, não dá banho em mim que papai me deu banho naquele banheiro escuro onde lá onde tem o monstro [...] É um segredo que eu tenho com papai. É porque papai botou o dedo’. Aí foi quando a ficha caiu. Aí na hora eu procurei o chão e não encontrei não. [...] Endoidei na hora: ‘Como é a história, menina?’ [...] Aí ela repetiu e aí ela repetiu uma coisa mais cruel. Ela disse: ‘Ele colocou o dedo no meu pipiu e eu chorei muito e disse a ele assim: não faça isso não painho, não faça isso não, eu vou dizer a mamãe!’ Aí ele disse: ‘Se você disser à sua mãe eu corto suas pernas e jogo pra Duque (o cachorro).

Sara olhou os genitais de Rute e viu que estavam muito machucados. Ela disse que por um momento não quis acreditar. Tanto carinho, tanta dedicação que ele tinha pela criança. “Aquilo era bárbaro demais pra ser verdade” (sic). Mas disse que nunca duvidou da filha, do contrário não teria expulsado o marido de casa.

Encerrada a investigação e confirmado o abuso, Sara teve dezesseis dias para resolver tudo, vender suas coisas (móveis, objetos de casa) e ir embora para Belém com Rute.

Lá moravam sua mãe (com seu companheiro à época) e sua irmã Bethânia. Apesar de estar próxima de sua tia Juju, e de duas outras tias que tomaram conhecimento da situação, a partir do momento que resolveu denunciar, Sara não teve nenhum apoio.

No dia que aconteceu, a minha tia, a que é minha mãe de criação ela foi a única testemunha em termos de ter ido lá em casa, ter visto como tava a menina [...] disse que a menina era muito pequenininha, que a menina não se lembraria depois não, que isso era uma grande besteira minha me separar porque eu expulsei ele de casa. Dei nele, puxei a faca, fiz tudo [...] e expulsei ele. Mandeí ele embora. E a minha tia quando veio, ele nervoso dizendo: ‘A senhora vai ser minha testemunha’. Aí ela: ‘Testemunha de que?’ Aí eu gritando dentro de casa, chorando, em choque ainda: tia olha eu queria que a senhora visse como é que a menina está.

Foi Judas quem gritou por tia Judith, tia Juju como ela chama sua mãe de criação. Moravam bem próximas. Quando Juju chegou, Judas disse-lhe que Sara estava fora de si e que ele não tinha feito nada com a menina. Quando a tia viu o estado de Rute apavorou-se e perguntou a Judas o que era aquilo que ele tinha feito. Judas insistiu que a tinha chamado para que ela fosse testemunha de que ele era inocente porque Rute estava inventando aquilo tudo. Com a voz entrecortada, chorando, Sara relembra a ira que sentiu:

Aí eu plantei a mão na cara dele e disse: ela está inventando coisa nenhuma safado, que uma criança desse tamanho tinha capacidade de inventar um negócio bárbaro desse? Some da minha casa e da minha vida, nojento, aí esculhambei ele, some daqui, joguei as coisas dele no meio da rua. Aí tia se pôs na hora de dizer assim a ele: ‘É melhor tu ir embora Judas, vai-te embora pelo amor de Deus.’ [...] Aí ela ficou em casa comigo: ‘Rapaz não chora não, te acalma que essa menina é muito pequenininha. Tu vai acabar teu casamento por causa disso? Pode ser engano’. Aí eu: Engano de que? Num tô cega não. Some também da minha casa! Aí expulsei ela também.

Sara lembra que isso já era no final da tarde. Ficou em casa trancada. Negou acesso aos vizinhos, que queriam saber o que tinha ocorrido. Passou a noite em claro. No outro dia foi à casa dos pais de Judas. Encontrou Dona Santana sozinha. Ela informou que Judas tinha saído e perguntou porque Sara estava com os olhos tão inchados. Perguntou se Judas havia batido nela, porque a explicação que o filho lhe dera é que eles tinham brigado e ele então foi dormir lá. Sara ficou indignada e perguntou à sogra porque ela não tinha ido até a casa deles saber o que tinha acontecido uma vez que aquela situação era atípica e que ela,

Dona Santana dizia ter tanto carinho e admiração por ela (Sara), pelas suas qualidades de esposa, e alegava querer-lhe como à uma filha?

Eu trouxe a menina pra a senhora olhar [...] pra senhora ver, me dar uma luz que eu não sei o que é que eu vou fazer que eu tô quase endoidando [...] Disse ela que não sabia o que tinha acontecido e disse que não ia olhar a menina não porque não era ginecologista e nem ia conversar porque não era psicóloga. Se eu tivesse achando ruim eu levasse a minha filha na delegacia, desse parte do filho dela, pra o filho dela amanhecer morto e estuprado, que eu seria a derrota da vida dele. E quando minha filha crescesse um dia ela ia dizer a minha filha que fui eu que acabei com a vida dele. [...] Me expulsou dizendo: ‘Você é uma louca, uma desequilibrada’ [...] Essa foi a recepção da minha sogra.

Sara suplicou ajuda à Dona Santana, alegando sentir-se só, uma vez que sua mãe (Isabel) morava em Belém.

Ela negou-se e me disse que a porta da frente era serventia da casa, que o filho dela não era tarado, e que botou filho no mundo pra ser homem e fazer filho, não pra ser tarado. Aí eu disse a ela que eu ia provar que o filho dela era tarado e que eu ia trazer as provas para que ela engolisse papel por papel.

Naquele momento Sara pensou em fazer uma bobagem com a sua vida, mas pensando na filha disse para si mesma que iria “querer Judas bem vivo para que ele pudesse pagar tudo o que fez” (sic). Rute reclamava de dor nos genitais à cada movimento, dizia relutante que estava com medo de voltar para casa. Retornaram. A menina passou dois dias sem ir para a escola. A diretora e a professora de Rute, como era praxe da escola, foram à casa dela saber o que estava acontecendo. No mesmo momento chegou Judas para pegar as coisas dele. Alegou para as visitas que Rute estava doente. Sara, indignada, desmentiu tudo na frente das duas e expulsou-o de casa. Contou-lhes o verdadeiro motivo. Foi quando Judas acusou a escola. Não só ele como também a mãe dele.

Nas instituições pelas quais passou perguntaram-lhe se ela (Sara) acreditava na possibilidade de que alguém na família de Judas já tivesse alguma informação sobre algum comportamento desviante dele em relação à sexualidade, como aquele que ele tivera em relação à sua própria filha. Ela falou que nunca ouviu nada a esse respeito, mas disse que estranhou muito a forma como a sogra a expulsou:

É como se pra ela aquilo tava tendo novamente: ‘Já teve uma vez e então eu não vou deixar que aconteça de novo, vou expulsar ela daqui’. Eu não sei.

Na frente da casa Sara encontrou Seu Chocolate. Ele retornou com ela. A mãe de Judas perguntou ao marido o que é que Sara ainda estava fazendo na casa dela. Sara contou o ocorrido. Seu Chocolate começou a chorar e disse: “Comadre, a única coisa que eu posso fazer é lhe dizer que se ele fez ele vai ter que pagar [...] Só que eu não posso ficar do seu lado porque ele é meu filho” (sic). Indignada Sara voltou-se para a sogra (e não para o sogro):

Eu queria ver se a minha filha fosse filha de uma filha sua, se Rute fosse sua neta por parte de filha, se a senhora ia acreditar na sua neta ou no seu genro, mas a minha filha é filha do seu filho: é diferente. Só que a senhora vai lutar pelo seu filho e eu vou lutar pela minha filha que só tem dois anos e oito meses e ela jamais ia inventar isso não.

Na saída Sara encontrou sua tia Verônica, que orientou-a a ir ao hospital de uma cidade vizinha. O exame médico foi dificultado porque Rute chorava e não queria abrir as pernas. O pediatra de emergência explicou a Sara que havia uma lesão muito grave e encaminhou mãe e filha para uma colega do IMIP - Instituto Materno Infantil de Pernambuco. Isso já era noite e Sara teve que esperar o outro dia. Foi ao IMIP acompanhada da tia Verônica. Lá, Sara e Rute foram ouvidas e examinadas por duas ginecologistas, que ouviram separadamente mãe e filha e procederam ao exame físico de Rute. Em seguida foram para o atendimento psicológico. Num terceiro momento, Sara foi comunicada que não havia a menor dúvida sobre a veracidade do abuso sexual sofrido por Rute:

Uma criança de dois anos e oito meses não tinha capacidade de inventar essa barbaridade. Até porque usou manobras: usou tesoura, cachorro, tudo. Botou uma tesoura nas pernas da menina e disse que se a menina fechasse as pernas cortava e jogava pro cachorro. E ela fazia o gesto direitinho. Ela teve coragem na frente dele de se levantar da cama e ir lá onde ele escondeu a tesoura porque não era ali onde eu guardava a tesoura, ele escondeu, ela foi lá procurou, achou, e disse que o pai tinha escondido ali, voltou pra cama, botou a perna aberta de um lado e do outro e fez do mesmo jeitinho: ‘Foi assim olha mamãe que papai fez comigo olha, assim: se você fechar as pernas e contar pra sua mãe, eu corto suas duas pernas e jogo pra Duque’.

No IMIP Sara foi orientada pelas ginecologistas a denunciar o abuso. Ela respondeu-lhes que tinha medo de represálias por parte da família de Judas, sobretudo porque

moravam no mesmo bairro, e que iria aconselhar-se com sua tia-mãe sobre que atitude tomar. Entregaram-lhe toda a documentação e deram-lhe a orientação necessária para proceder à denúncia – órgãos competentes e telefones para contato.

No retorno para casa, ao descer do ônibus, Sara deparou-se com Judas que lhe diz para deixar a menina com ele, ao mesmo tempo em que lhe interrogou a respeito de para onde ela tinha ido. Ela respondeu-lhe:

Eu vim do IMIP, seu tarado, safado, estuprador. Aí me descontrolei [...] Dei a menina a uma pessoa no meio da rua pra segurar minha filha e avancei nele. A gente se rachou no chão e foi pau mesmo nós dois, foi quando ele me ameaçou de morte e disse que eu era cúmplice dele [...] M [...] Me chamou de cúmplice. Aí foi quando a ficha caiu mais do que já tinha caído. Aí eu disse na cara dele que eu ia mostrar a ele quem era cúmplice. Aí no mesmo ônibus que eu vim do IMIP eu voltei. [...] Era antes de meio-dia. [...] Quando cheguei lá ainda era a mesma ginecologista, a mesma assistente social, a mesma psicóloga [...] Aí eu disse a ela: decidi denunciar! Aí foi quando a gente foi para a DPCA. (Ao relatar essa passagem Sara pareceu muito mobilizada. Ficou trêmula e com os olhos cheios de lágrimas).

Na volta da DPCA – Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente (atual GPCA – Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente), em casa, Sara buscou apoio junto à tia Juju. Mais uma vez ficou indignada com a reação dela:

Calma menina, tenha calma! Rute é muito pequenininha. Casamento não se acaba assim não. Nem tudo está perdido não.

(Pausa longa) Sara desabafa:

Eu tenho cer [...] Já pensei nisso [...] Acho que ela engoliu muita coisa e se fez de cega. Aí é quando eu tenho pra mim que ela sabe [...]

Nesse ponto observou-se uma dificuldade de Sara em falar sobre o abuso sofrido por ela própria. A pergunta foi colocada explicitamente pela pesquisadora, ao que Sara respondeu sumariamente:

Isso. Eu tenho pra mim que ela sabe por conta disso.

Sobre as razões do silêncio ao qual se submetem as mulheres nos casos de abuso, Sara acredita que:

Quando criança, o medo. E eu tinha muito medo dele. Muito mesmo [...] Eu como mãe, eu me culpei porque fiquei sabendo e não denunciei no mesmo dia

[...] Mas eu acho também que uma mulher pode saber e ficar calada, ou porque ama muito esse marido, que isso não é mais amor [...] ou ela pode como eu ter sido ameaçada de morte por ele [...] Que ela apanhava muito de Jacó. No começo a gente não sabia não mas depois a gente via ela toda cheia de roncha no corpo.

O processo:

Na DPCA foram tomadas as providências de praxe. A delegada mandou buscá-lo no trabalho e Judas fez seu primeiro depoimento:

[...] A senhora pode mandar me matar, pode bater em mim, pode me mandar preso mas eu não confesso que eu fiz isso com a minha filha. E pra delegada ele já tava se confessando, porque ele usou que ele podia ser morto, podiam bater nele, mandar ele preso mas ele nunca ia confessar o que ele fez com a filha dele. Teve uma hora que ele falou assim e a delegada viu tudo.

Por duas vezes Judas tentou desesperadamente reverter a situação – após esse pronunciamento e antes, no dia seguinte ao abuso. Ajoelhando-se aos pés de Sara, implorou:

Nega pelo amor de Deus Nega, me perdoa Nega, me perdoa! [...] A primeira vez no meio da rua e depois dentro de casa. [...] A menina balançou o dedinho: ‘Eu disse papai, tudinho a mamãe que o senhor fez comigo!’. Ele: ‘Essa menina está inventando. Não está vendo que essa menina não tem noção do que está dizendo?!’. “Quem não tem noção é você seu cafajeste!”.

Sara teve dificuldade para conseguir as testemunhas. Ninguém queria se envolver. Sua tia Juju já se posicionara a favor do esquecimento. Outras duas tias temeram uma possível represália da família de Judas.

Finalmente a tia Juju testemunhou que viu a vagina da menina e que achou que aquilo não era normal:

Eu não posso afirmar uma coisa que eu não vi Meritíssimo. Eu acho que uma criança dessa idade não ia inventar isso. [...] Eu nem tô sendo testemunha de um lado nem de outro. [...] Quem pariu Mateus, que balance. Eu tô contando o que tão me perguntando.

Sara ficou muito revoltada com o depoimento de sua tia, assim como todas as pessoas envolvidas no caso (profissionais). Mas não tinha condição de dispensá-la como testemunha porque já haviam pouquíssimas (a diretora da escola, a professora e Juju). As testemunhas de Judas “pessoas que não sabiam nem porque estavam ali” (sic) entraram em

contradição. O próprio Judas fez declarações que ajudaram a evidenciar sua responsabilidade. A delegada comunicou a Sara que encaminharia o processo para a justiça. Judas aguardava julgamento respondendo em liberdade.

Sara foi incentivada a denunciar à imprensa, aproveitando a onda de crimes de abuso e estupro que pairava na mídia naquela ocasião:

A delegada foi lá em casa, a Rede Globo foi me buscar [...] A delegada aconselhou a denunciar à imprensa [...] Aí foi quando eu denunciei e resolvi me mudar porque ele já tinha me ameaçado de morte e eu não tinha como provar.[...] Aí eu fui pra Belém.

Belém:

Quando aconteceu tudo Sara ligou para sua mãe em Belém. “Ela queria vir pra Recife pra matar ele” (sic). Explicou à Isabel que a forma de ajudá-la seria recebê-la em sua casa com Rute. Viajaram.

Sara e Bethânia nunca tiveram nenhuma afinidade. Bethânia “passou de mão em mão” (sic) até os dois anos de idade. Era uma criança maltratada – tinha sarna, piolho e feridas. Foi então que a tia Verônica resolveu adotá-la. Aos doze anos Isabel resolveu assumi-la e a tomou de sua irmã. Verônica ficou cheia de revolta e mágoa. Isabel viajou para Belém e deixou Bethânia aos cuidados de Sara, durante a gravidez de Rute. À época com treze anos, Bethânia tinha uma vida sexual promíscua, bebia e fumava. Sara atribui à situação vivida o agravamento do seu estado de saúde naquele período. Por tudo isso temia por sua chegada a Belém, mas Bethânia mostrou-se solidária naquele momento.

Quando eu cheguei logo em Belém minha mãe disse: ‘Essa menina foi abusada nada [...] a menina está tranqüila!’ [...] Eu é que tava arrasada. Tava com uma crise de micose nervosa [...] tive que fazer tratamento.

Sara ficou muito incomodada pelas dúvidas suscitadas acerca do abuso sofrido por Rute.

Quando eu tava em Recife e falava com minha mãe por telefone, ela tinha uma reação. Quando eu cheguei em Belém minha mãe apresentou outra reação. Teve tipo uma dúvida: Será que ele fez isso mesmo? E eu pedi, até proibi de

tocar nesse assunto mais em Belém. Aí Rute criou um trauma: não cortava franja. Quem chegasse perto dela com uma tesoura ela tinha uma pane. Gritava, ficava histérica e não tinha quem controlasse Rute mais. Eu matriculei ela numa escolinha lá. A primeira tarefa na escolinha, as tesourinhas sem ponta [...] Rute teve uma crise que foram me chamar no trabalho, querendo saber o que tinha acontecido com a menina que a menina não se calava de jeito nenhum. Só falava do monstro, do monstro, do monstro.

Sara tirou Rute da escola para evitar expô-la mais uma vez. Levou-a a uma psicóloga do posto de saúde. Lá encaminharam-na para o Conselho Tutelar. Nesse período Judas denunciou Sara por seqüestro. Procurou a família de Sara dizendo que avisassem a ela para voltar. Como Sara não tinha ordem judicial, o Conselho Tutelar lá em Belém aconselhou-a a voltar para que o caso não fosse encerrado (o que beneficiaria Judas). A própria instituição explicou-lhe que esses tipos de processo tendem a ser arquivados, caso os interessados não estejam acompanhando de perto e que se a família de Judas se dispusesse a dar propinas, possivelmente o caso seria encerrado. Preocupada, Sara voltou ao Recife.

Por quem os sinos dobram?

Em Recife, no fórum, ninguém sabia onde estava o processo. Sara falou que ficou deprimida. Conseguiu um emprego de empregada doméstica. Ela e Rute ficaram morando com Juju. Rute ficava sob seus cuidados quando Sara ia trabalhar.

Um mês depois Isabel retorna definitivamente de Belém e passa a cuidar de Rute.

[...] Quando eu voltei [...] que mãe voltou depois, mãe aprontou muito comigo [...] Mãe levava (Rute) pra o pai ver escondido de mim. Mãe levava ela pro Shopping, pro Treze de Maio pra todo o lugar pra ver ele. Ele dava dinheiro a minha mãe, ficou comprando minha mãe. E tudo isso eu descobri. Eu trabalhava no hospital [...] minha mãe aprontou outra, mãe e minha tia (Juju): pegou a menina e foi pra casa dos avós paternos dela cear o Natal [...] Tiraram um monte de foto. Tirou uma foto dele deitado na cama da mãe dele com a menina por cima dele [...].

Dias antes Judas havia pedido a Sara para assistir à formatura de Alfabetização de Rute. Ela relutou mas Isabel e Juju intercederam por ele. A escola também não concordou mas acabou consentindo [...] A menina quando viu ele endoidou: ‘Mainha deixa eu dançar a valsa com meu pai Mainha!’ ... Mais uma vez, Isabel e Juju: ‘Deixa, menina, deixa ela

dançar' [...] Ele mandou filmar [...] mandou um fotógrafo exclusivo tirar um monte de foto sem eu perceber. E levou a filmagem e essas fotos para a Justiça. [...] Quase que eu perco a causa do abuso [...] Só que a juíza não aceitou porque ele já tinha sido condenado.

Sara não sabia, mas já faziam onze dias da condenação de Judas. Uma amiga de Sara lhe falou que Rute tinha sido vista várias vezes em companhia da avó paterna. Procurou saber da mãe e da tia. Ambas negaram. Rute também já vinha observando um exacerbado interesse de Rute pelo pai. Pedia insistentemente para vê-lo:

[...] Foi daí também que eu fui perceber. Tanta falta assim exagerada é porque algum contato ela está tendo com ele [...] Foi quando eu vim descobrir [...]

Com o auxílio da dona da casa onde trabalhava Sara teve acesso a uma ONG, onde obteve ajuda psicológica para si e para sua filha. Lá, durante os trabalhos com o grupo de mães, viu casos mais graves do que o seu “como aqueles que chegaram ao estupro” (sic).

Eu me culpava muito porque eu não denunciei ele no mesmo dia. Não me perdôo. Não me perdoava. Porque ele já era para está na cadeia há muito tempo [...] Eu tive oportunidade de denunciar ele no mesmo dia só que eu fui fraca. [...] No dia que eu cheguei no IMIP (quando da perícia médica) me mandaram aguardar. [...] Aí todo mundo olhando pra mim e eu sem saber o que era [...] Aí foi quando eu olhei uma placa: “ALA DOS ESTUPRADOS.” Aí foi quando eu caí num desespero, fiquei mais desesperada do que eu já tava: Meu Deus, que situação que eu estou vivendo! [...] Eu e minha filha, ali!

Transfigurou-se, chorou: “Aquilo foi o pior de tudo” (sic). É importante salientar que Sara não fez referência a esse detalhe quando relatou pela primeira vez sua passagem pelo IMIP.

Graças ao apoio da ONG, Sara conseguiu, chegar até o fim com o processo. Judas foi condenado em dezembro de 2004. Não chegou a ser preso. Está foragido. Com receio de alguma represália por parte da família de Judas, Sara deixou sua casa juntamente com a filha. Hoje está desempregada, e paga aluguel num bairro de periferia de uma outra cidade da RMR, que fica situada do lado oposto ao que morara anteriormente. Gostaria de voltar para sua antiga residência, que é própria e está alugada:

Mãe (Isabel) tem um pouco de receio que a polícia pegue ele, como ele está foragido, e tudo pode acontecer. Bem, na realidade, eu me mudei da minha casa e pago aluguel hoje porque ele foi condenado e fugiu. Aí eu me mudei nas carreiras com medo que a família fizesse alguma coisa comigo porque ele só foi condenado e aconteceu tudo isso porque fui eu que denunciei ele. [...] minha mãe tem medo que eu volte e de repente a polícia pegue ele, prenda [...] e o mesmo medo que eu tive pra sair nas carreiras, que a primeira acusação era comigo (aludindo que a ordem de prisão era uma segunda acusação, desta vez feita pela Justiça) é o mesmo medo que minha mãe tem que a família dele faça alguma coisa comigo.

Todos os familiares são unânimes em acreditar que Sara correria sérios riscos voltando a morar em sua antiga casa, pois, a despeito de estar perto de sua família, estaria também perto da família de Judas. Esse medo agravou-se mais ainda porque o sobrinho de Judas, filho de sua irmã mais velha, hoje maior de idade, e que foi criado por Seu Chocolate e Dona Santana, está preso no COTEL acusado de envolvimento com droga e roubo, representando (mesmo preso) uma ameaça. Hoje, as únicas fontes de renda de Sara são o aluguel da sua casa e uma faxina uma vez por semana, pela qual recebe R\$ 40,00, numa clínica médica, onde tem uma promessa de vir a ser contratada. Recebe ajuda financeira da mãe, Isabel.

Ela (Rute) ia voltar pra mesma escola que saiu pra ir pra lá pra onde eu moro. Eu já tinha ido na escola, já tinha pedido ao rapaz pra desocupar minha casa, tudinho. [...] Minha irmã de criação (Estherzinha) ela disse a mim que não é justo eu fugir de uma coisa que eu não cometi nenhum crime. Como é que pode eu ter a minha casinha e está pagando aluguel e está pass [...] comendo contado? [...] Eu poderia arrumar outro biscate [...] Minha mãe está vendendo verdura lá [...] eu poderia nos dias livres ir ajudar minha mãe [...]

Nas visitas à sua mãe, Sara já encontrou um ou outro familiar de Judas (irmãos, o tal sobrinho que está preso), e diz que todos fazem de conta que não a conhecem:

Como também já aconteceu antes da foto do pai de Rute sair na televisão é [...] eu [...] eu encontrar [...] o meu ex-sogro [...] e ele também não falar comigo. E se Rute tiver comigo, Rute, ela fica assim: ‘Mainha, o meu avô mainha! Eu posso falar com ele e dar a benção a ele?’ E eu não posso dizer não. [...]: Vá! Dê a benção a ele. Aí ele: ‘Deus te abençoe, minha filha.’ Aí vai, tira assim cinco reais, dez reais. Não é toda vez não, mas sempre ele dá nem que seja um real a ela: ‘Tudo bom minha filha? Como é que você está?’ Mas isso foi quando eu ainda estava lá (antes de se mudar). De lá pra cá [...] vai entrar pra 7 meses.

Histórias que se misturam:

Eu fui abusada. Por meu tio, marido da minha tia Juju, que me criou desde os dois dias de nascida. [...] Tinha nove anos ou menos. [...] Foi muitas vezes. Ela (Juju) não sabia. Ninguém da minha família não sabe até hoje. [...] Ele me ameaçava quando eu era pequenininha [...] minha tia ia lavar roupa de ganho, aí eu ficava em casa sozinha aí ele [...] fazia um monte de safadeza na época. [...] Quando eu me casei com o pai de Rute eu contei a ele porque eu tinha medo de casar com ele porque eu não sabia se eu era virgem. Porque meu tio além de me abusar ele mexia comigo com o pênis também, só que nunca houve a penetração. Só que na minha mente eu não sabia o que era penetração. Até quando eu cheguei perto do casamento eu tinha medo. Eu ficava achando que se Judas casasse comigo e na hora eu não fosse virgem ele ia me entregar, assim, ele ia me dizer: você me enganou.

Nesse ponto da narrativa evidencia-se uma fusão: Quem estava sendo punido?

Judas ou Jacó? Quem estava sendo reparada? Rute ou Sara? Impossível separar os pares.

Ao falar do abuso que ela própria sofreu Sara não tinha a mesma fluência que observamos nela ao discorrer sobre o abuso de Rute. Disse que quando contou a Judas sobre ela, ele ficou revoltado.

[...] Ele (Judas) dizia: ‘isso é um cabra safado, isso num vale nada, tinha que morrer, um homem desse tem que morrer. Quando ele via esses casos na televisão, de abuso, de estupro, principalmente com criança, ele ficava indignado. Mandava até mudar de canal. Só que quando a gente casou eu era virgem. Só que eu tinha dúvida por conta dos abusos que eu sofri. [...] Quando minha prima, (Estherzinha, filha de Juju e Jacó, seis anos mais velha que Sara) casou, aí ficou morando no outro quarto, aí o marido dela se levantava pra ir pro banheiro. Aí quando foi uma vez ele mexeu comigo de noite, mas só mexeu no lençol [...] Aí eu fui disse a ela. Aí ela não acreditou não. Foi o maior atrito [...] ‘Conversa é essa menina? Está inventando? Quer acabar meu casamento? [...] Ela se perdeu com ele com quinze pra dezesseis anos. Eu acho que ela disse a ele (ao marido) que eu tinha dito e ele não mexeu mais comigo.

Observamos como Sara desliza da sua experiência incestuosa para a experiência incestuosa da filha: as reações das pessoas no sentido de desmentir o abuso, em ambos os casos são relatadas com as mesmas expressões e argumentos. Foi com algum esforço que retomamos.

[...] Eu era garotinha. A porta lá de casa era de rolo: uma parte de baixo outra parte de cima. Eu era tão pequena [...] eu fazia assim (estica o pescoço) pra ver a rua e meu tio já mexia no meu bumbum. Eu acho que eu tinha de cinco pra seis anos [...] Dentro de casa. Em qualquer lugar até na sala, a televisão ligada, de noite, de madrugada muitas vezes ele ia mexer no meu lençol [...] Mexia comigo por debaixo, botava a mão no meu pipiu. Isso aí [...] sempre, sempre,

sempre. [...] Ele dizia que se eu dissesse a tia ele matava tia. [...] Eu dizia a ele: Porque é que o senhor está fazendo isso comigo, tio? Aí ele dizia que era normal, que o pai podia fazer isso, e ele era meu pai de criação. Sempre ele dizia a mesma história. E eu deixava.

(Nesse momento Sara falou mais alto, mais irritada). Sobre sua origem paterna

Sara tem duas versões:

Só sei que o nome dele é Abrahão, que diz que é meu pai, né? Tem outro que eu não sei nem o nome dele, mas que minha mãe (Isabel) diz que ele é que é meu pai. Aí depois diz: ‘Não, eu tava brincando, seu pai é Abrahão mesmo’. [...] Quando eu era garotinha minha mãe me levou pra passear [...] e eu encontrei com esse homem [...] ele ficou todo frio pra mim como eu fiquei pra ele que nem com ele eu quis falar. [...] Eu escutei ele dizer: ‘Como é que eu vou saber que ela é minha filha?’ [...] É porque na realidade eu nunca me interessei de saber nada dele. De tanto minha mãe dizer que ele tinha me abandonado, que ele não foi pai pra criar, que só foi pai pra fazer, que ela muitas vezes tomou essa iniciativa de me dar à tia (Juju) porque ficou desesperada [...] e não sabia o que fazer, e que na mente dela só vinha emprego, emprego, emprego pra ocupar a vida dela. [...]. Ele também tinha espancado mãe [...] quando ela tava grávida. [...] Ele tava muito bêbado [...] ele queria porque queria que mãe voltasse pra ele e mãe não queria. [...] Ele me pegou assim (faz gesto de cabeça para baixo) [...] e fez que ia me jogar dentro da cacimba [...] isso não saiu nunca da minha mente. [...] Mãe ficou gritando: ‘Me dê ela Abrahão, me dê ela!’ E ele: ‘Se você não ficar comigo [...] não fica com minha filha não!’ Aí mãe: ‘Eu vou com você, eu vou [...]’ Desde esse dia eu odiei ele. Quando uma pessoa vinha dizer a mim ‘Abrahão é teu pai’, eu dizia: Aquele monstro não é meu pai não, aquele homem feio não é meu pai não. Pronto!’.

Além dos abusos sexuais Sara foi muito espancada por Jacó, e a tortura psicológica também não se restringia a essas situações: certa vez ele disse a toda a família que o gato de estimação de Sara tinha sido envenenado. Mas a sós, confessou-lhe que tinha matado o gato “só pra me ver chorar” (sic). Mas Sara admite que também sentia prazer nos contatos abusivos:

[...] Mesmo quando eu era criança eu gostava. Só que quando eu fui crescendo, ficando mocinha, assistindo aula de sexo na escola, ouvindo que esse negócio de abuso, de estupro principalmente com criança, o que era o certo, o que era o errado, que na escola dizia muito porque tava tendo uma epidemia de tarado [...] aí foi que eu vim saber o que era tarado, quando eu vim cair em mim que meu tio era tarado, aí eu passei a ameaçar ele. Com onze anos eu disse a ele: Se o senhor tocar em mim eu digo à minha mãe (Isabel), digo à todo mundo. Aí ele parou. (Pausa longa).

Sara disse que até aquele momento, embora não tivesse ainda menstruado “já era uma mocinha” (sic).

Mas ele fez várias coisas. Ele [...] ele [...] ejaculava em cima de mim, mandava eu pegar no pênis dele, tudo, tudo que você imaginar. (Pausa longa) [...] Na minha visão aquilo tudo não era errado não. Tudo era certo. Não é que era certo, é que ele sempre dizia a mim que podia, ele podia, outra pessoa não podia não.

Sara lembra de uma passagem com Judas, logo que Rute nasceu:

Eu disse a ele ainda me lembro: nunca que eu vou dar a minha filha pra ninguém, porque jamais eu vou deixar [...] se eu der minha filha a tia, se eu der minha filha a tua mãe, um irmão teu, teu pai ou alguém da tua família ou alguém da minha família vai mexer com a minha filha feito eu era mexida. Rute era novinha. [...] E eu sempre dizia a mim: um dia eu vou casar pra eu não depender de deixar minha filha com ninguém pra poder ninguém se aproveitar dela feito eu era. Aí quando aconteceu isso, o meu (gagueja) ódio dele era maior por conta disso.

A idéia de Sara de que o seu casamento com Judas seria para toda a vida era uma certeza com a qual ele parecia compactuar. Lembra que ele falou:

Mãe, eu encontrei a mulher da minha vida, e vai ser ela. Ele disse a mim e a ela lá na sala: ‘Mãe eu só vou me separar de Sara por morte’. Ainda me lembro que eu fiz um vãozinho que foi justamente a mesma casa que ele abusou da menina [...] Nesse vãozinho eu fui morar sozinha. Só que a primeira vez que eu fui morar ele já foi comigo.

Em termos de sexualidade, Sara disse que Judas sempre foi muito carinhoso, fazia as preliminares, era extremamente atencioso, que nunca utilizou nenhuma prática da qual ela não tenha gostado.

Ele nunca tentou sexo anal, nunca tentou sexo oral, nunca tentou nada assim. Só sexo normal. Depois que a gente ficou junto mesmo, morando no mesmo teto aí foi que ele melhorou. Ele era muito carinhoso comigo em tudo. Até a juíza me perguntou isso também. Perguntou se a gente tinha vídeo em casa, se ele gostava de locar filmes de sexo. Se ele gostava de fazer o que ele assistia. Tudo isso ela me perguntou na frente dele. Da advogada dele e da minha advogada, e num tinha nada. [...] Ele pegou umas duas vezes o vídeo com o pai dele pra a gente assistir o filme de Rute, de um aninho (aniversário). Aí os dias que ele deixou o vídeo lá em casa aí ele trouxe filme porque ele gostava muito de filme de Rambo, esses negócio. Negócio de quartel, que veste farda! Ele tinha um negócio: de Rambo, Silvester Stalone, esses filmes assim. Ele locou alguns filmes aí no meio foi um de sexo. Mas só isso, a não ser isso, nunca. Nunca tinha aquela preferência; porque tem homem que tem. (...) Ele perguntou se podia trazer: ‘Geralmente quando a gente loca vem um grátis’, ele disse a mim. ‘Posso trazer um de sexo?’. (Sara rindo): ‘Mas pra quê, menino? O que a gente pode fazer?’ Eu até brinquei com ele na época. Aí ele: ‘Mas sempre é bom’. Aí eu disse: Tá bom, traz. Mas também [...] Teve uma parte no filme que eu mandei ele tirar: Tira isso pelo amor de Deus, tira! Mas porque me lembrou umas coisas sabe? (Do seu próprio abuso). E já fui dormir aborrecida. Ele: ‘Mas filha, num fiz isso de propósito não, me perdoa’. Ele tinha muito um negócio de ‘Me perdoa’. Isso também me cansava nele isso.

As cenas do filme que aborreceram Sara eram de sexo oral, em que o homem ejaculava na boca da mulher. Mais tarde veio a expressar que foi algo muito semelhante ao que ela passou. Falou que aquilo a deixou super nervosa.

Sara disse que o que escutou na ONG onde foi acolhida, e em outros lugares por onde passou e recebeu assistência, ajudou-a a compreender o que se passara com ela e com

Rute:

É, eu vim perceber que uma pessoa faz isso com uma criança porque alguma coisa ele [...] Vamos supor: ele já foi abusado. Não é que ele vai ter que abusar de outra criança pra [...] pra [...] para [...] justificar porque ele foi abusado. Mas geralmente acontece alguma coisa com um homem desses porque ele sofreu alguma coisa lá atrás. (Pausa longa) [...] Essa pessoa não é normal, ela tem algum problema. Mas esse problema pode ser de infância dele. [...] Mas aí foi o contrário comigo! Aconteceu comigo, e eu proteger tanto a minha filha principalmente quando ela nasceu ... eu disse: Meu Deus é uma menina! Fiquei super feliz, era meu sonho ter uma menininha. E eu cheguei pra ele, eu ainda disse a ele: Olha Judas é a minha vida, Rute é a minha vida! Eu nunca que vou dar Rute a ninguém. A gente nunca vai se separar pra eu num ter que [...] minha filha num ter que passar pelo que eu passei. Me lembro que disse isso a ele no hospital quando Rute nasceu.

Pausa longa. Sara suspira, e recomeça:

Na realidade com quem eu me casei mesmo, na igreja, na igreja e no civil foi com, foi com [...] com Emanuel. Só que meu casamento n-não, n-não n-não n-não foi pras vias de fato. (Pausa) É outra história [...] (Pausa longa) Que eu só me casei com Emanuel pra eu me livrar do meu tio (Jacó). Entendeu? E meu casamento só durou onze meses. A gente não tinha relação. [...] Emanuel é Mano. O nome dele é Mano. Meu amigo, uma pessoa excelente. Se [...] Prometeu da gente nunca dizer isso a minha mãe (Isabel), principalmente a minha mãe, que minha mãe fez meu casamento na igreja, tudo. Porque pensava ela que ele era o homem da minha vida, que ele era com quem eu ia construir uma família. [...] Isabel, minha mãe mesmo. Mãe era assim: ela viajava hoje, passava um mês dois meses num lugar. Daqui a pouco voltava e ia de novo. Ela não tinha paradeiro.

Foi contra a vontade de Jacó que Juju pegou Sara para criar. Eles eram casados há quase seis anos e Estherzinha tinha essa idade. Ele sempre xingou Isabel.

[...] Minha tia me pegou na maternidade porque mãe já estava com as passagens do trabalho comprada. [...] E ele não queria que a minha tia me pegasse pra criar. A minha tia era espancada muitas vezes por conta disso, porque ela ficou comigo pra me criar. Muitas vezes ela me levava pro rio pra lavar as roupas dela de ganho, me levava pros trabalho dela pra até pra fazer a

faxina, eu ficava esperando ela fazer faxina pra poder eu não ficar em casa. Quando ela chegava eu tava com uma roncha aqui (no pescoço), aí ele mandava eu dizer que tinha sido que eu bati numa árvore. Os meus seios [...] Dizia que se eu tirasse a roupa na frente de tia pra tia ver ele dava em mim. E ele batia muito em mim também, muito. Ele dava em mim até de cabeça pra baixo. Não sei se você sabe como é: levanta as pernas e dá nessa região daqui (aponta as nádegas) com cipó de goiaba seco, [...] de mangueira, de corda. Apanhei já de tudo, mãozada na cara [...].

O tio chupava regiões do corpo que ficavam menos ou que não eram expostas – regiões do pescoço, do colo, os seios.

Mesmo depois que Sara ameaçou contar sobre o abuso, Jacó ainda continuou a molestá-la. Sara faz uma retrospectiva dos maus tratos que recebeu do tio-pai e de seu abuso, que supõe ter iniciado de forma mais ostensiva aos nove anos “ou um pouco antes” (sic) e que se prolongou até os 15 anos.

Ele parou (o abuso) com onze anos porque eu disse que ia dizer a todo o mundo. Mas ele não parava não. [...] Não parou de jeito nenhum. Ele não fazia mais o que fazia antes: ejacular em cima de mim, fazia é [...] é [...] queria que eu fizesse é [...] é [...] sexo oral com ele, essas coisas.

Quando Jacó batia em Sara, justificava sua atitude na frente de Juju: “Essa menina não presta [...] filha de quenga, quenginha é!” (sic). Atribuindo-lhe assim qualidades depreciativas inatas. Na opinião de Sara, Jacó estendia a Isabel suas ofensas porque ela sempre fora independente: gostava de farra, de bebida, e sobretudo, de dança. “E naquele tempo [...] ainda hoje é assim [...] mulher que ia pras danças sozinha é puta, né? (sic).

Havia também um mito familiar, que sugeria um atributo ao mesmo tempo em que expunha as mulheres dessa família: a genitália das filhas do Tadeu. Sara contou que se falava: “Ah, essas filhas do Tadeu [...]” (sic) e esse era um comentário elogioso à dimensão dos órgãos sexuais de sua mãe e tias. Enche as bochechas de ar para ilustrar o significado de suas palavras. Riu (divertida) e comparou com os genitais de sua filha: “Já Rute, parece um caminhozinho de rato.” (sic).

A atitude de Esther (avó) abandonando o marido e os filhos (o caçula com onze anos) para viver um outro relacionamento é assim referida por Sara:

Embora ela tenha sofrido com meu avô, tenha sido muito machucada, mas eu acho que os filhos não tinha nada a ver. Porque eu jamais ia deixar meus filhos por causa dum homem. Eu acho que ela era uma pessoa muito... fechada, muito na dela, só pensava em ambição, só queria saber de coisas boas. Até eu acredito que por isso ela pensou uma coisa do meu avô, viu que não era e conseguiu outra, sabe? Ela era mais ou menos assim. [...] Com a separação, só os filhos sofreram porque ela não levou nenhum. Ficou tudo revoltado. [...] O outro homem não deixava os filhos dela se aproximarem. E ela não fazia questão. Ela deixou tudo. [...] Quem na realidade foi ser mãe foi Juju. Tia Verônica (a penúltima) foi a única que brigava pra ver ela. Tinha uns quinze anos na época. Aí o camarada (Rafael) fez a proposta de assinar a carteira profissional dela como empregada doméstica. Ela fazia tudo, mas trabalhando, recebendo. [...] Foi ela quem cuidou da minha vó. A casa parecia casa de gente rica, comparando com a gente. [...] às vezes a gente visitava ela no domingo. Ela era muito amarga, muito calada. Eu nem gostava de ir. [...] Ela já tava doente, aí levou uma queda num hospital e quebrou a bacia, aí ficou parálitica em cima de uma cama. Dessa queda, morreu. Eu acho que com sessenta (anos) ou menos.

Rafael não era casado, nem tinha filhos. Sara disse que acha que ele era advogado porque ele trabalhava num fórum. Ele e Esther não tiveram filhos. Disse também que sua avó era uma mulher muito bonita, mas que ficou muito doente depois que foi viver com Rafael.

A partir dos onze anos, Sara já ousava se defender e reagia às investidas de Jacó.

Uma vez ele rasgou minha roupa no corpo, queria tirar meu sutiã, pegar no meu seio, me apalpar, pegar por trás, tudo que você imaginar ele tentava comigo.

Essa situação permaneceu. Quando Juju deixou Jacó, Sara estava com catorze anos. Algum tempo depois Estherzinha também deixou a casa paterna. Foi quando Sara buscou o casamento com Emanuel como tábuas de salvação.

[...] Eu fiquei sozinha dentro de casa com esse homem. Aí eu digo: é agora que eu tenho que ir embora dessa casa. [...] Quando eu já era colega de Emanuel no candomblé do meu tio. [...] Aí foi quando eu e ele marcou pra conversar. Eu contei minha situação a ele, do que eu tava passando [...] Ele contou a situação dele a mim, do que ele tava passando [...] Aí foi quando a gente inventou esse negócio (o casamento).

O Casamento:

Isabel, à época do casamento de Sara morava em Recife, e mudou-se para Belém logo que ela casou. Sara casou-se aos 17 anos e separou-se com 18. O seu casamento com Emanuel foi um acordo.

Porque ele era homossexual e a família dele não aceitava. Só que ele não parecia. Eu tinha um tio que ele era Pai de Santo. Um tio que eu tinha que faleceu. E meu tio era homossexual e tinha um candomblé. E no candomblé tem muitos homossexuais, não é? E Emanuel fazia parte do candomblé. E quando eu ia visitar meu tio eu encontrei ele. Aí ele contando a situação dele em casa que ele era expulso, essas coisa assim [...] Aí foi quando a gente chegou a esse acordo. [...] Para poder a família aceitar ele [...] foi quando a gente casou. Só que depois não tinha condições. Ele tinha uma vida diferente da minha, a gente mostrava assim [...] Pras pessoas de fora a gente casou na igreja e no civil: era marido e mulher, não é? Mas nada de vir filho?

O casamento não se sustentou. Ela e Emanuel nunca tiveram relações sexuais nem qualquer intimidade física, por mais simples que fosse, conforme descreveu:

Nunca, nunca nem beijo [...] Só na foto do casamento, e assim: selo (faz o gesto beijando a mão). [...] O negócio dele é homem. Ele num tem nem ereção. A gente nunca nem tentou essas coisas assim porque a vida dele era totalmente [...] Só que ficava muito estranho porque ele tinha muitos amigos indo pra casa (do casal), a gente morava de aluguel, e ele, recém-casado comigo. Então ficava uma situação tão complicada, tão complicada, que eu via a hora do povo dizer assim: ela vai terminar chegando em casa encontrando o marido dela na cama com outro. Porque todo mundo sabia que ele era. [...] Na comunidade, por conta de conhecer a mãe dele, achavam assim [...] desconfiavam que ele era homossexual.

Sara acredita que a mãe de Emanuel falava da homossexualidade do filho para as pessoas da comunidade, por considerá-lo a ovelha negra da família. Imagina que Isabel não sabia da homossexualidade de Emanuel, porque ela morava em Recife e se ausentava de casa a trabalho por longos períodos.

Mãe [...] mãe [...] mãe na época não queria nem saber disso. Chegou de viagem, eu disse: vou casar. ‘Com quem? Não pode não menina, casar assim não’. Eu disse: Mãe eu vou casar! E eu só tenho 17 anos, a senhora tem que assinar. E eu quero casar! Mas sem saber ela que era por conta de (nome da comunidade) que eu não agüentava mais ficar (lá).

A tia Juju deixou o marido Jacó por outro homem, Tiago, quando Sara, como já foi dito, estava com quatorze anos. Permaneceram na casa, Jacó, Sara, Estherzinha e o marido. A situação tornou-se insustentável quando Estherzinha deixou a casa do pai para ir morar numa casa alugada com o marido e o filho recém-nascido. Ficaram na casa de Jacó apenas ele e Sara, e ela não contou com a ajuda da tia Juju.

Eu não gostava do homem que ela morava (Tiago). Ele bebia muito e batia nela. [...] Eu preferia ficar com Juju, mas só que o Tiago, ele não queria ninguém na casa dele, de jeito nenhum. A gente ia ver ela no final de semana,

no domingo, escondido por trás dos matos, porque ele não queria. E eu aprendi que minha tia já passou por isso porque não agüentava mais viver com Jacó.

Sara foi acolhida na casa de um casal amigo, seus futuros padrinhos de casamento.

Pouco tempo depois foi para a casa de Estherzinha, onde permaneceu até casar-se com Emanuel. Nessa época trabalhava numa confecção.

Aí eu decidi isso mesmo (o casamento). Só que eu pensei uma coisa e era outra. E quando eu chegava em casa [...] Emanuel era uma pessoa excelente. Ele tinha a vida dele. A gente esqueceu disso.

Sara e Emanuel ainda conversaram sobre a possibilidade de uma tentativa de terem uma vida conjugal, mas segundo ela, não houve a menor condição. Sara planejou uma crise no casamento. Emanuel relutou, mas resolveu entrar no jogo.

Aí foi quando eu disse a ele: Então Emanuel, vamos fazer assim: a gente insinua alguma discussão, para dizer a minha mãe que o casamento da gente acabou, que não tem mais condições e você vai viver a sua vida e eu vou viver a minha. Ele: ‘Mas Sara, não é assim não, Sara’. Tava com nove meses (o casamento). A gente teve a primeira briga (da encenação) pra poder a família saber que a gente tava em tempo de se separar. Aí nessa separação eu dei todo meu álbum (do casamento) a ele, só tenho uma foto. Eu vou mostrar a você minha foto vestida de noiva. Aí depois ele me devolveu, e eu dei tudo a minha tia, Juju. E foi quando a gente decidiu se separar (legalmente). Só que a minha família achou estranho: como é que tava com onze meses [...] já era pra ter nascido um nenê. [...] A gente se separou e aí depois surgiu um boato que Emanuel tava morando com outro homem. Aí pra minha família nossa separação foi porque Emanuel se revelou. [...] Aí abafou tudo, eu assinei os papéis, Emanuel foi viver a vida dele e eu fui estudar. Como eu lhe disse, eu conheci Judas na escola.

E aqui começaria um novo drama para Sara: o abuso sofrido por Rute.

Sara: uma última palavra

Se fosse possível apagar alguma coisa em sua vida, diz Sara:

Em primeiro lugar não teria casado com Emanuel. E outra, se soubesse que o pai de Rute ia fazer isso comigo não queria nem ter conhecido ele, porque [...] de tudo isso que eu passei o que o pai de Rute fez comigo foi o pior de tudo. Hoje eu não sofro pelo passado, eu me viro. Eu sofro pelo que o pai de Rute fez. Hoje eu passo pelo que eu passo porque ele me enganou. [...] Quando eu conheci o pai de Rute eu me arrependia, que era com ele que eu queria ter casado. [...] Era um sonho casar na igreja vestida de véu e grinalda e pra mim ele era um príncipe encantado. Eu vivia muito um conto de fadas. [...] Eu não

sei se é porque o que eu tinha passado lá atrás eu [...] Mesmo sendo adolescente eu parecia uma criança. [...] Romântica [...] Eu escrevia muito verso, eu tinha meus caderninhos cheios de coraçãozinho, poesia, tudo. Que aquilo ali eu não vivi. Eu vim viver já quando eu conheci o pai de Rute, com dezoito pra dezenove anos. (Pausa longa).

“Não valeu a pena”, diz. “Nem com Emanuel e nem com Judas”.

A pesquisadora pergunta: E Rute?

Rute é a coisa mais importante da minha vida. Independente do que ele fez [...] ele pra mim está morto [...] mas minha filha é a minha vida.

A pesquisadora volta a perguntar: E aí, como é que fica? Não valeu a pena?

Só valeu por causa de Rute! (começa a rir e chorar). Só valeu por causa de Rute! Eu pergunto a mim todo dia: Como é que ele foi capaz? (chorando). Eu acho que [...] não tem tratamento não que [...] que cure não.

A pesquisadora continua perguntando: Você acha que é uma doença?

Sei lá, sei não o que é isso não [...] Quando eu pensava que eu tava me recuperando de uma, de uma coisa ruim que eu tinha passado, aí [...] Eu vivi tão feliz com aquele homem [...] de repente ele acabou a minha vida num dia. Incrível!

A pesquisadora: Você acha que o seu tio Jacó é um homem doente?

Ele é. Hoje em dia eu não sei da vida dele não, mas eu acredito que no meu passado ele era um homem doente, porque um homem normal não fazia [...] Se eu tivesse a mentalidade de hoje, ou eu tinha matado ele ou eu tinha denunciado. Porque [...] o doente, ele [...] o doente assim [...] ele [...] a doença que eles, essas pessoas têm, eles sabem com quem vai mexer. [...] Ele não ia mexer comigo agora [...] porque sabe que eu sei me defender. É assim que eu tenho observado: o meu tio, ele sabia com quem tava mexendo, na hora que tava mexendo, se a hora era certa ou errada. Então eu acho que isso aí é onde vem a doença. E o pai de Rute é que não foi normal mesmo. Porque não entra na minha cabeça como é que um homem daquele tamanho, um homem enorme, com possibilidade de arrumar outras mulheres [...] Se não queria mais o casamento, chegava pra mim: ‘Acabou. Meu amor por você acabou’. Tudo mentira! Ele nunca chegou pra mim pra dizer isso, nunca! Depois que ele abusou da menina ele foi capaz de se ajoelhar nos meus pés e dizer: ‘Nega eu te amo nega, tu é a mulher da minha vida’, como pode um negócio desse? Então é [...] Por isso que eu digo que ele não é normal. É doente, um homem desse é doente! Cuidar da filha do jeito que ele cuidava, gostar da filha do jeito que ele gostava [...] e depois fazer isso? Não é normal não!

Sobre o ter alguma explicação para o abuso que ela própria sofreu, e se ela responsabiliza alguém por isso, Sara mais uma vez demonstrou dificuldade. Fez muitas pausas:

Disseram a mim que a gente paga os erros dos nossos pais. (Pausa). Não sei [...] Tem hora que eu tenho um pouco de dúvida. (Pausa) [...] Eu responsabilizo a minha mãe ter visto (referindo-se à mãe biológica). Se ela tivesse sido responsável, embora ela tenha sofrido muito, tudo isso teria sido evitado. Só que aí depois eu volto atrás: eu não fui uma pessoa tão responsável? Aí é a mesma coisa: nunca atire uma pedra, entendeu? Eu vou atirar uma pedra em minha mãe porque? (Pausa) [...] Pra pedra num voltar em você mesmo. Porque [...] como eu disse eu culpo a minha mãe. Se ela tivesse evitado tudo isso de eu ter morado com ele, essas coisas todinha isso não teria acontecido. Só que quando eu fui morar com o pai de Rute, que eu tive Rute, que tudo isso aconteceu e até antes de até isso acontecer, que eu contei a ele, eu sempre disse a ele mesmo: Nego eu sempre pensei nisso Nego: em ter uma família, em constituir uma família, em ter uma filha. Criar minha filha com todo amor, todo carinho e nunca dar minha filha a ninguém feito minha mãe fez comigo. Pra homem nenhum, cabra safado nenhum chegar e mexer com a minha filha. E eu tava dentro de casa com QUEM?

ANÁLISE DOS DADOS

Nossa análise foi dividida em três tópicos temáticos: 1 – o abuso incestuoso; 2 – aspectos familiares do incesto, e – 3 – elementos implicados na perpetuação da prática incestuosa abusiva. No primeiro, nos preocupamos em discorrer sobre o fenômeno do abuso sexual, suas características, dinâmica etc, numa análise comparativa dos dois casos estudados – o abuso praticado por Jacó contra Sara, e aquele praticado por Judas contra Rute, confrontando os resultados com os dados fornecidos por outras pesquisas sobre o tema. No segundo tópico registramos observações acerca da história da família nuclear e extensa em cada caso, de forma a permitir uma visualização da interação entre elas numa perspectiva transgeracional. Observamos ainda elementos da história de vida das vítimas – Sara e sua filha Rute -, dos valores e concepções do mundo revelados no discurso de Sara, suas opiniões em relação às experiências vividas, e outros aspectos que nos parecem evidenciar a geração, manutenção e transmissão da prática incestuosa abusiva. No terceiro buscamos trazer à luz a força interativa dos agentes externos e internos – do público e do privado - na dinâmica da violência doméstica em cujo bojo acontece a mais cruel de todas: o incesto abusivo.

1 O ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

Quando tratamos do tema do abuso sexual, comumente um questionamento se apresenta: Existe um tipo específico de personalidade incestuosa? Gebhard (1965) in Renshaw (1984) realizou um estudo com 147 homens convictos (réus cujos crimes se demonstraram) do incesto pai-filha, no qual constatou que não foi detectado nenhum tipo específico de personalidade.

Sobre as famílias de origem dos sujeitos que abusaram de suas filhas menores de 12 anos Gebhard (1965) na referida pesquisa, bem como Weinberg (1955) in Renshaw (1984) em um outro estudo, descreveram-nas como fragmentadas e desorganizadas: “culturas sexuais extintas”, ou famílias “alienadas da cultura predominante”.

O primeiro aspecto que nos impressionou em nossa pesquisa foi a constatação do perfil antagônico dos abusadores. Enquanto Jacó era ausente e violento com a mulher e com a sua vítima, aproximando-se de Sara apenas para agredi-la - através de palavras, espancamento ou para abusá-la -, Judas era o exemplo de esposo e pai cuidadoso, amoroso e dedicado para com Sara e Rute.

Um dado importante não deve passar despercebido: a filha de Jacó e Juju – Estherzinha - era seis anos mais velha que Rute. Sendo assim, o que estaria na base da escolha de sua vítima? A ausência de consangüinidade?

Nosso estudo aponta nas vítimas uma característica sempre evidenciada pelos pesquisadores: a idade à época do abuso. Bouhet et al (1997), in Gabel (1997) confirmam que a metade dos abusos ocorrem antes dos doze anos e que os estudos de prevalência demonstram que a criança está mais exposta entre os nove e doze anos.

O relato de Sara endossa também a referência à faixa etária em que o abuso sofrido por ela se intensificou.

Uma pesquisa americana publicada no início dos anos 90 que se dedicou à análise do discurso dos agressores sexuais, ratifica essas informações: a preferência recai sobre crianças com menor probabilidade de denunciá-los (CONTE et al, in LAMOUR, 1997). No Brasil Azevedo & Guerra (1988) in Mees (2001) confirmam as evidências.

Essas observções encontram eco na teoria de Ferenczi (1992) sobre a confusão de línguas. Em nosso estudo, as vítimas, em idade precoce, não foram capazes de decodificar a

linguagem da paixão. Sara não sabia nomear o que o Jacó fazia com ela. Rute aludiu ao ocorrido como um “segredo com papai”.

Kalichman, Craig e Follingstad (1990), in Mees (2001), numa pesquisa sobre as atribuições de responsabilidade pelo abuso, detectaram que quando o pai assume ter sido o perpetrador do abuso, se sente mais culpado, e quando ele nega – o que ocorre com maior frequência – é a mãe que se culpa mais. Esse sentimento é expresso no discurso de Sara, quando ela diz que lamenta não ter denunciado Judas no mesmo dia.

Consideramos esse aspecto – a culpa confessa de Sara - de extrema relevância neste caso e nos perguntamos até que ponto a negação de Judas foi e é a única causa de Sara ter transferido para si tamanha responsabilidade. Afinal, Sara expressava insistentemente para Judas a sua preocupação com a possibilidade de alguém abusar de Rute. O que a fazia entregar, sem restrições, a filha aos cuidados do pai? Confiança absoluta? Necessidade de dividir as tarefas? Cumplicidade inconsciente? Ou necessidade de auto-reparação ao provar para si mesma que um pai amoroso e protetor era possível e, mais ainda, que ela tivera competência para encontrá-lo para a sua filha sempre tão sonhada?

Sabemos que todos esses motivos podem estar amalgamados. No entanto a reação de Sara (desconserta-se, gagueja), seu embaraço em nosso primeiro contato ao questionarmos no comportamento de Judas alguma atitude pregressa que pudesse ser associada ao ato abusivo perpetrado contra a filha, nos causou a impressão de que Sara já percebia algo de errado com o marido. A isso se somou sua insistência, naquele momento e ao longo das entrevistas, em dizer que o abuso de Rute aconteceu uma única vez. Durante todos os encontros, a dor que em muitos momentos perpassava suas palavras, o choro, a declaração que disse ter feito à juíza de que Rute gostava muito do pai, mas “tinha como se fosse um medo dele”, nos deixou uma interrogação: Qual a origem desse medo?

As circunstâncias em que ocorreram os abusos de Sara e de Rute constituem um dado que merece algumas considerações em relação aos resultados verificados nas pesquisas. Segundo Bouhet:

As crianças pouco vigiadas, deixadas por sua própria conta e/ou que têm carências emocionais e afetivas, são mais vulneráveis e constituem provavelmente o alvo preferido dos autores de abusos, por meio de um complexo jogo de interação entre as necessidades afetivas às vezes sedutoras da criança e as pulsões e desejos do autor do abuso sexual (BOUHET et al, 1997, p. 41).

Outros pesquisadores confirmam tais resultados: Alvin (1997) e Rouyer (1997) in Gabel (1997), Furniss (1993). Entretanto, em relação a Sara, sua tia-mãe Juju sabia dos maltratos físicos que Jacó lhe infligia. Além disso existem evidências de que ela desconfiava da existência do abuso. Logo, temos aí uma relação de cumplicidade entre o casal parental, o que torna o quadro muito mais grave. No que diz respeito à Rute, em princípio nossos dados não confirmariam as pesquisas, pois, a criança encontrava-se sob os cuidados de um pai que se supunha psicologicamente saudável. Mas, se nossa crença em relação à existência de antecedentes no comportamento de Judas se confirma, vemos que a situação se eleva ao extremo de que suas vítimas não foram simplesmente “deixadas por sua própria conta”, mas entregues aos seus algozes: guardando-se as devidas proporções, poderíamos afirmar que ambos os casos foram marcados pela cumplicidade materna.

A natureza desta suposição reporta-nos aos dispositivos inconscientes que estariam implicados na transmissão da experiência de abuso. Sara, uma vez abusada, pode ter buscado criar um ambiente propício ao abuso perpetrado por Judas em relação à Rute, ao deixá-la, sistematicamente, desde a mais tenra idade, sob os cuidados paternos (ela, Sara, lembra que, bem pequena, ficava só em casa em companhia de Jacó).

Essa montagem inconsciente se daria talvez por Sara acreditar que nem mesmo sua filha, aos cuidados de um pai zeloso, estaria a salvo de ser sexualmente abusada por ele. E, caso isso fosse verdade, que acontecesse logo. Tal desfecho, em última análise, iria libertá-

la da ansiedade persecutória de uma expectativa nefasta, ao mesmo tempo que legitimaria sua previsão; permitiria sua volta ao hostil, mas “velho conhecido” mundo do desamparo; proporcionaria o conforto de fazê-la não sentir-se só, uma vez compartilhada a experiência do abuso, assegurando-lhe ainda a possibilidade de uma reparação.

Teríamos aqui, com Sara, uma conjunção da pulsão de morte manifestada pelo seu desejo inconsciente de transmitir a experiência do abuso a um terceiro – que sendo sua própria filha gerou-lhe um imenso (e confesso) sentimento de culpa; e da pulsão de vida afirmada igualmente no seu desejo de promover a salvação da filha – no fundo sua própria salvação - através da justiça (agora institucionalizada), desconhecida no âmbito de sua família adotiva e sucumbida no entorno familiar quando do episódio abusivo de Rute.

Essas considerações suscitam uma outra questão no que diz respeito à perturbação das interações precoces, às vivências de maus tratos, à negligência e ao abuso sexual. A partir das reflexões de Lamour e Lebovici (1989), citados por Lamour (1977) (in GABEL, 1997):

Os fatores de risco na interação, devido aos pais (por exemplo, por força de sua psicopatologia) e/ou à criança (por exemplo, em razão de prematuridade, malformação, características temperamentais), terão um impacto muito diverso dependendo da família (LAMOUR in GABEL, 1997, p. 52).

Segundo esse autor, a criança, tanto quanto os pais, têm “responsabilidade” na instauração e manutenção das disfunções interativas:

Do ponto de vista dos pais, quando os maus tratos, a negligência e/ou o abuso sexual se inscrevem em uma repetição intrafamiliar, a criança torna presente, sucessivamente, o pai ou a mãe que a maltrata ou lhe impingiu abuso, ou a criança maltratada, vítima de abusos sexuais que o pai ou a mãe foram (LAMOUR in GABEL, 1997, p. 52).

As colocações de Lamour (in GABEL, 1997) quanto à psicopatologia dos pais remete-nos às idéias de Costa (1986) acerca da interação familiar patogênica. Esta foi a situação vivenciada por Sara durante todo o período em que foi vítima de abuso por Jacó. Ele conhecia as normas sociais e conscientemente as transgredia. Sara por seu turno, confessa que em alguns momentos desejou que o tio-padrasto a procurasse para contatos sexuais.

Considerando o tempo que durou o abuso, a despeito de todas as aberrações cometidas por Jacó em relação a Sara – o sadismo e a hostilidade com o abuso do seu corpo, as torturas psicológicas - como por exemplo a morte do gato de estimação de Sara - constatamos que existiu aqui um processo que Lamour (in GABEL, 1997) denominou *síndrome de adaptação da criança vítima de abuso sexual* (grifos nossos). Em nossa opinião o segredo funciona como o grande fiador da síndrome de adaptação. Das cinco características enumeradas por Summit in Lamour (in GABEL, 1997) concernentes à síndrome de adaptação, três estão presentes em nosso estudo: o segredo, a submissão da criança à autoridade do adulto em função dos vínculos de obediência ou de afeto e a adaptação à situação (hiperadaptação à patologia dos pais). As outras duas: a revelação tardia e não convincente, e, conseqüentemente, a tentativa da criança se retratar, obviamente ficaram de fora uma vez que o segredo permaneceu inviolável.

Uma das maiores revoltas de Sara é a postura que sua tia-mãe Juju teve diante da revelação do abuso de Rute, alegando que Rute, por ser muito pequena iria esquecer o ocorrido. Poderíamos dizer que Sara experimentou “o desmentido” de que nos fala Ferenczi, que estaria reservado à sua filha. A experiência se repete em Belém quando Isabel põe em dúvida o abuso sofrido pela neta.

As concepções que imbecilizam a criança, com a percepção de que ela não é um ser de memória nem de sentimento servem na verdade de subsídios aos adultos para justificarem as opções que lhes favorecem, estando portanto a serviço de uma cultura adultocentrista: “Esquecer é a palavra-chave da reação defensiva dos adultos mais próximos da criança” (VIAUX, in GABEL, 1997, p. 127).

É também a cultura adultocentrista que leva a criança a confiar cegamente no adulto e a não contestá-lo. Esse aprendizado dificulta sua defesa quando sofre qualquer investida contra a sua integridade física ou psicológica. No caso do abuso, ainda recebe a

herança de um segredo que ela *não pediu que lhe fosse partilhado* (grifos nossos), e que lhe aprisiona, inibindo-lhe o pensamento e a ação. Essa foi a experiência de Sara, e sua luta para poupar Rute foi também a sua tentativa de reparação junto à criança abusada que existe dentro de si.

Furniss (1993) afirma que o segredo geralmente é reforçado pela violência, por ameaças e castigos. Esse dado ficou patente no discurso de Sara. O fato de Sara saber que a tia, assim como ela, era espancada por Jacó, colocava Juju também em condição de vítima, fazendo Sara sentir-se ainda mais desamparada e ansiosa diante de uma possível quebra do seu silêncio. Jacó ainda alimentava esse desamparo quando depreciava Isabel, justificando o espancamento ao qual submetia Sara: ela não prestava porque era igual à mãe (Isabel).

Mees (2001) realizou uma pesquisa na qual chegou a uma conclusão acerca do silêncio que acreditamos ser de grande pertinência teórica: o silêncio mantido ou não sob ameaça explícita, acena sempre para a menina ou para a sua família, um perigo representado pela possibilidade da revelação. Esse perigo, diz, veicula o risco de deixar a menina sem nenhuma defesa frente ao abuso:

Penso que a ameaça é aceita (inconscientemente, é claro) pela menina, com vistas a manter a convicção de que há ainda algo pior que a relação sexual com o pai do sexo, sendo o pior a caída definitiva do pai simbólico, até ali mantido afastado da cama (MESS, 2001, p. 109).

A autora acredita que a revelação acontece como uma impossibilidade de sustentar essa divisão paterna. Sara não sofreu esse “colapso” (grifos nossos). Estaria ela mais bem equipada em termos de recursos psíquicos?

Quando Sara perguntava a Jacó: “Porque é que o senhor está fazendo isso comigo, ‘tio’?”, e ele respondia que: “O ‘pai’ podia fazer isso”, entendemos que o adulto – Jacó – estaria lançando mão de um atributo do pai simbólico: a autoridade, a capacidade de dizer o que é certo ou errado. Mas Sara vivenciava o pai da cama, sem saber nomear o que lhe acontecia. Essa era a única ocasião em que ele dizia que era seu pai. Essa argumentação de

Jacó confundia Sara e favorecia o consentimento. É a partir do consentimento que se dá a identificação com o agressor da qual nos fala Ferenczi, que se produziria a cisão do ego. Acreditamos que essa cisão, assim como toda manifestação psicopatológica, apresenta gradações.

A interação que acabamos de descrever revela a manifestação patente do filicídio simbólico. O fato de Jacó não haver concordado com a adoção de Sara não o isenta da responsabilidade de pai filicida, assim como o foi Laio ao seduzir Crísipo, seu pupilo, no mito edipiano. Na passagem acima Jacó ocupou igualmente o lugar do pai simbólico.

Judas, por seu turno, também encarna o pai narcísico filicida representado por Laio em relação à Rute, encontrando-se esta na posição de Édipo, na qualidade de filha biológica.

A manutenção do segredo, que acompanhou todo o longo período em que Sara sofreu os abusos praticados por Jacó, como já foi dito, se mantém até hoje, embora Sara acredite que alguns familiares suspeitam do acontecido. Tudo se processou diferentemente com Rute abusada por Judas. Acreditamos que neste caso a conjunção de dois fatores determinaram a revelação imediata do segredo: a pouca idade de Rute – dois anos e oito meses; e a confiança que ela depositava em sua mãe, com certeza fortemente determinada pelo vínculo de dependência bastante forte que ainda mantinha para com Sara.

Saucier (1988) concluiu que: “(...) o conjunto dos cuidados prodigalizados bem no início da vida imprimiria de modo indelével no genitor sua função de adulto protetor e preveniria a subsequente percepção da criança como objeto de desejo sexual” (citado por MAZET in GABEL 1997, p. 208).

Esta observação interessa à nossa análise na medida em que não se confirma integralmente em nossa pesquisa: Embora não tenha recebido cuidados, Sara esteve em

companhia do tio-padrasto (Jacó) desde que nasceu; e Rute, além disso, recebeu do pai (Judas) os cuidados físicos demandados por um bebê.

Confirmamos de acordo com a pesquisa de Lima (1998), a manifestação de estresse pós-traumático em várias passagens do relato de Sara: a vivência mais dramática parece ter sido no IMIP, na “ALA DOS ESTUPRADOS”. Outra refere-se ao episódio das cenas de sexo oral no vídeo; e ainda com Rute, em Belém, quando na escolinha, diante da tesoura ela ficou aflita reportando-se ao “monstro”.

Jehu e Gazan (1983) in Azevedo (1989), propõem três macro categorias das dificuldades de adaptação psico-social a que estão sujeitas as vítimas de abuso sexual, a saber 1- dificuldades de adaptação afetiva; 2 – dificuldades de adaptação inter-pessoal; e 3 - dificuldades de adaptação sexual. Embora reconheçamos os limites do alcance da nossa pesquisa em relação à subjetividade de nossa protagonista-relatora, entendemos que, subliminarmente, encontramos no discurso de Sara registros que contemplam todas essas categorias. A nosso ver, a síntese desse sentimento está nesta fala: “Não valeu a pena. Nem com Emanuel e nem com Judas”.

Por último, chamamos a atenção para a conjunção entre duas falas de Sara: “Hoje eu não sofro pelo passado, eu me viro. Eu sofro pelo que o pai de Rute fez”. E, num outro momento: “Ele pra mim está morto [...] mas minha filha é a minha vida”.

Pensamos que seria correto supor que Sara cometeu o parricídio simbólico identificando-se com Rute. Mas não fez o luto do companheiro ideal, afinal, ela “não sofre pelo passado”. O episódio do abuso de Rute foi como que seccionado da sua história com Judas. Ele, o bom marido, continua vivo. Quem traiu foi “o pai de Rute” e o entorno familiar. E Rute, que hoje “é sua vida” condenou-a a uma vida solitária, de viuvez fugitiva. Nessa polaridade de vida e morte, é possível que parte da culpa que Sara carrega (a parte

inconsciente, é claro) tenha origem na raiva que sente de Rute por ela ter destruído o seu casamento perfeito.

Pelo exposto, observamos o embricamento das histórias de abuso das vítimas, o que também se tornou evidente ao longo das entrevistas. Em muitos momentos Sara parecia estar falando dela própria. Por esta razão – e lhe demos este *feed-back* - acreditamos que Sara ainda necessita de trabalhar o drama incestuoso que viveu. Isso iria auxiliar também a sua relação com Rute.

Concordamos ainda com o resultado da pesquisa de Mees (2001) que concluiu que os efeitos do abuso dependerão dos recursos psíquicos utilizados e que estes são inerentes a cada sujeito. Essa constatação nos leva a uma postura mais cautelosa desiludindo-nos do comodismo de encontrar um *molde vasado* (grifos nossos) que dê conta das particularidades de cada caso.

Sara, a despeito das experiências vividas, e das remanescentes conseqüências psicológicas que observamos, nos pareceu uma pessoa centrada, responsável, disponível, generosa, com boa capacidade para formar vínculos, e acima de tudo empenhada no bom desempenho da maternagem.

2 ASPECTOS FAMILIARES DO INCESTO

Sabemos que o incesto intrafamiliar não diz respeito apenas ao par incestuoso, mas é antes de tudo um problema de modo de funcionamento da família:

Devemos considerar (o incesto) não apenas como uma relação sexual entre duas pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse contê-la. [...] freqüentemente o incesto ocorre em famílias nas quais existe uma colaboração, consciente ou inconsciente, dos outros membros da família. O incesto pode ser considerado como um sintoma de uma crise da estrutura familiar (COHEN, in AZEVEDO, 2000, p. 220).

Em nossa análise buscamos com Fleck (in RENSCHAW, 1984) compreender a estrutura da família a partir de dois eixos estruturais : o limite procriacional e a divisão do sexo.

Nas famílias - de origem e extensa - das vítimas do caso objeto de nossa pesquisa os dois eixos estavam totalmente desvirtuados. Esse é um dado que permeia o conjunto dos dados coletados.

Começamos por Sara. O abandono é a tônica da sua história. Não sabe ao certo sequer quem é seu pai, e a mãe, Isabel, entregou-a aos cuidados de Jujú ainda na maternidade. O limite procriacional, representado neste caso pelos pais substitutos - encarregados de conduzir a prole no sentido do que se deve aprender e suceder; bem como separar os pais sexualmente ativos dos outros membros a quem o sexo é proibido na família, foi patogênico desde sempre. Acreditamos também que essa transmissão assegura a preservação dos limites geracionais, totalmente abolidos no abuso sexual.

Segundo Fleck (in RENSCHAW, 1984) a divisão do sexo, compreende o aprendizado da função do sexo – tipo de trabalho que compete a cada sexo, suas normas comportamentais e seus papéis sociais tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Este também foi um fator crítico nas famílias de origem tanto de Sara quanto de Judas, como também na família nuclear fundada por eles, na qual Rute foi a vítima.

Concordamos apenas parcialmente com Fleck quanto ao tipo de trabalho que compete a cada sexo, e reconhecemos a pertinência de suas colocações. Mas entendemos que o que está em jogo não é o tipo de trabalho, mas a atitude modal dos pais em relação às tarefas demandadas para que as funções da família possam ser cumpridas - em relação ao indivíduo e ao grupo familiar. Isso diz respeito ao trabalho doméstico e profissional. Enfatizando a participação de seu Chocolate nos cuidados dos filhos e da casa, diz Sara: “Ele era tipo uma dona-de-casa”.

Sara foi vítima de uma interação emocional patogênica (COSTA, 1986) que em todas as áreas lhe subtraiu os cuidados familiares de que necessitava, o que já era consequência da dinâmica do casal. Como diz Hamon (in GABEL, 1997, p. 177): “O segredo, funcionando como lei interna, atrofia e até mesmo torna impossível a existência de rituais de pertencimento: o ritual é confundido com a regra, e ela própria é confundida com a lei.”

Observamos uma curiosa passagem em que o pertencimento se fez presente: através do mito da genitália. Ela, Sara, ao contrário de Rute, trazia a “marca das filhas do Tadeu” herdada de sua mãe e tias. Havia um tom erótico em suas palavras e um lamento pelo fato de Rute não honrar a tradição. Sara também alude às semelhanças físicas com as irmãs do seu suposto pai. Esse sentimento de pertença foi demonstrado sempre em referências ao corpo. Sara falou dessas coisas com uma vaidade não disfarçada.

Renshaw (1984), Furniss (1990), entre outros destacam o relacionamento matrimonial saudável como o epicentro de todos os demais relacionamentos familiares e como fator preventivo do incesto. Sabemos que as condições de pobreza, espaço físico precário, doença ou desemprego, não são determinantes do incesto e Sara não as referiu como tal.

Sara cometeu atos falhos ao referir-se à D. Santana (sogra) e a ela própria como “mães” ao invés de esposas. O excessivo zelo de Judas sobretudo quando da recuperação da cirurgia de Sara; seu caráter obsessivo, assim como o de Seu Chocolate; os trabalhos (não só domésticos) realizados em casa; evidenciaram um padrão disfuncional no casal parental da família de origem que Judas e Sara reeditavam na sua família nuclear. Em função de tais características, pensamos também na existência de um transtorno da identidade de gênero nos homens. Stoller (1998) coloca este último como inerente à perversão. Insistimos aqui na narrativa feita por Sara da atitude modal das ações.

Sara pretendia ter um filho a despeito da homossexualidade de Emanuel. Mas aqui colocamos em pauta a possibilidade de um conflito entre a realização desse desejo e uma necessidade (inconsciente) de se proteger de relações sexuais. Ao devolver o álbum do casamento à sua tia Juju, estaria Sara imputando-lhe a responsabilidade pelo malogro? Legitimando a revelação da farsa? Isso nos parece afirmativo na medida em que Sara pode sentir-se vítima da negligência de sua tia-mãe da mesma forma como experimenta, conforme expressa com grande ambivalência, esse mesmo sentimento em relação à Isabel, sua mãe biológica.

Renshaw (1984) apresenta um estudo do qual destacamos duas perguntas: “Como e quando você soube que seu pai (mãe) era sexualmente fora dos limites?” De maneira geral as pessoas responderam que sempre souberam ou tiveram a informação em idade precoce – 5 e 6 anos. E “Quando é que as pessoas vêm a saber o significado da palavra incesto?” A maioria respondeu que no fim da adolescência.

Esses dados batem com a nossa pesquisa. Sara adquiriu algum poder de barganha junto a Jacó depois que aprendeu na aula sobre sexo o que era “um tarado”. Concluímos com a autora: A palavra “incesto” não seria tão secreta quanto o comportamento incestuoso?

3 ELEMENTOS IMPLICADOS NA PRÁTICA INCESTUOSA ABUSIVA

Em função da estreita relação que via de regra as crianças mantêm com suas mães – em parte oriunda do determinismo biológico, em parte dos valores da cultura é que de uma forma geral as pesquisas que tratam do abuso sexual contra crianças enfatizam a questão da mulher.

Furniss (1993), alerta para o fato de haver um deslocamento entre o abuso intrafamiliar cometido contra a mulher e o cometido contra a criança. Devemos estar atentos a

esse aspecto para que possamos ampliar nossa compreensão acerca dos diversos elementos envolvidos na dinâmica dos relacionamentos familiares.

Constatamos assim que o gênero permeia toda a gama dos mecanismos de origem, sustentação e transmissão do abuso sexual:

(...) segmento oprimido em relação de dominação-subordinação, que permite concordar com Snowdon quando afirma que o problema da agressão sexual é um problema de **gênero**, é um problema de **HOMEM** e que em nossa sociedade mulheres e crianças são forçadas a lidar com isso” (AZEVEDO & GUERRA, in MEES, 2001, p. 47).

Os elementos seriam:

A) *A não assimilação da lei do Édipo*, isto é, o indivíduo permanece alheio a lei do incesto. Isso tem a ver com a história constitutiva do psiquismo do sujeito no que diz respeito à sua herança filogenética e à ontogênese, além de fatores genéticos (força biológica dos instintos). Consideramos que este primeiro elemento associado à inter-relação entre os demais atuam na dinâmica familiar constituindo uma trama extremamente complexa e na qual fica difícil intervir porque ela representa em última análise a ordem social vigente.

B) *O modelo de organização social e sexual de nossa sociedade*: o patriarcado. Observamos na nossa pesquisa por exemplo, que a despeito do abuso cometido por Judas, Isabel e Juju eram cúmplices para levar Rute para encontrar-se com o pai e com a avó paterna contra a vontade de Sara, já respaldada em determinação legal. Essa atitude se desdobra numa perversão moral no sentido de transgressão da lei. Seria também uma forma da mulher reafirmar sua submissão ao homem, ou ao pai.

C) *O modelo de organização do trabalho*. Através dele os homens ocupam um espaço social privilegiado em relação às mulheres. Aqui lembramos que nossa pesquisa enfatizou um gosto pelo mundo laboral doméstico em Judas, indo na contra-mão do lugar comum. Esse dado, em nossa análise toma relevância na medida em que, o que nos

referimos como atitude modal em relação às tarefas executadas é um dado de extrema sutileza e acuidade clínicas. Judas afirmava que, quando casasse, queria ser igual ao pai. Em que medida as introjeções conscientes e inconscientes registradas em seu psiquismo a partir das interações com Seu Chocolate, em outras palavras, a transmissão psíquica daí resultante, não poderiam estar na base de um transtorno da identidade de gênero, fator este, determinante no tipo de perversão cometido contra Rute?

D) *Os sistemas de crenças e as ideologias de gênero.* Através delas são criados estereótipos que se transmitem de geração a geração. São exemplo disso em nossa pesquisa as concepções acerca das crianças e das mulheres, o espancamento de que são vítimas etc.

E) *Os modelos culturais e científicos que derivam das ideologias de gênero.* Esses sistemas *naturalizam* (grifos nossos) atributos como por exemplo a agressividade, atribuindo-lhe como característica dos homens. Na designação “agressor sexual” a ênfase recai sobre o termo sexual, uma vez que o termo agressor tem utilização genérica no universo da violência. Embora essa particularidade semântica não seja prioritária em nossa análise, acreditamos que no senso comum a expressão abusador sexual suscite maior indignação. E é ainda com base no senso comum que Jacó dizia que Sara não prestava afirmando que “filha de quenga, quenginha é”.

F) *Os modelos familiares e de casal.* Esses modelos têm origem na Idade Média: o homem que era escravo do senhor feudal, passa a ser senhor de sua casa. Toda a dinâmica do abuso sexual está fortemente imbuída dessa concepção: como dizer não ao dono de tudo?

G) *Os esquemas cognitivos.* Estes são desenvolvidos pelos indivíduos a partir dos estereótipos prescritos pela sociedade. A *menina boazinha* a quem o pai *orienta* (grifos nossos) nos rituais de abuso é um bom exemplo disso.

Observamos o quanto o primeiro elemento está ancorado, felizmente, no tributo de Freud à biologia (a presença dos instintos), bem como nas suas contribuições acerca da ontogênese e da filogênese; e ainda na concepção do útero metafórico do qual nos fala Alonso. Enquanto que os demais elementos subsidiam as circunstâncias que Ferenczi denominou *fatores externos* e Winnicott chamou de *ambiente* (grifos nossos).

Nossa pesquisa ratificou uma idéia que já vínhamos observando em nossa prática clínica: acreditamos que a escuta psicanalítica do discurso familiar talvez deva voltar-se muito mais para a compreensão da organização da família, o que permitirá interpretar a singularidade dos discursos de seus membros que encontram sustentação nas variadas formas de organização.

Entendemos que tal procedimento poderá levar à compreensão da formação psíquica dos indivíduos, do como e do porque da articulação entre os sujeitos do inconsciente, e, conseqüentemente, melhor instrumentalizar-nos na clínica da transmissão psíquica patológica, em última análise, o fim ao qual nos propomos daqui em diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proibições do incesto, na qualidade de normas culturais, apresentam como característica primordial a complexidade. As explicações acerca do problema debatem-se com um rol de dificuldades que são em última análise a própria essência do humano. Nesse contexto, estruturas familiares distintas figuram como um dentre muitos outros dados importantes na apresentação do fenômeno.

Entretanto, é de suma importância buscar a conexão entre estrutura familiar e incesto, não só para tentar melhor compreender o aspecto dinâmico da interação entre as normas de abstinência e o comportamento entre os membros mais próximos do grupo familiar, como também pela apreensão da instituição denominada família, enquanto modalidade sócio-histórica.

Entendemos que a lei derivada do mito de Édipo lança luz na execução de tal tarefa: a lei deriva não só das imagens, mas da ordem das representações e ainda dos signos simbólicos que circulam no interior da família. A dinâmica resultante desse *design* (grifos nossos) - a lei edípica aplicada - irá em última análise determinar a estrutura da família.

Em linguagem matemática, diríamos, o incesto pai-filha está contido num conjunto mais amplo de normas, fundamentadas na condição humana (natureza) e numa necessidade social (cultura), como um subconjunto com proibições mais restritas. Daí entendermos que a importância do tabu do incesto, mais do que a representação da passagem da natureza para a cultura, deve-se ao fato de que ele representa a injunção dessas duas instâncias.

Dessa forma a perspectiva clássica do tabu do incesto parece reservar à família nuclear uma gênese natural e um status de universalidade. Nesse ponto, necessário se faz assumir uma distinção qualitativa para a modalidade do incesto de família nuclear e, ainda,

para o micro universo no qual se insere o incesto abusivo pai/filha em tal configuração familiar.

Um olhar sobre as sociedades históricas, no que diz respeito ao incesto parece ratificar o apreço que o homem sente pelo atributo da razão. A nosso ver, é isso que está na base da repulsa, que até mesmo outras categorias de delinqüentes expressam pelo abusador sexual, considerando-o aquém do humano. Afinal, em que pese a superposição entre sexo e gênero, em sua origem, a razão foi concebida como um atributo masculino.

Nosso objetivo nesse trabalho foi identificar os elementos responsáveis pela origem, manutenção e transmissão do incesto abusivo pai-filha. Entendemos que eles estão situados numa polaridade: A negação da cultura - representada pela não introjeção do tabu do incesto; e a força do discurso cultural que respalda a assimetria de poder que regula as relações entre homem e mulher.

Num pólo encontraríamos o elemento subjetivo: a singularidade do sujeito, resultante de sua herança filo e ontogenética. Pensamos que a experiência do Édipo constitui o ponto de ancoragem para a compreensão da construção psíquica do abusador. E ressaltamos que entendemos o Édipo como uma experiência que ocorre constantemente ao longo da pequena infância, ainda que reconheçamos nesse percurso a existência de períodos de maior impacto no psiquismo.

Vejamos como isso se processaria: nos primeiros meses o bebê permaneceria *poupado* da intervenção de um terceiro, permanecendo assim preso ao corpo materno, numa relação de fusão, o que vale dizer que ele não faria a ultrapassagem da fase esquizo-paranóide para a fase depressiva. Aqui o outro é a própria mãe.

Em outras palavras, na fase mais arcaica do desenvolvimento, na criança que se encontra em ambiente favorável (incluindo o desempenho adequado das funções parentais), as tendências com predomínio das pulsões eróticas tendem à fusão (posição depressiva) no

interior do ego e fundamentam a imago positiva dos pais. Em contrapartida, a falha ambiental provoca a desagregação e a decorrente ação independente das tendências com predomínio das pulsões tanáticas, tornando-se mais atuante com a regressão (posição esquizoparanóide), tendo como conseqüência a dificuldade em adquirir modelos parentais.

Quando da instalação do auge da fase edípica, quando o sujeito também adquire maior capacidade cognitiva em termos de desenvolvimento, os fatores culturais se sobrepõem aos biológicos no que tange aos cuidados e à interação com a criança. Se ao final desse período mais uma vez a criança não faz a ultrapassagem no sentido de integrar natureza e cultura, permanecendo numa relação dual com a mãe, estão plantadas as sementes da perversão.

Considerando ainda a divergência existente entre as correntes psicanalíticas quanto à idade em que tem início o Complexo de Édipo, o que nos interessa é que se trata de uma fase de assimilação cultural, portanto, a criança não pode ser tratada como se estivesse no limbo. Somos de acordo que uma imago materna onipotente não se constrói sem o aval do pai.

Em síntese, a permanência da criança numa relação dual com a mãe configura uma organização perversa. Essa psicopatologia sofrerá gradações em função da qualidade das interações entre o bebê e seus pais. As reações desse indivíduo ao meio estarão portanto mais próximas do nível biológico. Haverá assim uma predominância das pulsões que se manifestarão através de descarga motora. Não parece haver dúvidas de que é essa a psicodinâmica do abusador sexual.

O segundo pólo - a construção da realidade objetiva - se estabelecerá da seguinte forma: o elemento subjetivo, de base pulsional, será reforçado pelo discurso cultural mais amplo. Este será introjetado pelos membros da unidade familiar que irão reproduzir a *cultura da família*. O produto resultante desdobra-se num universo de comportamentos que em

seguida retornará à sociedade perpetuando um ciclo vicioso de interação social patológica na esfera pública e privada – afrouxamento da moral e banimento da ética. Dessa forma, observamos que a perversão evidenciada no caso estudado não restringe-se às relações entre o agressor e sua vítima, mas às relações familiares de forma mais ampla – o que se evidencia pela transmissibilidade do fenômeno – configurando-se como uma família perversa.

Um aspecto da constituição psíquica do perverso chama a nossa atenção: o transtorno da identidade de gênero. Supomos que no pai abusador sexual ela seja fruto de uma sobreposição da imago materna onipotente combinada à uma ausência, enfraquecimento ou distorção da imago paterna idealizada.

Por identidade de gênero entendemos o conjunto dos atributos – características, valores, sentimentos – que fazem com que uma pessoa se sinta homem ou mulher. Dessa perspectiva entendemos também que o gênero precede o sexo, uma vez que o gênero pode começar a ser construído mesmo antes da concepção biológica do sujeito, e ainda porque, *a priori*, o sexo anatômico não assegura o gênero.

No incesto abusivo pai-filha, a criança, privada da interdição, da desilusão saudável e portanto estruturante que lhe permitiria adentrar na realidade, é vítima da desilusão destruturante, acompanhada da promessa perversa de garantia de amor e segurança ao preço da traição ao outro - ao outro do par parental (pai/mãe), ao outro da fratria, e o pior, a si mesma - pela imposição de uma língua que lhe é estrangeira: a língua da paixão.

Concluindo, acerca da origem do abuso pensamos que, no caso do incesto pai-filha, o agressor fica preso no gozo dual com a mãe, e, na fase adulta, o transfere para a filha. Na sua experiência ontogenética não fez a passagem da fase esquizoparanóide para a fase depressiva, nem tão pouco assimilou a lei do Édipo legada pela filogênese. Isso criaria condições favoráveis para que o pai pratique o incesto com a filha numa espécie de acting-out, ou seja, atuando (e atualizando) o seu gozo narcísico através de um filicídio simbólico. É

como se o seu superego – tirano e mal formado - ordenasse: Goza! Lembremos Leclair: o incesto é o gozo com a mãe. Se não pode ser com a mãe, que seja com a filha. Temos então a perversão manifestada em toda a sua crueza.

O código cultural, exceção feita aos casos de psicopatia grave, submete agressores e vítimas. A desvalorização da mulher numa cultura falocêntrica como a nossa dá lugar à identificação com o escravo, em outras palavras, induz a mulher à renúncia da vontade própria e do exercício de ser autêntico, à uma postura de submissão que ela, enquanto sujeito, acredita que o contexto social e institucional (família, escola, trabalho etc) lhe exige.

Dessa forma, pensamos que a violência sofrida pela filha em situação de abuso sexual pelo pai faz parte de uma violência mais ampla, no sentido do difusionismo⁴ e seria menos ostensiva se a nossa cultura não exigisse a sujeição da mulher ao homem. Tal dinâmica obviamente extrapola em muito o enfoque do nosso trabalho e não é nosso propósito aqui, aprofundarmos a questão.

Entretanto é em função desse extrapolar que acreditamos que os efeitos da violência possam ser minimizados através da educação. Acreditamos que a formação da estrutura de caráter seja fruto do processo de aprendizagem: o que é a aprendizagem senão a conformação do sujeito à cultura, tendo como base os condicionantes sociais e psicobiológicos do comportamento? Por isso entendemos que a educação se constitui como um dos valiosos instrumentos propulsores das mudanças paradigmáticas que necessitamos para pensar a família.

Talvez seja mais apropriado falar em “prevenção” ou “preparação para o enfrentamento” (este termo parece-nos menos pretencioso) quando lidamos com o abuso sexual, do que em minimização do problema, pois estamos nos referindo à educação no

⁴ Difusionismo – Corrente etnológica que tenta explicar o desenvolvimento cultural como um processo de difusão de elementos culturais que se comunicariam de um povo a outro, ou de centros de determinadas áreas. (Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997).

sentido de uma revisão de valores morais e éticos. O abuso sexual intra-familiar – representando o que há de mais terrível na interação emocional patogênica - segundo nossa compreensão do fenômeno, permitirá, a curto prazo, uma intervenção efetiva em termos do código cultural apenas pelo lado da vítima e de sua família, uma vez que do outro lado, isto é, do agressor, vamos encontrar – ainda que com enorme gradação – a psicopatologia, isto é, a indomesticção do desejo, o domínio dos impulsos, uma impermeabilidade à moral e à ética, enfim, a perversão. E, nesses casos, as intervenções vão do isolamento à castração química, passando pela psicoterapia sem que, entretanto, os resultados sejam animadores.

Na qualidade de fator estruturante do psiquismo, o Complexo de Édipo, nos parece, mantém-se como uma construção teórica absolutamente válida. É o próprio conceito de objeto em psicanálise, na sua acepção de “objeto fantasiado”, que nos autoriza a defender a aplicabilidade da lei do Édipo inclusive às novas configurações familiares, e não exclusivamente à família nuclear, modelo que inspirou a construção do conceito psicanalítico de Complexo de Édipo. Ainda que haja os adeptos da idéia de que o objeto que venha a se contrapor entre a mãe e a criança deva ser um objeto necessariamente sexuado, acreditamos que seja plausível pensar que, pelo menos até que a criança seja capaz de perceber as diferenças sexuais, o objeto fantasiado, isto é, qualquer coisa que se coloque entre a mãe e a criança, destituindo esta de sua “majestade”, poderá ser instrumento para o interdito (uma pessoa que não necessariamente o pai, algum tipo de interesse, uma profissão etc.). Esta nossa apreensão é consonante com a revisão de outra noção da teoria psicanalítica, a de primeiro objeto, proposta por Katz, ao afirmar que o primeiro objeto é a função de mãe e não a mulher mãe, como, em princípio, defende a Psicanálise. Estas nossas argumentações poderão servir para o futuro aprofundamento da problemática desta pesquisa, bem como para o estudo de outros temas inerentes à família.

Nosso estudo, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, com certeza não esgotou todas as possibilidades de investigação que o tema oferece. Esperamos com ele despertar o interesse de outros estudiosos e que novos olhares possam aprofundá-lo.

Entendendo a perversão como a expressão erótica do ódio, acreditamos que a revelação de um segredo em uma situação de incesto abusivo pai-filha, é como se trouxesse consigo um grito há muito calado: “Pai, afasta de mim esse cálice – de ódio, tinto de dor!”.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, N.; TOROK, M. **A casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta, 1995.
- ALVIN, P. Os adolescentes vítimas de abusos sexuais. In GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 72-81.
- ANTISERI, D. Qué quiere decir ser racionales. In ANTISERI, D; DAHRENDORF, R. **El hilo de la razón**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 11-67.
- AULAGNIER, P. **Um intérprete em busca de sentido, I**. São Paulo: Escuta, 1990.
- AULAGNIER, P. Nascimento de um corpo, origem de uma história, in MCDUGALL J. et al. **Corpo e história: IV Encontro psicanalítico D'Aix-Em Provance – 1985**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 105-149.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BOUHET, B.; PERARD, D.; ZORMAN, M. Da importância dos abusos sexuais na França. In GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 29-42.
- COHEN, C. O incesto. In AZEVEDO, M. A e AZEVEDO GUERRA, V. N. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 211-225.
- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- EIGUER, A. et al. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Unimarco, 1998.
- EIGUER, A. **Pequeno tratado das perversões morais**. Lisboa: CLIMEPSI Editores, 1999.
- FAIMBERG, H. Escuta da telescopagem das gerações: pertinência psicanalítica do conceito. In FAIMBERG, H. et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 129-145.
- FERENCZI, S. **Psicanálise IV**. Obras completas. São Paulo: Martins Fontes, 1992, v. 4.
- FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago [1905] 1972, vol. VII.

- FREUD, S. **Escritores Criativos e Devaneio**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1908]- 1976), v. IX.
- FREUD, S. **Totem e tabu**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1913]-1976), v. XIII.
- FREUD, S. **Sobre o narcisismo: uma introdução**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1914]- 1976), v. XIV.
- FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1915-1917]- 1976), v. XVI.
- FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1921]- 1976), v. XVIII.
- FREUD, S. **Uma neurose demoníaca do século XVII**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago ([1923]- 1976), v. XIX.
- FREUD, S. **Dostoiévski e o parricídio**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1928]- 1976), v. XXI.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1930]- 1976), v. XXI.
- FREUD, S. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1933]- 1976), v. XXII.
- FREUD, S. **A divisão do ego no processo de defesa**. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, ([1940]-1976), v. XXIII.
- FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GABEL, M. Algumas observações preliminares. In GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 9-13.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
- HABIGZANG, L. et al. In **PSICOLOGIA: teoria e pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2005, n. 3, p. 341-348, v. 21. Acessado em 19.10.06.
- HINSHELWOOD, R. **Dicionário do pensamento kleiniano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- KAËS, R. a. O sujeito da herança in FAIMBERG, H. et al.. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 9-25.
- KAËS, R. b. Introdução ao conceito de transmissão psíquica o pensamento de Freud. In FAIMBERG, H. et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 27-69.

KATZ, C. S. A propósito da função da mãe: algumas questões a respeito do corpo erógeno. In LECLAIRE, S. **O corpo erógeno**: uma introdução à teoria do Complexo de Édipo. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1979, p.31-51.

KLEIN, M. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAMOUR, M. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 43-61.

LAPLANCHE & PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LECLAIRE, S. Introdução à questão do incesto e do interdito. In LECLAIRE, S. **O corpo erógeno**: uma introdução à teoria do Complexo de Édipo. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1979, p. 81-93.

LECLAIRE, S. A propósito do gozo: considerações do ponto de vista psicanalítico. In **O corpo erógeno**: uma introdução à teoria do Complexo de Édipo. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1979, p. 95-113.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis-RJ: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.

LIMA, A. O. **Efectos postraumaticos em la organizacion psíquica de uma nina que há visto que su padre asesino a su madre**: um estudo de caso. Tese de doutorado – Universidad de Deusto, Espanha. Bilbao, 1998.

MAGALHÃES, M. C. R. Narcisismo primário e o desejo. In ALONSO, S.et al. **O desejo na psicanálise**. Campinas, SP: Papirus, 1985, pp. 29-44.

MARTINS, F. **O Complexo de Édipo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MAZET, P. Problemas exemplares para a psiquiatria da criança e do adolescente. In GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, p. 202-210.

MEAD, M. **Macho e Fêmea**: um estudo dos sexos num mundo em transformação. Petrópolis-RJ: Vozes, 1971.

MEES, L. A. **Abuso sexual**: trauma infantil e fantasias femininas. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999.

MITTERAUER, M. Os costumes dos magos: o problema do incesto nas sociedades históricas in PORTER, R; TEICH, M. **Conhecimento sexual, ciência sexual**: a história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP, 1998. – (UNESP/Cambridge), p. 269-290.

- PASSOS, M. C. Família e sintoma: pequeno ensaio para desvelar sentidos. In FÉRES-CARNEIRO T. **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: NAU, 2001, p. 134-143.
- PLASTINO, C. A. **O Primado da Afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- PUGET, J.; BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- RASCOVSKY, A. **O filicídio**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- RENSHAW, D. C. **Incesto: compreensão e tratamento**. São Paulo: Roca, 1984.
- ROUYER, M. As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997, 62-71.
- STOLLER, R. J. **Excitação sexual: dinâmica da vida erótica**. São Paulo: IBRASA, 1981.
- STOLLER, R. J. **Observando a imaginação erótica**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- VIAUX, J. L. A perícia psicológica das crianças vítimas de abusos sexuais. In GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. p. 121-131.
- WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: 1990.
- WINNICOTT, D. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ZIMERMAN, D. **Vocabulário contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- ZIMERMAN, D. **Psicanálise em perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.